

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS DE LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E
ENUNCIATIVAS**

MAGDA REGINA LOURENÇO CYRRE

**GESTOS DE LEITURA DE CARTUNS:
O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO COMO
ESPETÁCULO**

PORTO ALEGRE

2015

MAGDA REGINA LOURENÇO CYRRE

**GESTOS DE LEITURA DE CARTUNS:
O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO COMO
ESPETÁCULO**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Área de concentração: Estudos de Linguagem. Linha de pesquisa: Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas.

Orientadora: Profa. Dra. Solange Mittmann

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Cyrre, Magda Regina Lourenço
GESTOS DE LEITURA DE CARTUNS: O PROCESSO
ELEITORAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO COMO ESPETÁCULO /
Magda Regina Lourenço Cyrre. -- 2015.
182 f.

Orientadora: Solange Mittmann.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-
Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Cartum. 2. Discurso imagético. 3. Discurso
verbal. 4. Eleições. 5. Paráfrase. I. Mittmann,
Solange, orient. II. Título.

Ao Paulo, grande amor, companheiro, ombro amigo dessa jornada. O que são trinta e cinco anos juntos quando temos a eternidade?

À Clarissa e à Andressa, constante e infinita aprendizagem de ser mãe.

À Sofia, a primeira neta, pelo devir.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos são sempre um risco, a minha memória é lacunar e falha, há sempre a possibilidade de esquecer alguém, mesmo assim, insisto.

À pesquisadora Ana Zandwais por ter sido a porta de entrada.

Ao Prof. Dr. Valdir Nascimento Flores por seus conhecimentos e intuição ao me alertar, em suas aulas, que eu buscava uma exterioridade, e, enquanto coordenador do PPG-Letras, por sua sensibilidade ao propiciar o encontro inicial com a minha orientadora, Profa. Dra. Solange Mittmann.

À Profa. Dra. Freda Indursky pelo espaço de interlocução em suas maravilhosas aulas em que respostas prontas não existiram, mas sim inúmeros momentos os quais me fizeram pensar e repensar sobre como se faz Análise do Discurso hoje.

À Profa. Dra. Ercília Ana Cazarin e à Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira pelas valiosas críticas e sugestões de melhorias em meu trabalho por ocasião da qualificação da tese.

À profa. Dra. Solange Mittmann por ter me acolhido em um momento de incertezas e angústias, por ter me mostrado o caminho e confiado que eu conseguiria trilhá-lo e, acima de tudo, por saber ser Mestre e demonstrar seu imenso respeito ao meu processo de aprendizagem nesses 36 meses de convivência.

À amiga, Michele Andressa Passini Teixeira, a qual compartilhei dúvidas, alegrias e tristezas e, ainda assim, embarcou na minha viagem mesmo sem saber onde iríamos chegar.

Às companheiras de viagem intelectual as quais propiciaram tantas proveitosas discussões sobre a teoria durante as aulas e, também, em nossos intervalos no café, nos almoços e nos eventos dos quais participamos. O meu agradecimento a vocês que tornaram o doutorado mais leve: Ana Cristina Franz, Carolina Foppa Salvagni, Glaucia Henge, Kátia Vives, Michele Passini Teixeira, Mônica Cassana, Paula Daniele Pavan, Thais Ramos e Verônica Times.

Ao colega de trabalho na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul – Professor de História – Anderson Torres, pelas indicações de leituras e pelo empréstimo de materiais.

Aos colegas de trabalho na Unisinos que com as suas singularidades contribuíram para eu alcançar esse objetivo, e em especial: Cláudia Sepé, Cláudio Zanini, Márcia Duarte

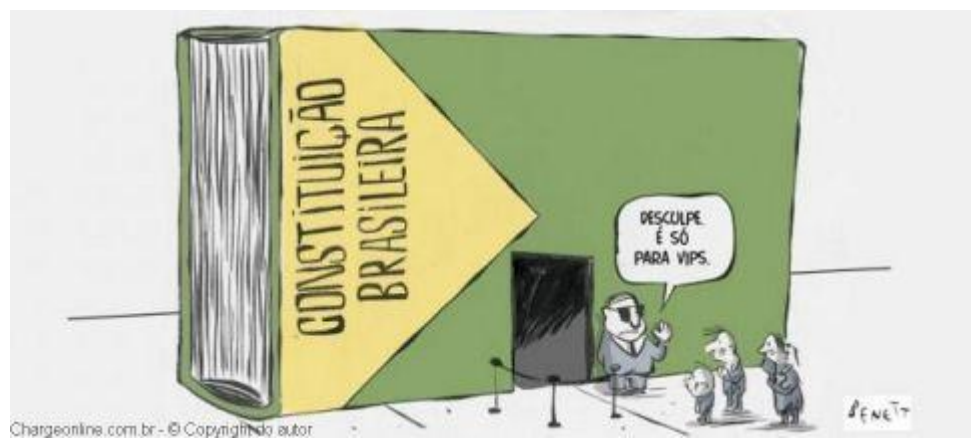
e Mariléia Sell. Também agradeço à coordenadora do Curso de Letras da Unisinos, profa. Dra. Adila Beatriz Naud de Moura.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – pelo apoio financeiro em eventos nos quais fui aperfeiçoar meus conhecimentos e divulgar o meu trabalho de pesquisa.

A todos os estudantes que ao longo da minha vida profissional me inquietaram com suas interpretações de textos e, com isso, me estimularam a aprofundar e a desenvolver meus conhecimentos.

Aos familiares e amigos que souberam compreender as minhas ausências.

A todos aqueles que me ajudaram e torceram por mim, expresso meu sincero agradecimento.



(BENETT, 11 jul. 2012)

“A Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.”

(ORLANDI, 2012a, p.15).

RESUMO

Esta tese está filiada à Análise do Discurso (AD) de vertente pecheuxtiana, e seu foco principal é o funcionamento de cartuns que discursivizam – através de sua materialidade verbal e imagética – gestos de leitura sobre o processo eleitoral brasileiro contemporâneo e, mais especificamente, sobre o processo ocorrido durante a campanha eleitoral de 2012. O propósito da pesquisa é investigar, através da análise dessa materialidade, como três elementos constituintes do processo – 1) *a campanha e o horário eleitoral*, 2) *o candidato político* e 3) *o eleitor* – são inscritos e investidos de efeitos de sentido pelos gestos de leitura dos cartuns. O desenvolvimento da pesquisa envolveu a caracterização do objeto de análise, o embate com o *corpus* e a fundamentação teórica – articulando noções como *posição-sujeito*, *interdiscurso*, *memória* e *paráfrase discursiva*. E a metodologia de análise se deu através de gestos de recortar e (re)articular sequências discursivas imagéticas (SDi) e verbais (SDv) de cada cartum e entre cartuns, o que possibilitou lançar diferentes olhares sobre o *corpus*. O batimento do discurso dos cartuns com a história eleitoral brasileira e com as atuais normas que regem o processo eleitoral do Brasil possibilitou configurar uma Formação Discursiva Eleitoral (FD-E) e analisar a relação do sujeito do discurso dos cartuns com a FD-E. As análises apontaram para um processo de paráfrase discursiva, que promove tanto a repetição como o deslizamento de efeitos de sentido. Quando o *corpus* é confrontado com as determinações legais sobre o processo eleitoral, nota-se que os três componentes acima citados são reinterpretados, por um efeito metafórico, como integrantes de um espetáculo, que desliza para um efeito de humor parodístico, cuja observação leva a concluir que o sujeito do discurso dos cartuns analisados ocupa uma posição-sujeito contraidentificada com a forma-sujeito eleitoral organizadora dos saberes da FD-E. Ou seja, o exame do cruzamento dos dois eixos que compõem os cartuns – o eixo imagético (Ei) e o verbal (Ev) –, através do gesto analítico de (re)articulação de SDi e SDv de diferentes cartuns, permitiu concluir que os constituintes dos cartuns se complementam, intensificando críticas à forma-sujeito eleitoral pela inscrição de efeitos outros de sentido que deslizam da paráfrase discursiva ao efeito de humor parodístico.

Palavras-chave: Cartum. Discurso imagético. Discurso verbal. Eleições. Paráfrase.

RESUMEN

Esta tesis sigue la vertiente del Análisis del Discurso (AD) planteada por Michel Pêcheux y su principal foco es el funcionamiento de viñetas que discursivizan – por medio de su materialidad verbal e imagética – gestos de lectura sobre el proceso electoral brasileño contemporáneo y, más específicamente, sobre el proceso ocurrido durante la campaña electoral de 2012. El propósito de la investigación es determinar, por medio del análisis de dicha materialidad, cómo tres elementos constituyentes del proceso – 1) *la campaña y el horario electoral*, 2) *el candidato político* y 3) *el elector* – son inscritos e investidos de efectos de sentido por los gestos de lectura de las viñetas. El desarrollo de la investigación implicó la caracterización del objeto de análisis, la definición del *corpus* y la fundamentación teórica, con la articulación de nociones como las de *posición-sujeto*, *interdiscurso*, *memoria* y *paráfrasis discursiva*. Y la metodología de análisis se configuró mediante gestos de recortar y (re)articular secuencias discursivas imagéticas (SDi) y verbales (SDv) de cada viñeta y entre viñetas, lo que permitió lanzar diferentes miradas sobre el *corpus*. La contraposición del discurso de las viñetas con respecto a la historia electoral brasileña y a las actuales normas que rigen el proceso electoral de Brasil permitió delinear una Formación Discursiva Electoral (FD-E) y analizar la relación del sujeto del discurso de las viñetas con la FD-E. Los análisis apuntaron a un proceso de paráfrasis discursiva que promueve tanto la repetición como el deslizamiento de efectos de sentido. Cuando se contraponen el *corpus* a las determinaciones legales sobre el proceso electoral, se nota que los tres componentes mencionados anteriormente son reinterpretados como integrantes de un espectáculo por un efecto metafórico que desliza hacia un efecto de humor paródico cuya observación lleva a concluir que el sujeto del discurso de las viñetas analizadas ocupa una posición-sujeto contraidentificada con la forma-sujeto electoral organizadora de los saberes de la FD-E. Así, el examen del cruce de los dos ejes que componen las viñetas – el eje imagético (Ei) y el verbal (Ev) –, por medio del gesto analítico de (re)articulación de SDi y SDv de diferentes viñetas, permitió concluir que los elementos constituyentes de las viñetas se complementan, intensificando críticas a la forma-sujeto electoral mediante la inscripción de efectos otros de sentido que deslizan de la paráfrasis discursiva al efecto de humor paródico.

Palabras clave: Viñeta. Discurso imagético. Discurso verbal. Elecciones. Paráfrasis.

RÉSUMÉ

Cette thèse est affiliée à l'Analyse du Discours (AD) de source pecheuxtienne et sa mise au point est le fonctionnement des dessins de presse qui discoursivent – par sa matérialité verbale et imagétique – des gestes de lecture sur le processus électoral de 2012. Le but de la recherche est d'investiguer, par l'analyse de cette matérialité, comment des trois éléments constituant du processus – 1) *la campagne et l'horaire électoral*, 2) *le candidat politique* et 3) *l'électeur* – sont inscrits et investis d'effets de sens par les gestes de lecture des dessins de presse. Le déroulement de la recherche a impliqué la caractérisation de l'objet de l'analyse, la confrontation avec le *corpus* et le fondement théorique – en articulant des notions comme *position-sujet*, *interdiscours*, *mémoire* et *paraphrase discursive*. La méthodologie d'analyse s'est donnée par des gestes de couper et de (ré)articuler des séquences discursives imagétiques (SDi) et verbales (SDv) de chaque dessin de presse et entre des dessins de presse, ce qui a possibilité jeter des différents regards vers le *corpus*. Le battement du discours des dessins de presse avec l'histoire électorale brésilienne et avec les actuelles normes qui régissent le processus électoral du Brésil a possibilité la configuration d'une Formation Discursive Électorale (FD-E) ainsi que l'analyse du rapport entre le sujet du discours des dessins de presse et la FD-E. Les analyses ont indiqué un processus de paraphrase discursive, qui promeut autant de la répétition que le glissement d'effets de sens. Quand le *corpus* est confronté avec les dispositions légales sur le processus électoral, on peut noter que les trois éléments cités ci-dessus sont réinterprétés, par un effet métaphorique, comme participants d'un spectacle, qui glisse vers un effet d'humeur parodiste, dont l'observation amène à conclure que le sujet du discours des dessins de presse analysés occupe une position-sujet contre-identifiée à la forme-sujet électorale organisatrice des savoirs de la FD-E. C'est-à-dire, l'examen du croisement des deux axes qui composent les dessins de presse – l'axe imagétique (Ai) et l'axe verbal (Av) –, à partir du geste analytique de (ré)articulation de SDi et SDv des différents dessins de presse, a permis de conclure que les constituants des dessins de presse sont complémentaires entre eux-mêmes, en intensifiant des critiques à la forme-sujet électorale par l'inscription d'autres effets de sens qui glissent de la paraphrase discursive vers l'effet d'humeur parodiste.

Mots-clés: Dessin de presse. Discours imagétique. Discours verbal. Élections. Paraphrase.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AD** – Análise do Discurso
- AIs** – Atos Institucionais
- AIE** – Aparelhos Ideológicos de Estado
- C** – Cartum
- CP** – Condições de Produção
- Ei** – Eixo imagético
- Ev** – Eixo verbal
- EL** – Excerto Legal
- FD** – Formação Discursiva
- FD-E** – Formação Discursiva Eleitoral
- FI** – Formação Ideológica
- Fi** – Formação imaginária
- fs-e** – forma-sujeito eleitoral
- HQs** – Histórias em Quadrinhos
- PS** – Posição-sujeito
- PS-I** – Posição-sujeito identificada com a FD
- PS-C** – Posição-sujeito contraidentificada com a FD
- SD** – Sequência discursiva
- SDi** – Sequência discursiva imagética
- SDv** – Sequência discursiva verbal
- SN** – Sintagma Nominal
- STF** – Supremo Tribunal Federal
- TSE** – Tribunal Superior Eleitoral
- TV** – Televisão
- VIP** – *Very Important Person*
- VT** – Videoteipe

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| FIGURA 1: REPRESENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DA AD | 55 |
| FIGURA 2: REPRESENTAÇÃO DA HETEROGÊNEA FD-ELEITORAL (FD-E) | 71 |
| FIGURA 3: CARTUM 1 (C 1) | 123 |
| FIGURA 4: CARTUM 2 (C 2) | 123 |
| FIGURA 5: CARTUM 3 (C 3) | 124 |
| FIGURA 6: CARTUM 4 (C 4) | 124 |
| FIGURA 7: CARTUM 5 (C 5) | 125 |
| FIGURA 8: CARTUM 6 (C 6) | 125 |
| FIGURA 9: CARTUM 7 (C 7) | 126 |
| FIGURA 10: CARTUM 8 (C 8) | 126 |
| FIGURA 11: CARTUM 9 (C 9) | 127 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| EFEITO DE ABERTURA | 16 |
| | |
| I – PARTE: DO TEMA AO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO | 19 |
| | |
| 1 DO TEMA AO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO..... | 20 |
| 1.1 O TEMA | 20 |
| 1.2 QUESTÕES SOBRE O TEMA | 20 |
| 1.3 A DETERMINAÇÃO DO OBJETO..... | 21 |
| 1.4 ANTECEDENTES À DEFINIÇÃO DO OBJETO | 22 |
| 1.4.1 SOBRE CARICATURAS | 24 |
| 1.4.2 SOBRE CHARGES | 26 |
| 1.4.3 SOBRE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQs)..... | 28 |
| 1.4.4 SOBRE CARTUNS..... | 30 |
| | |
| 2 A ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO PARA A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> | 35 |
| 2.1 DA CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO AOS RECORTES DAS UNIDADES DISCURSIVAS | 38 |
| 2.1.1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DAS ELEIÇÕES DE 2012..... | 40 |
| 2.2 UM <i>CORPUS</i> DISCURSIVO ENTREMADO POR DOIS EIXOS | 45 |
| 2.2.1 O EIXO VERBAL | 46 |
| 2.2.2 O EIXO IMAGÉTICO | 47 |
| | |
| II – PARTE: AS ‘COISAS-A-SABER’ SOBRE: A TEORIA QUE SUSTENTA AS ANÁLISES, O EFEITO DE HUMOR E O JÁ DITO ACERCA DO PLEITO BRASILEIRO EM LEGISLAÇÕES | 49 |
| | |
| 3 AS ‘COISAS-A-SABER’ | 50 |
| 3.1 EXPLICITANDOS OS PRINCÍPIOS E AS NOÇÕES MOBILIZADAS..... | 50 |
| 3.2 A NOÇÃO DE SUJEITO EM AD..... | 53 |
| 3.2.1 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO PELA IDEOLOGIA E PELO INCONSCIENTE..... | 56 |
| 3.2.2 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E DO SENTIDO PELA INSCRIÇÃO EM UMA FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD) | 61 |
| 3.2.3 FORMAÇÃO DISCURSIVA ELEITORAL (FD-E): UMA FD HETEROGÊNEA | 68 |
| 3.2.4 PARÁFRASE, MEMÓRIA E EFEITO METAFÓRICO: ABERTURA PARA A CONSTITUIÇÃO DE SENTIDOS MOVENTES | 71 |
| | |
| 4 SOBRE O EFEITO DE HUMOR: O JÁ DITO DA ANTIGUIDADE À CONTEMPORANEIDADE..... | 76 |
| 4.1 O EFEITO DE HUMOR NA SOCIEDADE GREGA CLÁSSICA | 78 |

| | |
|---|-----|
| 4.2 O EFEITO DE HUMOR NA SOCIEDADE ROMANA ANTIGA | 80 |
| 4.3 O EFEITO DE HUMOR NA SOCIEDADE MEDIEVAL | 82 |
| 4.4 O EFEITO DE HUMOR NA CONTEMPORANEIDADE | 85 |
| | |
| 5 SOBRE O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO: O SEMPRE JÁ LÁ..... | 92 |
| 5.1 NA CONSTITUIÇÃO DE 1824..... | 95 |
| 5.2 NA CONSTITUIÇÃO DE 1891..... | 97 |
| 5.3 NA CONSTITUIÇÃO DE 1934..... | 98 |
| 5.4 NA CONSTITUIÇÃO DE 1937..... | 99 |
| 5.5 NA CONSTITUIÇÃO DE 1946..... | 100 |
| 5.6 NA CONSTITUIÇÃO DE 1967 (EMENDA CONSTITUCIONAL DE 1969)..... | 102 |
| 5.7 NA CONSTITUIÇÃO DE 1988..... | 106 |
| | |
| III – PARTE: ARTICULANDO OS PONTOS E DANDO OS NÓS: AS ANÁLISES .. | 108 |
| | |
| 6 GESTOS DE LEITURA SOBRE O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO | 109 |
| 6.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO REGRAMENTO ELEITORAL | 109 |
| 6.2 IMAGEM E PALAVRA SOB EFEITO METAFÓRICO | 112 |
| 6.3 ESPETÁCULO POLÍTICO E <i>DOXA</i> : O TRABALHO DE REGIÕES DO INTERDISCURSO, IMAGEM E PALAVRA | 114 |
| 6.4 A CONSTRUÇÃO MUDIÁTICA DO ESPETÁCULO | 118 |
| 6.5 PREPARANDO AS ANÁLISES | 121 |
| 6.5.1 APRESENTANDO O <i>CORPUS</i> ANALÍTICO | 122 |
| 6.6 AS ANÁLISES | 127 |
| 6.6.1 GESTOS DE LEITURA SOBRE A CAMPANHA E O HORÁRIO ELEITORAL | 127 |
| 6.6.2 GESTOS DE LEITURA SOBRE O CANDIDATO POLÍTICO | 138 |
| 6.6.3 GESTOS DE LEITURA SOBRE O ELEITOR | 148 |
| | |
| EFEITO DE FECHAMENTO..... | 156 |
| | |
| REFERÊNCIAS..... | 162 |
| | |
| ANEXO A – BALÕES DE HQs..... | 173 |
| | |
| ANEXO B – EXCERTOS DA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824) | 174 |

| | |
|--|------------|
| ANEXO C – EXCERTOS DA CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937) | 176 |
| ANEXO D – RESUMO DOS ATOS INSTITUCIONAIS EDITADOS PELOS COMANDANTES MILITARES DA DITADURA | 178 |
| ANEXO E – EXCERTOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 QUE TRATAM DOS DIREITOS POLÍTICOS E DOS PARTIDOS | 181 |

EFEITO DE ABERTURA

Nesta pesquisa, procuro apresentar como se constitui o discurso sobre as eleições de 2012 no gesto de leitura dos cartuns integrantes do arquivo construído para este trabalho de doutoramento. Selecionei (para as análises) unidades discursivas que – em sua arte – simbolizam o processo eleitoral democrático brasileiro e o inscrevem em uma Formação Discursiva Eleitoral. Mas, antes de explicar como este estudo está organizado e como o discurso dos cartuns está inscrito, considero importante apresentar o caminho que percorri até o encontro com a Análise do Discurso pecheuxiana e o objeto de análise.

No começo, um desejo: desenvolver meus estudos e resolver algumas questões que me acompanhavam ao longo da minha trajetória como professora de língua portuguesa: a interpretação. Por que a cada atividade que eu propunha aos estudantes em que havia interpretação – seja no ensino fundamental, médio ou superior – sempre me deparava com uma ou mais respostas – inesperadas para mim – mas, logicamente constituídas e plenas de sentido? Por quê? Inicialmente, penso que o problema está na forma como elaboro as questões. Esse problema, procuro contornar fechando – cada vez mais – as questões para higienizar as respostas. Não deu certo. Sempre havia um estudante que compreendia de forma distinta o texto e respondia maravilhosamente de forma impar ao que foi perguntado sobre o material trabalhado. Então, considerei que era hora de buscar na fonte dos conhecimentos acadêmicos as respostas ao que me afligia e aprofundar meus estudos. Na primeira atividade acadêmica que fiz, na condição de aluna especial, o professor gentilmente me disse que as respostas que eu buscava não estavam apenas na língua: as minhas indagações eram fruto de uma exterioridade. Aquela teoria não trabalhava com exterioridades e não me daria as respostas que eu tanto ansiava.

Assim, a busca continuou e matriculei-me em outra disciplina, também como aluna especial. Logo, deparo-me – quase que por acaso – com uma teoria complexa e surpreendente chamada Análises do Discurso. Uma teoria que trabalha com a metáfora, ou melhor, com o efeito metafórico. A cada aula uma descoberta e o encanto com a possibilidade de encontrar as respostas para as minhas indagações: o interdiscurso, o sempre já lá, disposto a retornar e a produzir diferentes efeitos de sentido. Desta forma, começo a minha trajetória por um caminho, até então, desconhecido para mim.

Logo, o susto: as portas do Programa de Pós-Graduação em Letras são abertas para mim. Início a minha viagem intelectual com um projeto que ia trabalhar a interpretação do discurso político em três grandes jornais gaúchos. Como diferentes jornais discursivizam o

mesmo discurso político para o seu público leitor? Nesse ínterim, percorro vários territórios e visito vários pontos até que percebo que estou sozinha e viajando sem malas.

Não fiquei por muito tempo só. Prossigo com a minha viagem, mas, desta vez, sob a orientação de uma guia exigente e terna. O projeto incipiente com jornais é deixado de lado e começo uma busca por outras materialidades para trabalhar. Ainda estou viajando sem malas. Revisito alguns caminhos percorridos e desprezados anteriormente em busca das malas. Aportei em Rio Grande, no *Jornal Agora*, e encontrei Lorde Lobo. Desprezei o jornal anteriormente, justamente porque não tinha seção de política. Não percebi, naquele momento, que a política ia além dos rótulos de uma seção de jornal. A política no *Jornal Agora* estava muito presente nos traços e nas legendas dos desenhos do cartunista Lorde Lobo. Sem indicar ou mencionar o termo política, seus cartuns e charges diziam sobre política. Felizmente, comecei a fazer as malas a tempo: a constituir o meu arquivo de pesquisa. Um pesquisador de AD sem arquivo é como um viajante sem malas. No começo, jogo tudo na mala: caricatura, charge, cartum, tirinhas de histórias em quadrinhos. Depois, percebo o excesso de peso e estabeleço critérios: vou trabalhar com cartuns apenas.

Após muitas orientações, leituras e releituras, escritas e reescritas, chega o momento em que tenho de dar forma à minha pesquisa e apresentá-la à comunidade acadêmica. Em face disso, apresento – em formato sumarizado – como esta tese está organizada. Aqui apresento algumas considerações iniciais constituindo um *Efeito de Abertura*. O trabalho de pesquisa, apresenta-se distribuído em três seções assim nomeadas: *I – Parte: Do tema ao corpus discursivo; II – Parte: As ‘coisas-a-saber’ sobre: a teoria que sustenta as análises, o efeito de humor e o já dito acerca do pleito brasileiro em legislações; III – Parte: Articulando os pontos e dando os nós: as análises*. Após a última seção, apresento breves considerações sobre a pesquisa, constituindo um *Efeito de Fechamento*.

A primeira parte é composta por dois grandes capítulos. O capítulo um trata do tema e das questões que o envolvem, também a respeito de questões que dizem sobre o objeto de análise. Em vista da escolha do objeto, apresento sinteticamente um estudo a respeito de outras materialidades as quais possuem semelhanças com os cartuns, mas não devem ser confundidas com estes. O capítulo dois trata da noção de arquivo e da constituição do *corpus* de pesquisa, também apresenta os critérios do recorte das unidades do arquivo em face das condições de produção do processo eleitoral brasileiro em 2012. Além disso, aborda duas características constitutivas do *corpus* pesquisado: o eixo verbal e o eixo imagético. Essa primeira seção busca situar o leitor sobre o tema de referência da pesquisa e as questões que envolvem o objeto de análise.

A segunda parte é formada pelos capítulos três, quatro e cinco os quais tratam respectivamente: dos princípios e noções da Análise do Discurso pecheuxiana que são mobilizados posteriormente nas análises; sobre a historização dos efeitos de humor da antiguidade até a contemporaneidade; e sobre a memória do pleito pelo viés das Cartas Magnas as quais regularam o Brasil até a Constituição de 1988. A segunda seção desta pesquisa pretende dar suporte teórico e metodológico, trazendo do interdiscurso a historicidade e a memória as quais fornecem as condições de produção e de reativação dos efeitos de sentido para o processo eleitoral brasileiro da contemporaneidade.

A terceira parte é constituída pelas análises propriamente ditas. Procuo, no capítulo seis, costurar a teoria com a explicitação dos gestos de leitura presentes nos objetos cartuns. Por meio do entrelaçamento dos eixos imagético e verbal, busco o funcionamento dos gestos de leitura sobre alguns componentes do processo eleitoral brasileiro contemporâneo. A terceira seção tem como finalidade refletir sobre as unidades integrantes do arquivo e o tema de referência desta tese, além das facetas que envolvem a língua e a produção dos efeitos de sentido. Palavras e imagens, imagens e palavras, ambas, num trabalho de entrelaçamento constituem efeitos de sentido e intensificam críticas. Por fim, apresento algumas considerações sobre a pesquisa e procuro dar um *Efeito de Fechamento* ao estudo.

Pensar o *corpus* integrante do arquivo, esta é a minha proposta. Embora o arquivo possa ser visto de maneira diferente, de acordo com os recortes e a teoria que é mobilizada, foi com as lentes da AD que decidi enxergá-lo.

I – PARTE: DO TEMA AO *CORPUS* DISCURSIVO

*“Os chineses têm uma frase que se repete aí cansativamente:
Uma imagem vale mil palavras.
E eu sempre digo: diz isso sem palavras!”*

(MILLÔR FERNANDES, [1989] 2013)

1 DO TEMA AO *CORPUS* DISCURSIVO

Esta primeira parte da pesquisa situa o leitor sobre o tema discursivizado pelas unidades de análise e também explicita os critérios utilizados para definir o objeto de pesquisa o qual é trabalhado pelo entrelaçamento da língua, da história e do sujeito. Em vista das características do objeto selecionado para estudar a inscrição dos efeitos de sentido sobre o tema de referência – *processo eleitoral brasileiro contemporâneo* –, apresento um breve estudo com as principais características da caricatura, da charge, das histórias em quadrinhos e dos cartuns. Após as determinações iniciais – quanto ao tema e ao objeto –, recorro da teoria as primeiras noções da Análise do Discurso (AD) pecheuxtiana as quais passam a ser mobilizadas para constituir o *corpus* discursivo do *arquivo*.

1.1 O TEMA

O tema desta pesquisa é a produção de *efeitos de sentido* sobre o processo eleitoral brasileiro contemporâneo – considerando alguns dos componentes do pleito – através dos gestos de leitura presentes em cartuns que interpretam as eleições municipais de 2012.

O que o discurso dos cartuns da contemporaneidade – enquanto prática social ideológica – diz sobre as eleições e os componentes do sistema político democrático brasileiro? Então, em vista disso, este estudo se propõe a trabalhar com a compreensão da produção discursiva de materialidades imagético-verbais que dizem sobre as eleições brasileiras contemporâneas, e, também, a investigar, não só o que é dito, atualmente, sobre as eleições, mas como é dito por meio do funcionamento do discurso de objetos complexos como os cartuns. A complexidade é considerada não com relação ao tema, mas com relação ao entrelaçamento de diferentes materialidades na sua formulação.

1.2 QUESTÕES SOBRE O TEMA

O que é dito sobre o atual processo político eleitoral brasileiro – através do discurso dos cartuns do arquivo, materializado nas linhas do desenho, pelas sequências imagéticas, e nas palavras, pelas sequências verbais, – e como é dito passa por questionamentos que envolvem a constituição do *corpus* e a formulação do arquivo. Entre as indagações necessárias estão:

- a) Existem regularidades que percorrem o discurso do arquivo sobre as eleições brasileira da contemporaneidade? Essas regularidades ocupam qual posição

com relação ao que diz a legislação brasileira? Há uma relação de identificação, aceitação, ou é uma relação de tensão, de resistência ao discurso legal que circula em nossa sociedade?

- b) Como o discurso dos cartuns relaciona-se com o discurso da legislação em vigor? Há uma relação de paráfrase? Ou uma relação de polissemia, transformação dos discursos?
- c) Como os componentes *campanha eleitoral e horário eleitoral, candidato político e eleitor* são investidos de sentido nos cartuns?

Com o objetivo de encontrar as respostas para as indagações feitas sobre o tema de referência, é preciso investigar o objeto de estudo, contrapor com outros discursos e seguir questionando.

1.3 A DETERMINAÇÃO DO OBJETO

O discurso dos cartuns sobre as eleições não surge no vazio e, além disso, carrega consigo marcas de sua inscrição na língua, na história e no sujeito. Isso significa que trabalhar com o gesto de leitura desses objetos é compreender como os sentidos políticos estão inscritos e como produzem efeitos de sentido nos cartuns. Como são os ditos ou mesmo os interditos? Como os efeitos de sentido estão estabilizados? Quais efeitos de sentido estão à deriva? Considero o cartum um objeto imagético-linguístico-histórico que simboliza. Por isso, julgo importante estudar como o discurso dos cartuns do arquivo – sobre o tema de referência – foi organizado, tecido, e que efeitos de sentido produziu, reproduziu (e, por que não dizer?), transformou. Então, trata-se de considerar o que estes cartuns dizem e como dizem, como são formulados.

Em vista disso, nesta parte do estudo, abordo as características da materialidade do objeto de pesquisa, cuja linguagem é duplamente constituída: pela imagem – formada pelas linhas do desenho – e pelo verbal – formado pelas legendas e pelos proferimentos dos personagens – de cada cartum. Início a explicitação dos procedimentos metodológicos por uma reflexão sobre a noção de *arquivo* e a constituição do *corpus* de pesquisa. Como a proposta deste estudo é trabalhar com o discurso que circula sobre as eleições contemporâneas, é preciso – antes de constituir um arquivo – determinar quais os critérios serão empregados para a seleção do objeto que fornecerá o discurso a ser analisado.

A constituição do objeto de pesquisa e do *corpus* discursivo de análise, a partir do arquivo construído, está pautada em procedimentos metodológicos que se ancoram no

dispositivo teórico da AD pecheuxtiana. Para chegar à constituição do arquivo, é preciso definir o objeto, as questões a serem pesquisadas e a explicitação dos conceitos que serão mobilizados pela pesquisadora. Com isso, faz-se necessário realizar recortes que implicam: leitura, descrição e interpretação dos processos de produção dos efeitos de sentido. A inscrição teórica na AD pecheuxtiana implica a tomada das materialidades, a serem analisadas, como peças de discurso, visando à apreensão dos jogos de forças que nelas se inscrevem. Então, importa mapear a presença do já dito (o interdiscurso) sobre as eleições e os lugares de confronto ideológicos ocupados por esses dizeres¹. Em vista disso, principio apresentando o percurso desenvolvido até a definição da materialidade do objeto de pesquisa antes de prosseguir com a apresentação da teoria e das análises.

1.4 ANTECEDENTES À DEFINIÇÃO DO OBJETO

Textos de jornais, *blogs*, telejornais, documentários, propagandas político-partidárias, a própria legislação atual – entre tantas outras materialidades – podem integrar o arquivo e fornecer a materialidade para a leitura dos efeitos de sentido que circulam sobre as eleições brasileiras contemporâneas. A materialidade escrita fornece o fio condutor que nos leva ao discurso sobre o tema de referência. Escolho buscar um processo discursivo complexo em sua constituição material: um objeto formulado com imagens e com palavras. Por que um objeto discursivo com imagens? Porque “a imagem ao mesmo tempo representa a realidade, mas pode também conservar a força das relações sociais (...)” (ORLANDI, 2011a, p. 58). E, não somente isso, acredito que a imagem – na condição de um efeito-texto – submete-se aos mesmos efeitos a que se submete o texto verbal. Por isso, defendo que as imagens – as linhas dos desenhos dos cartuns – também apresentam uma sintaxe, uma organização que significa. Além disso, como diz a autora: “é possível, de certo modo, pensarmos a imagem relativamente ao que diz Pêcheux, sobre a memória como interdiscurso (algo fala antes, em outro lugar e independentemente).” (ORLANDI, 2011a, p. 58). Também Courtine (2008) afirma que “uma imagem nunca nos chega sozinha, ela convoca sempre outras imagens. Falar de imagens significa falar de uma cadeia, uma rede, uma série.” (*apud* CAMPOS, 2010, p. 14). Eu complemento, dizendo que é uma série de significantes que pode se intensificar, porque quando imagem e palavra

¹ Quando uso a palavra dizer(es) não estou me referindo apenas ao verbal, mesmo porque, parto do pressuposto de que as imagens também dizem.

se associam ocorre uma potencialização de efeitos de sentido². Com isso, parto do pressuposto de que as imagens e as palavras em associação potencializam críticas. Em face disso, a escolha do objeto desta pesquisa recai na materialidade de artes gráficas denominadas cartuns.

A busca por efeitos de sentido em um objeto simbólico, materialmente heterogêneo, ocorre – nesse estudo – pela análise de estruturas materiais distintas em composição. Defendo isso, embora alguns pesquisadores, a exemplo de Souza (2001, p. 6), afirmem que as imagens constituem uma linguagem independente as quais podem prescindir do verbal para significar e que “uma ‘imagem não vale mil palavras, ou outro número qualquer’ ”. Para Souza (2001, p. 6), “a palavra não pode ser a moeda de troca das imagens.” No entanto, a proposta deste trabalho não se identifica nem com a independência das imagens, nem com a independência das palavras. Também, não proponho o estudo de uma materialidade por outra: ou a tradução ou mesmo a paráfrase do imagético pelo verbal. O viés dado a esta pesquisa tem relação com a epígrafe de Millôr Fernandes – na abertura desta primeira parte do estudo – a qual lembra que a palavra e a imagem, num trabalho de composição, dizem por meio de sua incompletude. “Ou seja, a imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais. Na remissão de uma materialidade a outra, (...)” (LAGAZZI, 2009, p. 68). Não se trata de pensar a imagem pelo verbal e nem o verbal pela imagem, mas investigar como o imagético e o verbal trabalham juntos para significar. Como o conjunto heterogêneo desse entrelaçamento material significa; como a sintaxe do imagético e a sintaxe do verbal trabalham para sustentar e intensificar efeitos de sentido.

O verbal e o imagético são constituintes das artes gráficas que se inscrevem em determinadas condições de produção e de circulação e – com a sua singularidade – realizam gestos de leitura. O cartum – enquanto objeto simbólico, materialmente heterogêneo, que é capaz de organizar gestos de leitura – tem características que se assemelham e, por isso mesmo, por vezes, se confundem, com outras artes gráficas que também trabalham com materialidades imagético-verbais. Entre outras artes gráficas que podem vir a se confundir com os cartuns estão as *caricaturas*, as *charges* e as tirinhas de *histórias em quadrinhos* (HQs), por possuírem traços básicos em comum, como a imagem formada pelas linhas do desenho e, em alguns casos, o humor. Em vista disso, considero

² Demonstro essa potencialização, posteriormente, na III Parte do estudo por ocasião das análises dos cartuns integrantes do *arquivo*.

importante diferenciar essas quatro artes gráficas; porém, essa distinção, segundo Mendonça (2003), é difícil mesmo para os profissionais da área.

Então, dada a complexidade no limite das fronteiras entre um objeto e outro, considero necessário apresentar um breve estudo com as características peculiares de cada uma dessas artes gráficas, antes de configurar o objeto de análise e apresentar o tipo de *corpus* que constituirá o arquivo. Começo pelas marcas de regularidades a buscar o que torna o cartum dessemelhante de outras artes gráficas concorrentes com ele e, assim, a descrição das características de cada uma delas para que possa contribuir com o estudo do cartum.

1.4.1 Sobre caricaturas

A arte gráfica das caricaturas tem sua historicidade e características próprias, por isso, exponho nas linhas que seguem quais são os traços específicos da arte caricata e o porquê de não escolher trabalhar com esse objeto nas análises deste estudo.

Historicamente, a palavra caricatura vem do italiano *caricare* e tem como significado mais usual o de carregar, no sentido de exagerar, aumentar algo em proporção. De acordo com o trabalho de Magno (2012) – que teve por objetivo revisar e resgatar a memória do humor gráfico no Brasil – a arte da caricatura foi cultivada pelos italianos da Escola de Carracci e projeta em sua arte algo mais do que o simples exagero nas formas do desenho. Conforme o autor, a origem das primeiras caricaturas remonta à arte egípcia, como atestam papiros do Museu de Turim e do Museu Britânico, “podendo ser encontrada também na antiguidade, nas paródias chistosas dos vasos gregos, nos *graffiti* de Roma e de Pompeia, e na Idade Média.” (MAGNO, 2012, p. 18). Então, desde seus primórdios, a arte caricata está associada ao chiste, ao humor, à espirituosidade.

Entre uma das formas mais populares de expressão caricatural, encontra-se a caricatura pessoal a qual utiliza o exagero em determinadas características físicas da pessoa caricaturada. É mais comum o emprego do exagero nos traços fisionômicos da pessoa alvo da caricatura, mas qualquer parte do corpo, bem como trejeitos podem ser destacados no desenho. No Brasil, a caricatura teve um grande desenvolvimento e ocorreu a ampliação de seu campo.

Aqui, historicamente, a palavra caricatura, em sua concepção moderna, que é caracterizar, ganhou uma significação particular, se tornando o termo abrangente para todos os segmentos dessa arte, englobando a caricatura pessoal (o *portrait-charge*), a charge (do francês *charger*, de carga, crítica) e o cartum (de temática mais universal). (MAGNO, 2012, p. 15).

A expressividade do desenho caricato supera a da palavra: “a pintura caricatural é mais expressiva que a palavra escrita, contendo mais ideias³ em menos espaço e por isso comunicando-a mais depressa.” (MAGNO, 2012, p. 24). Considerando que o nascimento e a infância da caricatura no Brasil ocorrem no século XIX, período em que quase a totalidade da população é analfabeta, o dizer sobre temas políticos por meio de recursos apenas imagéticos é de importância inconteste em meu ponto de vista.

Para Josué Montello, a liberdade então atribuída à imprensa criou o terreno propício ao desenvolvimento dessa arte: ‘A caricatura viveu uma idade de ouro no jornalismo truculento do Império. A liberdade de imprensa viera no Primeiro Império e aumentara no Segundo, graças ao regime parlamentar e ao espírito liberal do monarca. Pedro II concedeu atuação ampla e livre ao jornalismo em todo o seu longo governo. E o jornal, abusando dessa regalia, empreendeu as campanhas que solaparam os sustentáculos da monarquia. Em tal ambiente, a caricatura aflorou como num elemento natural. Chegou para completar a obra destruidora. E agiu desordenadamente, num furor pânico, zombando e troçando, rindo e maldizendo, sem restrições ou censuras oficiais, zurzindo os políticos e os grandes homens, ridicularizando ideias, costumes. (*sic*) (MAGNO, 2012, p. 29 – 30).

As palavras da citação, mesmo não se filiando à AD, apontam para a capacidade das imagens produzir efeitos de sentido entre todas as classes da população. Assim, a caricatura incorporou-se ao jornalismo brasileiro, manifestando sua opinião pelas linhas silenciosas dos desenhos através da descrição jocosa de personalidades do meio político brasileiro.

Para finalizar essa subseção, saliento que entre as principais características da caricatura estão: o exagero na descrição dos traços físicos de quem é o foco da caricatura, evidenciando aspectos marcantes da pessoa retratada como gestos, vícios e hábitos particulares. As imagens caricatas são distorções que distanciam o desenho da realidade e o aproximam do humor. É comum a sua utilização nas sátiras políticas. No Brasil, a caricatura serviu para destacar os acontecimentos em que se denunciavam os atos de corrupção na política e, até os dias atuais, é usada – em alguns jornais – como sátira de acontecimentos públicos. Às vezes, o termo caricatura pode ainda ser usado como sinônimo de grotesco (a imaginação do artista é priorizada ao estabelecer analogias com

³ Não me filio a correntes teóricas que acreditam que as palavras sejam capazes de refletir os pensamentos nem a teorias que trabalham com a codificação e a decodificação de mensagens. Considero, porém, interessante a perspectiva do autor no que tange à expressividade da imagem caricata, apesar de eu ter como propósito o estudo do entrelaçamento do imagético e do verbal.

aspectos naturais) ou de burlesco. Os exageros são responsáveis por enaltecer o caráter cômico da caricatura e provocar o riso dos leitores.

Apesar de a caricatura possibilitar um inventário do caráter de uma sociedade e registrar posições ideológicas, fiz a opção por não trabalhar com essa arte gráfica, mas com cartuns, pois investigo como o entrelaçamento do imagético e do verbal – nas artes gráficas – leem o processo eleitoral democrático brasileiro contemporâneo, sem me fixar em personalidades específicas.

1.4.2 Sobre charges

As charges surgem na Inglaterra e na França dos séculos XVIII e XIX, mas, como afirma Gombrich (1999), elas têm suas raízes fincadas na iconografia da Idade Média e na atividade dos ateliês de pintura dos séculos XV e XVI. O termo charge – originário do francês – segundo Houaiss e Villar (2001), significa carga que, por extensão, como a caricatura, quer dizer exagerar o caráter de alguém ou de algo para torná-lo ridículo, por meio de uma representação exagerada e burlesca. Segundo Magno (2012), foi o artista Manuel de Araújo Porto-Alegre quem – pela primeira vez no Brasil – aliou a caricatura de uma personalidade política (retrato caricatural) à charge em 1837.

Pelas características que incorporou no Brasil, a charge exerce uma ação vigorosa contra alguém, geralmente uma personalidade pública, ligada à política. Mais do que um simples desenho, a charge é uma crítica político-social em que o artista expressa graficamente sua posição sobre determinadas situações cotidianas através do humor e da sátira. A charge trabalha com uma linguagem que se compõe, simultaneamente, de imagem (o desenho) e de palavras (as legendas e as falas). Segundo Flôres (2002, p. 14), é “um texto usualmente publicado em jornais sendo via de regra constituído por quadro único”. Atualmente, as charges circulam em revistas, em jornais e na rede mundial de computadores. Invariavelmente, o chargista transcende o domínio do puramente visual, aliando verbal e não verbal juntos.

Identificadas pela mídia como peças de humor gráfico, as charges comportam a articulação do verbal (palavra) com o não verbal (imagem), que constrói múltiplas direções de leitura, associando recursos como a ironia e o desenho caricatural. Outro aspecto importante é que elas costumam ser tão ricas e densas quanto outros textos opinativos, como crônicas e editoriais, que transmitem um posicionamento crítico sobre personagens e fatos políticos. (PILLA; QUADROS, 2009, p. 227).

De acordo com Chaparro (2008), para entender uma charge, não é preciso ser necessariamente uma pessoa culta, basta estar por dentro do que acontece ao seu redor. A charge tem um alcance maior do que um editorial, por exemplo, por isso, enquanto um desenho crítico, é temida pelos poderosos. A charge usa, quase sempre, os elementos da caricatura e destaca em seus desenhos os traços caricatos de um personagem para fazer uma crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política. Para a compreensão da charge, o leitor deve ter conhecimento prévio do assunto tratado.

A mensagem contida na charge é eminentemente interpretativa e crítica, e pelo seu poder de síntese, pode ter às vezes o peso de um editorial. Alguns jornais da imprensa ocidental chegam mesmo a usar a charge como um editorial, sendo ela uma intérprete direta do pensamento do jornal que a publica. (CERINO, 2012a, [s.p]).

De acordo com Nery (2008), na sua forma atual, a charge mantém viva muitas das tradições expressivas que a compuseram historicamente, definindo-se pela apropriação e pela reatualização constante de diferentes linguagens: pictórica, literária e teatral. Sintetizando o que diz a pesquisadora: a charge é uma narrativa que, como qualquer outra, opera com a seleção e a combinação de elementos para criar uma cena; mas uma cena na qual não ocorre um desenrolar sequencial dos episódios. Ao contrário, a imagem, muitas vezes, emoldurada por uma grande massa de texto, pressupõe que seu observador complemente a dramatização, supondo um começo e um desfecho temporais que, a rigor, não estão ali desenhados. Dessa operação, encarrega-se o leitor, conferindo alguma cronologia a uma percepção necessariamente simultânea da ação traçada. O tema das charges são comentários políticos ou sátiras dos costumes. Nery (2008) explica que a linguagem da charge está em comunicação constante e direta com o passado, mas se alimenta da novidade, do presente. Por isso, é considerada uma narrativa efêmera cuja mortalidade está fixada para o mesmo dia.

Sobre a efemeridade das charges, Nogueira (2003, p. 3 – 4) pondera que o desgaste da temática da charge, centrada na atualidade, “é inevitável, entretanto, dentro de um contexto histórico, poderá por diversas vezes repetir-se, ou seja, permanecer atual enquanto crítica ao *establishment* econômico ou social de um país”. Importante acréscimo a esta discussão é feito por Nery (2008), quando afirma que, ao mesmo tempo em que a charge tem uma natureza extremamente plástica, adaptável, apoia-se num elenco de referências estáveis, altamente esquematizadas. Tal qual um jogo, a charge envolve uma série de regras e suas peças podem ser reordenadas de acordo com os objetivos de cada partida.

Todo o processo de elaboração das charges tem por base ou fonte de inspiração outros textos e discursos, principalmente notícias veiculadas por jornais impressos e outros meios de comunicação. Tecido com fios de um humor irreverente, crítico, aparentemente inofensivo, o discurso da charge desvela o cotidiano da sociedade, valores, experiências, fraquezas, misérias e grandezas marcadamente humanas. Por isso, as charges são potencialmente decisivas no processo de construção e veiculação de ideologias. (PILLA; QUADROS, 2009, p. 227).

Com isso, posso inferir que a charge é uma arte gráfica mais complexa do que a caricatura, pois alia à linguagem visual a linguagem verbal em suas críticas, marcando uma posição. Para finalizar essa subseção, apresento, resumidamente, as principais características da charge.

O principal traço que distingue a arte gráfica da charge da arte da caricatura é que esta trabalha com a linguagem verbal, construindo uma descrição bem humorada de um *fato específico* do cotidiano. Daí a sua efemeridade, pois sua crítica está relacionada a acontecimentos políticos e sociais pontuais que são o foco das notícias do dia ou da semana, ficando a sua interpretação dependente do (re)conhecimento da imagem e do assunto satirizado. Com isso, a charge é um objeto, marcado temporalmente, e, por isso mesmo, efêmero.

1.4.3 Sobre histórias em quadrinhos (HQs)

As HQs são narrativas contadas em quadros (vinhetas), ou seja, por meio de imagens, com ou sem texto, embora, na concepção geral, o texto seja parte integrante do conjunto. Em outras palavras, “é um sistema narrativo composto de dois meios de expressão distintos, o desenho e o texto.” (IANNONE; IANNONE, 1994, p. 21). As manifestações mais remotas das HQs, ou “arte seqüencial” (*sic*), de acordo com Eisner (1999), remontam há milênios. Alguns autores chegam mesmo a reportar o germe das HQs à arte rupestre das cavernas. Várias dessas manifestações representam sequencialmente cenas de caça, assemelhando-se, em alguma medida, à linguagem contemporânea dos quadrinhos.

Para Bibe-Luyten (1987), a popularização das HQs ocorre nos Estados Unidos no final do século XIX com as narrativas sobre a personagem Yellow Kid, do norte-americano Richard F. Outcault, a qual era publicada em tiras como suplementos de jornais. Mas, para Jarzem (2007), Outcault fez mais, pois além de popularizar as HQs, ele introduziu um novo elemento: o *balão*, local onde se põem as falas das personagens.

Nos Estados Unidos, as HQs chamavam-se *comics* porque as primeiras tirinhas eram utilizadas para fazer graça, humor, com o universo da periferia das grandes cidades americanas no final do século XIX. “Os primeiros exemplares conhecidos conjugavam piadas ou anedotas relacionadas a dois temas básicos: crianças e fantasia.” (IANNONE; IANNONE, 1994, p. 22). Hoje, as HQs podem ser usadas não só para fazer humor, como também para popularizar a ciência em cartilhas educativas, a exemplo das que ensinam a um público leigo a prevenir-se do contágio de doenças como a gripe, a dengue ou a AIDS... (MENDONÇA, 2008).

A sequenciação é o traço inconfundível das HQs contemporâneas, comparando-se com outras artes gráficas que também são formuladas com as linguagens imagética e verbal. A arte gráfica das HQs é composta pelo entremeio de *elementos* característicos e de *linguagem* específica. Segundo Iannone e Iannone (1994), entre os elementos, encontram-se os *quadrinhos* (com paginação e diagramação de acordo com o espaço disponível em cada publicação), a *imagem* (é o desenho continuado no interior do quadrinho com balões, letreiros e legendas se necessário), o *enquadramento* (é o arranjo do espaço interior do quadrinho em planos – geral, total, primeiro plano, médio e de detalhe – para transmitir a sensação de movimento), o *personagem* (o principal é o herói e os demais são os coadjuvantes). Com relação à linguagem dos quadrinhos:

Embora os enredos dos *comics* sejam transmitidos basicamente por meio de imagens, em geral eles necessitam da complementação de textos. Essa modalidade de linguagem, própria dos quadrinhos, costuma aparecer em três situações: nos diálogos (falas) e pensamentos dos personagens; nas legendas ou letreiros, geralmente expressando o discurso de um narrador ou elemento exterior; e nas onomatopéias (*sic*) ou explosões sonoras, isto é, vocábulos ou grafismos que traduzem os sons. (IANNONE; IANNONE, 1994, p. 69).

Conforme Iannone e Iannone (1994), num balão, o texto escrito representa a fala das personagens, mas, além de palavras, o balão pode apresentar sinais gráficos, desenhos ou grafemas (símbolos gráficos). Algumas vezes, apenas um desenho é suficiente para produzir efeitos de sentido⁴ e causar uma intensificação à ação que está sendo contada. Ainda, os mesmos autores salientam que quando alguém está ausente no quadrinho, o autor utiliza o balão-fala com um rabicho mais comprido que termina na moldura do quadrinho ou no lugar de onde iniciou a fala. Quando os balões vêm emendados, com ou sem rabicho,

⁴ Os autores usam os termos *expressão do conteúdo* em vez de efeitos de sentido, mas como para a filiação teórica desta tese não há a possibilidade de haver transmissão e recepção de conteúdos e tanto as palavras quanto as imagens não são evidentes nem transparentes, ocorrendo sempre a opacificação dos sentidos, optei pela substituição dos vocábulos.

indica que apenas uma personagem está falando várias coisas. Esses são denominados balões duplos ou balões encadeados.

Para a compreensão das HQs, é importante observar – além dos formatos dos balões de falas – o tipo de letra usado no balão. A letra de forma é a mais comum, geralmente utilizada nos diálogos e pensamentos comuns das HQs. Iannone e Iannone (1994) destacam o tamanho da fonte o qual indica o tom de voz da personagem. Em alguns casos, o tom mais alto pode ser utilizado como firmeza, determinação ou vigor de quem fala e é representado por letras grandes e com forte impressão. Por outro lado, o tom mais baixo pode significar receio, timidez ou submissão e é representado por letras miúdas e com impressão fraca. Já a letra manuscrita representa a leitura de um bilhete ou de uma carta. Por sua vez, as letras com aparência de notas musicais são indicações de canto ou de música. A voz do narrador é representada através da legenda a qual, geralmente, está disposta na introdução – o início da narrativa – e na ligação entre os quadrinhos, que se chama sequência.

Resumindo, a arte gráfica das HQs trabalha com o conjunto do imagético e do verbal, apresentando uma narrativa sequencial com personagem em vários quadros. Usa a linguagem verbal de maneira informal, representando, muitas vezes, os sons por meio de onomatopeias. Explora a expressividade do visual por meio da inscrição do verbal em balões de diferentes formatos. É o imagético moldando o verbal. Atualmente, existem HQs que exploram o humor, mas, necessariamente, o humor não precisa estar presente nas sequências dos quadros narrados. Além disso, embora possa haver HQs que abordem temas políticos, o mais comum são narrativas com personagens ficticiais que contam as peripécias de seus heróis ou super heróis.

1.4.4 Sobre cartuns

De acordo com o cartunista Moretti (2013), a palavra *cartum* é uma forma aportuguesada do termo inglês *cartoon* (cartão): pequeno projeto em escala, desenhado em cartão para ser reproduzido depois em mural ou em tapeçaria. A palavra também deu origem ao termo *cartunist*, ou seja: desenhista de cartazes. A expressão, com o sentido que tem hoje, nasceu em 1841 nas páginas da revista inglesa *Punch*⁵, a mais antiga revista de

⁵ *Punch* era uma revista britânica de humor e sátira publicada de 1841 a 1992 e de 1996 a 2002. No início de 1996, o empresário egípcio Mohamed Al-Fayed comprou os direitos para a marca e a relançou. Ele disse que queria dar uma resposta à revista britânica *Private Eye*, que se distinguia por críticas a Fayed. A revista não

humor do mundo. A revista *Punch* começou a publicar cartuns com regularidade, o público leitor da revista aprovou e a ideia seguiu adiante. Os cartuns começaram, então, a aparecer também em jornais, comentando e criticando os acontecimentos com muita rapidez.

Aqui, no Brasil, o cartum tornou-se muito popular. Um elemento que contribuiu muito para isso foi a revista *Pererê*, de Ziraldo, que abordava problemas políticos e sociais de nosso país (QUADROS, 2008). Mas, Ziraldo não foi o único cartunista a popularizar essa arte gráfica. Antes e depois de Ziraldo, muitos desenhistas criaram cartuns para comentar situações, fazer crítica e, às vezes, levar o povo brasileiro a rir, posso citar: Amorim, Benett, Bruno, Cazo, DaCosta, Fausto, Duke, Glauco, Henfil, Ivan Cabral, Jaguar, Jorge Braga, Lorde Lobo, Millôr Fernandes, Moretti, Nani, Pater, Sponholz, Tacho e Zop. Para o jornalista e cartunista Moretti, “no Brasil, o cartum também é uma forma de expressar idéias (*sic*) e opiniões, seja uma crítica política, esportiva, religiosa, social.” (MORETTI, 2013, [s/p]). Ainda, de acordo com o mesmo autor:

O desenho pode ter uma imagem (isolado), duas ou três (seqüenciado) (*sic*) dentro de quadrinhos ou aberto; pode ter balões, legendas e se beneficiar de temas fixos. Alguns cartuns têm caricatura, mas é muito raro – a não ser quando usado para satirizar figuras históricas conhecidas (Hitler, Napoleão, etc.). A forma do Cartum é universal, atemporal e não perecível. (MORETTI, 2013, [s/p]).

Romualdo (2000) acrescenta outras características que definem a arte gráfica do cartum:

todo desenho humorístico no qual o autor realiza uma crítica social, crítica de costumes, *focalizando uma realidade genérica*⁶ e, por isso, desconhece os limites de tempo que a crítica a personagens, a fatos e a acontecimentos políticos impõe. Para conseguir o humor em seus textos, muitas vezes, os cartunistas recorrem à caricatura – enquanto exagero proposital de formas. Os cartuns podem ser formulados com ou sem legenda. (ROMUALDO, 2000, p. 21).

Além dessas características, o cartunista Fernando Moretti (2004) *apud* Quadros (2008) reforça que o cartum é uma crítica mordaz, irônica, satírica e humorística do comportamento humano, de seus hábitos e de seus costumes, a qual não pretende apenas distrair, mas, ao contrário, alertar, denunciar e levar à reflexão.

O cartum veio depois da charge e é diferente, mas, mesmo assim é recorrente em várias obras a associação de charge a cartum (FONSECA, 1999; MENDONÇA, 2003;

foi muito bem sucedida, e no final de maio de 2002, anunciou o seu encerramento. Disponível em: <<http://www.punch.co.uk/>> Acesso em: 12 jul. 2012.

⁶ Grifos meus.

MAGNO, 2012). Também nos dicionários consultados (RABAÇA; BARBOSA, 2001 e HOUAISS; VILLAR, 2001) um verbete remete ao outro. O que essas duas artes gráficas têm em comum é que tanto a charge quanto o cartum são desenhos humorísticos, publicados em jornais, em revistas ou em *sites* de humor. Esses desenhos utilizam, por vezes, elementos caricaturais para ressaltar aspectos cômicos do assunto tratado. O humor satírico, irônico, produz a comicidade e a crítica. Em ambos os tipos de desenhos, há uma anedota gráfica em que o cartunista pode recorrer a legendas ou dispensá-las, por isso, durante muito tempo, os cartuns sem legendas foram chamados – pela imprensa brasileira – de piada muda.

Apesar de todas essas semelhanças, existem aspectos importantes que distinguem o cartum da charge. Levando em conta a limitação temporal, Romualdo (2000, p. 21) entende a charge como “um texto visual e humorístico que faz crítica a uma personagem, fato ou *acontecimento político específico [...] tem curto prazo de validade: vale para o dia, para a semana ou o mês em que determinado assunto foi destaque.*”⁷. Já o cartum é todo desenho humorístico no qual o autor realiza a crítica de comportamentos e costumes que focalizam realidades genéricas; ao contrário da charge, o cartum é atemporal.

Também para o cartunista Cerino (2012 b), o cartum, ao contrário da charge, relata um fato universal que não depende do contexto específico de uma época ou cultura, sendo assim atemporal. Temas universais como o naufrago, o amante, *o palhaço*, a guerra, o bem *versus* o mal, são frequentemente explorados em cartuns. São temas que podem ser entendidos em qualquer parte do mundo por diferentes culturas em diferentes épocas. Ainda, o mesmo autor diz que “é comum vermos a ausência de textos em cartuns. São os chamados *cartuns pantomímicos* ou *cartuns mudos* onde a idéia (*sic*) é representada somente pela expressão dos personagens no desenho sem que seja necessário o emprego de texto como suporte.” (CERINO, 2012 b, [s/p]).

Resumindo, o cartum é uma crítica atemporal, diferentemente da charge, por isso, trata de temas não pontuais no jornalismo diário. Sendo assim, os cartuns usam bonecos anônimos como personagem e podem ou não apresentar a linguagem verbal em legendas ou balões de falas. O cartum – em sua arte gráfica – por usar bonecos anônimos para tratar do tema alvo de suas críticas e não se referir a algum personagem específico – apresenta as suas opiniões e críticas de forma geral – e tem a vantagem de não depender do contexto para ser interpretado, por isso, é, de certa forma, atemporal.

⁷ Grifos meus.

Além dessas características, o cartum é um material de uma riqueza sem igual, pois pode empregar simultaneamente ou não recursos comuns à caricatura, à charge e às HQs, como os exageros, os balões, as legendas e os quadros sequenciais em sua arte gráfica. Sem o caráter pontual da caricatura, arte em que nos jornais e revistas, principalmente, consiste em retratar um sujeito conhecido, escolhendo o movimento imperceptível de uma deformação para tornar visível o ponto em que rompe o equilíbrio de alguma face, o cartum propõe mostrar o caráter social. Em vista de o objeto cartum tratar mais universalmente as críticas à política e não especificar um partido ou uma personalidade, resolvi escolher esse objeto para analisar o que se diz sobre o *campo discursivo de referência*⁸ deste estudo: o processo eleitoral brasileiro de 2012.

Determinado o objeto que contém o discurso a ser analisado para este estudo, passo a observar diretamente essa arte gráfica e a questionar o objeto a fim de delinear o recorte que será preciso fazer para delimitar e construir *o arquivo*. As observações iniciais indicam que os cartuns:

a) podem ser veiculados em jornais, revistas ou *sites*. Essa característica me faz pensar na abrangência do discurso desse material e na sua capacidade de propagar posições político-ideológicas. Quais são as posições político-ideológicas veiculadas no discurso do arquivo sobre o processo eleitoral brasileiro contemporâneo?

b) usam bonecos nas linhas de seus desenhos para registrar os aspectos do cotidiano simbolizados em lugar de explorar as caricaturas pessoais. Com isso, a não determinação dos personagens envolvidos nas cenas simbolizadas torna os aspectos políticos abordados mais perenes e duradouros. O que existe de perene no gesto de leitura dos cartuns sobre o processo eleitoral brasileiro?

c) utilizam a materialidade imagética do desenho para ressaltar uma crítica do assunto tratado, por isso, os cartuns apresentam certa dose de humor e são considerados no meio jornalístico como uma anedota gráfica em que o cartunista pode recorrer a legendas e à fala dos personagens em balões (ao verbal) ou dispensá-las para efetuar a sua crítica somente com o imagético. Qual a natureza da(s) crítica(s) dos cartuns sobre o atual processo eleitoral? Como o verbal e o imagético trabalham para significar?

O fato de os cartuns poderem dispensar o verbal fez-me observar o objeto com muito mais atenção e a querer investigar como as linhas silenciosas do desenho leem o acontecimento eleitoral. Apesar de a AD amparar-se na base linguística, Courtine (1999) e

⁸ Esta noção será trabalhada no próximo capítulo.

vários pesquisadores⁹ mostraram aos analistas de discurso que o não verbal também está sujeito à interpretação.

⁹ Outros pesquisadores da AD também trabalham com o imagético, tais como: Tânia Clemente de Souza, Eni Orlandi, Freda Indursky e Marchiori Quevedo Quadrado.

2 A ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO PARA A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

A investigação do discurso sobre o processo eleitoral, o qual está constituído pela materialidade imagético-verbal dos objetos cartuns, se faz pelo trabalho com o dispositivo teórico-analítico selecionado pelo analista. No entanto, o quadro teórico-metodológico da AD é complexo e mantém uma relação tensa entre as noções que o integram.

A AD é uma prática que não estabiliza seus conceitos e noções. A cada atividade de análise põe-se em questão a natureza de certos conceitos e redefinem-se seus limites. Assim, tanto a teoria como a prática estão e são abertas a transformações. Dessa forma, a teoria é mobilizada de acordo com a prática analítica. Com isso, “a menos que o dispositivo teórico seja praticado no dispositivo analítico, a própria compreensão da teoria não se realiza.” (LAGAZZI, 2009, p. 67). A fim de explicitar os procedimentos metodológicos empregados para a seleção, a organização e a constituição do *corpus* analítico desta tese, numa perspectiva pecheuxtiana, passo a mobilizar algumas noções.

Princípio pela noção de *arquivo*, que entendo da mesma forma que Pêcheux, ou seja, “em seu sentido amplo de ‘campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’.” (PÊCHEUX, 1997, p. 57). A noção de arquivo é complexa e suscita algumas reflexões tais como: onde está disponível o campo de documentos pertinentes ao campo discursivo de referência a ser trabalhado? Se existe em algum lugar esse arquivo, como foi ordenado e organizado? Por que é organizado desta e não de outra forma? Que consequências isso traz? Como ler esse arquivo? A resposta a essas questões está nos princípios e procedimentos da teoria discursiva pecheuxtiana. Mittmann (2014) orienta que:

Materialidade histórica e materialidade linguística e imagética constituem os documentos de arquivo. Por isso, ali encontramos o jogo de forças que ocorre tanto na borda, selecionando o que pode entrar e excluindo o que não pode, como na articulação interna através de desnivelamentos, sobreposições, mas também reacomodações. Por outro lado, o próprio arquivo traz em si o efeito de estabilidade e de naturalização – efeito ideológico. (MITTMANN, 2014, p. 36).

Em vista disso, “o arquivo não é o que recolhe a poeira dos enunciados [documentos] que novamente se tornaram inertes e aguardam o milagre da ressurreição. O arquivo define o modo da enunciabilidade do documento.” (FOUCAULT, 2007 p. 147). O arquivo não é dado pronto, precisa ser construído pelo gesto de leitura do analista. É o analista quem seleciona os materiais do campo de saber a serem trabalhados, é ele quem ordena e organiza o arquivo por meio de seu primeiro gesto de leitura. Além disso, o analista é quem determina se o(s) material(is) é/são pertinente(s) à questão analisada de

acordo com os objetivos do trabalho. Sendo assim, o arquivo não está pronto a partir de uma primeira leitura do analista. Ele vai, a exemplo das obras esculturais, sendo cinzelado, torneado; mas, diferentemente das esculturas que, em determinado momento, ficam prontas e acabadas, o arquivo nunca está fechado e encerrado. Sempre há a possibilidade de um novo ordenamento e uma nova organização: a entrada de novos materiais, a retirada de documentos, ou seja, novas leituras e “as idas e vindas se fazem necessárias em virtude dos conflitos e confrontos, sobreposições que ocorrem durante o próprio gesto de leitura e releitura do arquivo.” (MITTMANN, 2007, p. 156).

Na AD pecheuxtiana, a constituição dos *corpora* pode ser proveniente de dois tipos distintos de *corpus*: “*corpora* experimentais” e “*corpora* de arquivos” (COURTINE, [1981]¹⁰ 2009, p. 77). O primeiro tipo é obtido por materiais de respostas à entrevista, a questionário e a outras formas de recolher dados/fatos. Conforme palavras de Pêcheux (1997, p. 60): “os *corpora* experimentais são constituídos de sequências discursivas produzidas em situação experimental como respostas a uma questão, a uma instrução, à produção de um curto resumo de texto...” Já o segundo tipo é delimitado a partir de documentos referentes a um determinado assunto. Os *corpora* de arquivo são “constituídos a partir de materiais preexistentes, como aqueles com os quais, por exemplo, os historiadores são confrontados” (COURTINE, [1981] 2009, p. 77).

Neste estudo, categorizo, pois, os cartuns como documentos preexistentes que abordam o *campo discursivo de referência* selecionado para a pesquisa, portanto, esses objetos são considerados como *corpora* que passaram a integrar um *arquivo*. No caso desta pesquisa, os cartuns – os documentos – estão dispersos em vários espaços da *internet*, por isso, o arquivo é constituído aos poucos, a partir de gestos de leitura da analista.

A constituição do arquivo da pesquisa segue critérios teóricos propostos no dispositivo teórico da AD sem impor uma formulação modelar. Isso quer dizer que “o arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1997, p. 164). Ainda em acordo com os dois autores, o arquivo é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social, portanto, não é o reflexo passivo de uma realidade institucional.

¹⁰ Esta é a data de publicação da obra na França; para este estudo utilizo uma versão brasileira que data de 2009.

Assim, o arquivo – em sua própria constituição – passa por um processo: de leitura, de compreensão, de estabelecimento de relações entre elementos significantes e, desta forma, está aberto a uma leitura interpretativa. “É esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura do arquivo.” (PÊCHEUX, 1997, p. 63). Para que essa leitura seja possível, é necessário considerar a materialidade da língua e a memória atualizada no discurso dos objetos do arquivo. Desse modo, a própria constituição do arquivo e a configuração do *corpus* de pesquisa já é um trabalho de análise, pois implica decidir qual embasamento teórico vai orientar o recorte das unidades de análise que integram o conjunto das materialidades trabalhadas.

Em vista disso, se faz necessário estabelecer um campo discursivo de referência: “um *campo discursivo de referência* que se define como um tipo específico de discurso, como, por exemplo, o discurso político de um locutor específico, [...]”¹¹ (INDURSKY, 2013, p. 60). O *campo discursivo de referência* deste estudo é constituído pelo *discurso sobre o processo eleitoral brasileiro contemporâneo* – presente em cartuns, publicados na internet no período de maio a outubro de 2012 – formulado por diferentes cartunistas. Então, o critério inicial utilizado para selecionar os objetos integrantes do arquivo foi a percepção pela analista de uma referência ao processo eleitoral brasileiro na arte gráfica de cada cartum. Logo, o *corpus* de análise é resultante de recortes de cartuns integrantes do arquivo – formado pela pesquisadora – que tratam do campo discursivo de referência deste estudo os quais foram submetidos a novos recortes conforme a evolução desse estudo: trabalho com a teoria, com a análise dos objetos e retorno à teoria. Em vista desta tomada de posição para a construção do arquivo, o *corpus* passou por um processo inicial de recorte.

Tomo a noção de *recorte*, neste trabalho, da mesma forma que o estabelecido por Orlandi. “O recorte é unidade discursiva. Por unidade discursiva, entendemos fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva.” (ORLANDI, 1984, p. 14). Desta forma, a autora estabelece a diferença entre segmentar uma frase e recortar um texto, este concebido como uma unidade marcada pela incompletude. O gesto analítico de recortar visa ao funcionamento discursivo, buscando compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes. No

¹¹ Grifos da autora.

entanto, não é possível que sejam feitos os recortes discursivos para as análises apenas em uma primeira leitura do arquivo: “É a partir da teorização, com base no quadro epistemológico, que o analista de discurso observa/efetua as relações e delimita o grupo de enunciados pertencentes a uma formação discursiva. De agulha e linha na mão, o analista faz o caminho de ir e vir entre formulação e enunciado.” (MITTMANN, 2007, p. 158). Por esse caminho não estar pronto e precisar ser modelado, ou seja, selecionado, coletado, recortado e organizado pelo gesto de leitura inicial do analista – em confronto constante com a teoria e com os objetivos do trabalho – passo a descrever a constituição do *arquivo* desta tese. Desse modo, empreendo os primeiros passos num trabalho de leitura pelo recorte de unidades discursivas em meio aos objetos cartuns – que é um objeto verbal-imagético-histórico, organizado e que organiza em sua discursividade a ordem das coisas sobre o processo político eleitoral brasileiro contemporâneo.

2.1 DA CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO AOS RECORTES DAS UNIDADES DISCURSIVAS

O discurso dos cartuns sobre as eleições é uma interpretação, formulada a partir de um mosaico de discursos oriundos do interdiscurso, que expressa – na formulação de sua materialidade – a complexidade da trama do desenho com o verbal. Neste estudo, considero essa trama como dois eixos que se cruzam e se complementam: o eixo imagético (Ei) e o eixo verbal (Ev). Então, o discurso dos cartuns sobre o processo eleitoral é entendido como efeito de sentido das unidades discursivas com relação aos saberes propalados pela legislação eleitoral e às posições-sujeito em que se inscreve o sujeito do discurso inscrito em uma Formação Discursiva Eleitoral. Visto por essa óptica, o objeto de trabalho desta pesquisa insere-se no campo do político, já que o objeto cartum é uma forma de escrita e, como toda forma de escrita – seja verbal ou imagética – significa. O político abre-se para a emergência de saberes, a possibilidade de não unicidade dos efeitos de sentido e também para a administração desses efeitos. Consequentemente, o cartum, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada, pois ele tem relação com outros textos/imagens/discursos, com suas condições de produção, com sua exterioridade constitutiva. “É só por pura ilusão que se pensa poder dar a ‘palavra final’. O dizer também não tem um começo verificável: o sentido está (sempre) em curso” (ORLANDI; 1998a, p. 11). O(s) efeito(s) de sentido e o(s) saber(es) que emerge(m) no discurso dos cartuns do arquivo, enquanto objeto significante, significa(m) sempre com relação a, e o cartum, assim como todo enunciado, é suscetível de ser/tornar-se outro. Como disse Seriot

(2009)¹²: “o que conta é o enunciado compreendido, não a frase pronunciada.” Em vista disso, ao analisar as unidades discursivas integrantes do arquivo desta pesquisa, não é o cartum em si que é analisado, mas o(s) discurso(s) que vem/vêm com ele(s). Portanto, é o olhar discursivo que transforma o texto ou, nesse caso, o conjunto das materialidades da arte gráfica, imagética e verbal – o cartum – em discurso. Com isso, quero dizer que o objeto cartum não é visto apenas como arte gráfica, texto, imagem ou sequência imagético-verbal, mas como efeito de sentido entre locutores que ocupam lugares socialmente determinados e – por isso mesmo – cada unidade discursiva significa. Convém esclarecer que, na AD pecheuxiana, os lugares ocupados pelo sujeito do discurso não equivalem a lugares objetivos da estrutura social nem à presença física do sujeito. Os locutores – enquanto sujeitos – ocupam uma posição-sujeito. Nas palavras de Cazarin (2008, p. 207), “uma posição-sujeito é um lugar social que se materializa e pode ser apreendido no discurso pelos saberes da FD que o sujeito mobiliza para enunciar.”

Assim, para compreender o funcionamento do discurso sobre o *campo discursivo de referência* em que se situam os cartuns do *arquivo*, é preciso – antes – remeter à forma como foi coletado, organizado e constituído o arquivo, às condições de produção dos objetos e do próprio arquivo. Para Pêcheux ([1975]¹³1988, p. 190), “as condições de produção dos conhecimentos científicos estão inscritas nas condições de reprodução/trans formação das relações de produção.” Então, a formulação e a divulgação (circulação) das unidades de análise não estão separadas da história

O fato de o objeto cartum ser divulgado em um jornal impresso local (municipal ou estadual) e, ao mesmo tempo, ser replicado na Internet – e ser lido por um público infinitamente maior do que os leitores de impressos na atualidade – já indica que as condições de produção e de circulação dos cartuns historicamente mudaram, se comparadas com a divulgação dos cartuns no período da ditadura militar, quando os cartuns eram divulgados apenas em impressos: jornais e revistas. Por exemplo, *O Pasquim* era um semanário – muito conhecido à época, que se opunha ao regime militar – o qual publicava charges e cartuns criticando o regime. Em outras palavras, Orlandi (2012a) diz que as condições de produção (CP) de um discurso em sentido *estrito* estão relacionadas ao contexto imediato, às circunstâncias de enunciação; e, em sentido *amplo*, as CP incluem o

¹² Palestra proferida pelo professor Patrick Seriot, em 07 de agosto de 2009, na Faculdade de Educação (FACED), no Campus Central da UFRGS, Porto Alegre, RS.

¹³ Esta é a data de publicação da obra na França. Para este estudo, utilizo uma versão brasileira que data de 1988.

contexto sócio-histórico e ideológico que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Para Pêcheux ([1975]¹⁴1988), as CP remetem a lugares determinados na estrutura de uma formação social. As relações de forças entre esses lugares sociais encontram-se representadas no discurso por uma série de “formações imaginárias” que designam os lugares que o destinador e o destinatário atribuem a si e ao outro. Em vista disso, entendo a noção de *Condições de Produção* (CP) de um objeto como simbolizando a relação da sua materialidade constitutiva (imagética e verbal) com o sujeito, com a ideologia e com o inconsciente numa conjuntura histórica dada. Por isso, o objeto cartum, enquanto prática discursiva, é afetado em sua formulação e constituição por posições ideológicas e lugares o qual representa e simboliza; e, também, a sua coleta e organização em um *arquivo* sofre igualmente essas determinações. Isto posto, considero importante descrever como se processa a seleção e a organização do arquivo a partir da apresentação de uma síntese da conjuntura político-nacional-brasileira que envolve as eleições em 2012.

2.1.1 O contexto sócio-histórico das eleições de 2012

Tomo o processo político eleitoral brasileiro de 2012 como um *acontecimento* que serve como marco de referência histórico com relação às eleições anteriores¹⁵. O acontecimento em si é da ordem do real. O acontecimento histórico é da ordem da realidade e é resultado de uma construção discursiva e pode ser pensado como uma exterioridade constitutiva, como algo pontual capaz de gerar múltiplas discursividades¹⁶. Com isso, quero dizer que o *processo eleitoral brasileiro 2012* – enquanto acontecimento – pode ser discursivizado por diferentes posições de sujeito.

Conforme Pêcheux ([1983]¹⁷ 2006), o acontecimento remete a uma realidade, ao mesmo tempo, transparente e profundamente opaca, porque os enunciados, muitas vezes, apesar de remeterem ao mesmo acontecimento, não constroem as mesmas significações. Isso porque, ao descrever um acontecimento, procura-se apreender o real da língua, a sua existência simbólica. No entanto, a língua é o lugar dos deslizamentos de sentido, do

¹⁴ Esta é a data de publicação da obra na França; para esta pesquisa, utilizo uma versão brasileira de 1993.

¹⁵ Nas eleições de 2012, novas Leis – como a Lei Ficha Limpa – passam a regular a diplomação e a posse dos candidatos políticos eleitos. Além disso, o espaço que o judiciário passa a ter no cenário político nacional é ampliado.

¹⁶ Esse trecho tem por base teórica os apontamentos de rodapé de Cazarin (2008, p. 208).

¹⁷ Esta é a data de publicação da obra na França; para esta pesquisa, utilizo uma versão brasileira de 2006.

equivoco, da falta, da contradição, implicado pela ordem do simbólico. Então, o confronto discursivo prossegue através do acontecimento, pois a materialidade discursiva dos enunciados das unidades do *corpora* de arquivo que descrevem o processo eleitoral brasileiro em 2012 são absolutamente particulares, e apesar de remeterem ao mesmo fato, não estão relacionadas interparafrastricamente, porque não têm nem a forma, nem o conteúdo e nem a mesma estrutura enunciativa. Por essas razões, ao descrever/interpretar um acontecimento é necessário relacionar a história com outros conhecimentos. Com relação à descrição, Pêcheux ([1983] 2006) afirma que:

Toda descrição – quer se trate de descrição de objetos ou de *acontecimentos*¹⁸ ou de um arranjo discursivo-textual não muda nada, a partir do momento em que se prende firmemente ao fato de que “não há metalinguagem” – está intrinsecamente exposta ao equivoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, lingüisticamente (*sic*) descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de derivas possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 53).

O processo eleitoral brasileiro de 2012, enquanto acontecimento histórico, não significa isoladamente, ele funciona em um determinado contexto sócio-histórico. A história não é da ordem da imutabilidade e nem se propaga como algo irreversível que não está sujeito a transformações. Todo acontecimento para ser entendido precisa ser entendido através do modo como ele se inscreve numa ordem histórica. Para Marx e Engels([1846]¹⁹ 2007), a história não poderia viver sem as condições de vida, sem ocupar-se dos grandes acontecimentos superestruturais. Os grandes acontecimentos superestruturais refratam os verdadeiros acontecimentos.

Em Pêcheux ([1983] 2006, p. 19), o acontecimento é o novo “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e já começa a reorganizar”. O acontecimento, então, é entendido como historicidade. O viés da historicidade abre espaço para a consideração do acontecimento sob dois aspectos: o aspecto enunciativo²⁰ e o

¹⁸ Grifo nosso.

¹⁹ Esta é a data em que a obra em língua alemã foi concluída; para este estudo utilizo uma versão brasileira de 2007.

²⁰ No *acontecimento enunciativo*, ocorre a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD. Ou seja, surge um novo modo de enunciar os sentidos no interior de uma formação discursiva, mas este novo modo não opera pelo viés da ruptura com a FD e com a forma-sujeito.

aspecto discursivo²¹. Então, o acontecimento histórico processo eleitoral 2012 não é o fato como contado por um poder, nem por um historiador e nem se confunde com uma notícia: ele se dá nesse entrecruzamento. Segundo Pêcheux ([1975] 1988, p. 92), “o fato de que as classes não sejam indiferentes à língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”.

O sistema da *língua*²² é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso. (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 91).

Daí que, se a língua pode ser a mesma, o discurso é cada vez único. Toda manifestação de discurso do arquivo sobre o tema de referência é vista como um acontecimento de caráter social e histórico. Nessa linha de reflexão, também é o que afirma Rasia (2008, p. 156), “os sentidos não estão postos de antemão, são as condições históricas que os tornam possíveis, não a partir de um determinismo fechado, mas na perspectiva da determinação derivada dos diferentes modos como os sujeitos se relacionam com as *condições de produção*²³ dos fatos de língua.” Por essas razões, é necessário contextualizar sócio-historicamente as eleições de 2012 porque a formulação dos cartuns pode sofrer as influências dessas CP assim como a seleção dos *corpora* integrantes do arquivo. Mas, também porque:

Na produção ou na leitura dos discursos, bem como no gesto de articulação do arquivo, o que funciona é um embate de sentidos, e o que dá sustentação a esses sentidos é a memória, como algo pré-existente e exterior, ausente mas presente, funcionando sob a forma de retorno. (MITTMANN, 2008, p. 118).

Então, em Mittmann (2008), os traços sócio-históricos da memória e seus processos de arranjo e desarranjo relacionam-se com o acontecimento. Assim, considero que o contexto sócio-histórico das eleições de 2012, e as relações de forças que se travam com

²¹ O *acontecimento discursivo* ocorre a partir de um domínio de saber já existente em relação ao qual ocorre “ruptura com uma formação discursiva historicamente instituída, desidentificação da forma-sujeito que organiza os saberes do referido domínio de saber e o surgimento de uma nova FD e de uma nova forma sujeito, o que provoca necessariamente movimentação e reordenação dos sentidos no espaço de memória sobre os saberes que se organizam (...)” (INDURSKY, 2008, p. 23). O acontecimento discursivo é, portanto, apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado.

²² E. Balibar resume a tese de Stalin sobre a relação língua/luta de classes (...). “O fato de que a língua, escreve E. Balibar, seja ‘indiferente’ à divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam ‘indiferentes’ à língua. Ao contrário, elas a utilizam, de modo determinado, no campo de seu antagonismo, especialmente de sua luta política.” (E. BALIBAR *apud* PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 92).

²³ Os grifos da autora estão em negrito no texto fonte.

ele, sustentam a memória do acontecimento registrado na arte gráfica de cada cartum, assim como as escolhas das unidades pela analista para a constituição do arquivo.

No arquivo encontramos, como já disse, o aspecto conflituoso, o jogo de forças que ocorre tanto na borda, selecionando o que pode entrar e excluindo o que não pode, como na articulação interna através de desnivelamentos, sobreposições, imbricamentos, mas também reacomodações, intrincamentos. (MITTMANN, 2008, p. 118).

Destaco que o jogo de forças que se estabelece pela ideologia e pela historicidade na formulação dos efeitos de sentido das unidades analisadas não se relaciona com um sujeito que se apresenta como fonte do dizer e nem com uma fonte de sentido original. A importância da contextualização das CP do arquivo ocorre pelos efeitos de memória que estão sempre prestes a (res)surgir do interdiscurso e a contribuir para a constituição dos efeitos de sentidos. Também, para descartar objetos que façam menção a fatos específicos da política eleitoral de 2012, pois, nesse caso, não seriam mais cartuns e sim, charges.

No Brasil, desde a promulgação da atual Constituição Brasileira – que data de 1988 – o cidadão pode votar e se candidatar para diferentes cargos políticos²⁴, tais como: Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Governador de Estado, Deputado Federal, Senador e Presidente da República. A cada dois anos ocorrem eleições diretas, mas as eleições bianuais não são para os mesmos cargos políticos. Na prática, as eleições para os mesmos cargos ocorrem apenas de quatro em quatro anos. Em 2012, as eleições foram apenas para os cargos de Prefeito e de Vereador.²⁵

Com relação à política nacional – que serviu de cenário para as eleições municipais em 2012 –, os principais acontecimentos veiculados nos noticiários nacionais e internacionais foram: a) A prisão do contraventor Carlinhos Cachoeira acusado de manipular políticos para aprovação de leis que liberam jogos eletrônicos, casas de bingo e jogo do bicho. b) A cassação do Senador Demóstenes Torres acusado de quebra de decoro parlamentar por comprovada associação ao contraventor Carlinhos Cachoeira²⁶. c) O início

²⁴ Desde que siga o regramento eleitoral vigente.

²⁵ Em 2014, ocorre eleição para Presidente da República, Governadores de Estado, Deputados (Estaduais e Federais) e Senadores. O mandato de Vereadores, Prefeitos, Deputados (Estaduais e Federais), Governadores e do Presidente da República dura quatro anos; o mandato dos Senadores, oito anos.

²⁶ Não é um fato novo denúncias de envolvimento de políticos com contraventores e com o jogo do bicho. O fato novo está na punição dos denunciados. Escutas telefônicas, com autorização da justiça, comprovam o envolvimento do Senador Demóstenes Torres com Carlinhos Cachoeira e os jogos ilegais e, as gravações, são amplamente divulgadas pela mídia. Em uma atitude rápida e inusitada, os parlamentares votam a falta de decoro do parlamentar e cassam o colega Senador.

do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do processo judicial conhecido como “escândalo do mensalão²⁷” d) O início da aplicação da lei Ficha Limpa²⁸, Lei Complementar n.º. 135 de 2010, a qual legisla sobre as condições de inelegibilidade dos candidatos políticos nas eleições de 2012. Ou seja, em uma conjuntura na qual a corrupção e a impunidade entre políticos tradicionalmente foi constante, o judiciário deu os primeiros passos para mudar a imagem da política nacional.

É neste contexto que foram formulados e publicados os cartuns que integram o arquivo desta tese. Assim, no interior dessa relação de forças, começo a reunir os cartuns que manifestam posições sobre o processo eleitoral em sua composição imagética e verbal sem fazer referência a algum partido ou político ou escândalo nem a algum acontecimento em específico do período. Simplesmente, cartuns que abordam o campo discursivo de referência – o processo eleitoral de 2012 – sem reportar outros fatos da situação política do Brasil.

Então, em vista do recorte feito para este estudo, as unidades integrantes do arquivo desta tese são coletadas, organizadas e constituídas – em sua maior parte – por cartuns publicados e replicados na rede mundial de computadores²⁹ durante o período pré-eleitoral³⁰ e eleitoral das eleições municipais brasileiras de 2012.

²⁷ Mensalão é o nome dado pela mídia a um caso de denúncia de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, entre 2005 e 2006, para apoiar projetos de interesse do Governo Federal, por meio de pagamento mensal aos parlamentares envolvidos. O caso teve como protagonistas alguns integrantes do governo do presidente Lula e membros do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo objeto da ação penal de número 470, movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal.

²⁸ A lei torna inelegível por oito anos um candidato que tiver o mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado (com mais de um juiz), mesmo que ainda exista a possibilidade de recursos. Ficha Limpa foi como ficou conhecida a Lei Complementar n.º. 135 de 2010 a qual é uma legislação brasileira que foi emendada à Lei das Condições de Inelegibilidade ou Lei Complementar n.º. 64 de 1990. Originada de um projeto de lei de iniciativa popular, idealizado pelo juiz Márlon Reis, o projeto reuniu cerca de 1,3 milhão assinaturas com o objetivo de aumentar a idoneidade dos candidatos. O Projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 5 de maio de 2010 e também foi aprovado no Senado Federal no dia 19 de maio de 2010 por votação unânime. Foi sancionado pelo Presidente da República, transformando-se na Lei Complementar n.º 135, de 4 de junho de 2010. Esta lei proíbe que políticos condenados em decisões colegiadas de segunda instância possam se candidatar. Em fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a lei constitucional e válida para todas as eleições a serem realizadas no Brasil. Isso representou uma vitória para a posição defendida pelo Tribunal Superior Eleitoral desde as eleições de 2010.

²⁹ Todos os objetos foram coletados da Internet, alguns cartuns foram divulgados diretamente na rede sem publicação anterior em jornais impressos.

³⁰ De acordo com as regras eleitorais de 2012, o TSE considera período pré-eleitoral, o período que antecede o autorizado para a realização das campanhas eleitorais dos partidos e candidatos. No período pré-eleitoral, é vedada campanha política antecipada. O período eleitoral de 2012 ocorreu no primeiro turno durante 45 dias

O período de coleta e de constituição do arquivo ocorre durante o intervalo dos meses de maio e de outubro de 2012, incluindo esses meses. Aproximadamente, 400 cartuns passam a integrar o arquivo no primeiro momento de leitura e coleta. Essas materialidades foram ordenadas e organizadas em grupos temáticos. Essa nova leitura e organização do arquivo resultou na seleção de 148 cartuns. Então, a partir da determinação do *campo discursivo de referência* da pesquisa, organizei o arquivo em grupos temáticos, passei a observar mais atentamente os 148 cartuns, a explorá-los preliminarmente e a questioná-los com relação aos objetivos do estudo. Num segundo movimento de seleção, delimito os cartuns que abordassem alguns componentes específicos dos processos eleitorais tais como *o candidato, o eleitor e a campanha eleitoral*, manifestando um posicionamento com relação ao que resolvi designar – no primeiro momento – de saberes da *Formação Discursiva- Eleitoral (FD-E)*.

Assim, essa nova leitura dos cartuns resulta em um arquivo constituído pelas nove unidades de análise que integram este estudo. A análise dessas nove unidades levou à construção do *corpus*, considerando o imagético/verbal com relação aos objetivos do trabalho.

2.2 UM *CORPUS* DISCURSIVO ENTREMEADO POR DOIS EIXOS

Embora, alguns cartuns possam interpretar as eleições apenas com as linhas do desenho, sem o auxílio de palavras, mesmo assim, o que encontro de regular nos cartuns selecionados é o entremeio do imagético com o verbal ou do verbal com o imagético. Por isso, considero necessário desenvolver o estudo sobre essas características do objeto cartum. Cada uma das partes desse entremeio: o eixo imagético e o eixo verbal são formas de linguagem e, parafraseando Orlandi (2012a), a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história. Além disso, a linguagem – enquanto forma material – é quem articula ideologia e inconsciente e constitui o sujeito do discurso. Assim, “a linguagem, passa, então, a ser entendida como processo de instituição dos sentidos.” (RASIA, 2008, p. 155). Então, por conseguinte, é necessário caracterizar a materialidade significativa da imagem e do verbal de cada cartum em sua

antes das eleições, ou seja, entre 20/08/2012 a 05/10/2012, respeitadas a pausa de 72 horas antes da data das eleições: 07/10/2012. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral>>. Acesso em: 01mar. 2013.

dimensão discursiva para posteriormente trabalhar com o entrelaçamento da discursividade significativa do verbal com o imagético na constituição dos efeitos de sentido.

Desta forma, a imagem não é vista como emoldurada pelo verbal nem o verbal emoldurado pela imagem. Não são duas materialidades distintas postas lado a lado, são materialidades distintas que se entrelaçam e se tecem constituindo um único tecido que é entremeado pelos eixos imagético e verbal.

O discurso do arquivo também está sujeito à “manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o das transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações.” (PÊCHEUX, [1983] 2006, p.51). A administração dos efeitos de sentido pode ocorrer tanto pela imagem quanto pela palavra ou por ambas. Embora o senso comum apregoe a transparência do sentido da imagem, aqui, nem palavras nem imagens são consideradas transparentes nem possuidoras de sentidos evidentes.

Assim, proponho interpretar a materialidade das linguagens dos cartuns a partir do entrelaçamento de dois eixos: o *eixo imagético* (Ei) e o *eixo verbal* (Ev). Entendendo o Ei e o Ev como vetores que apresentam a direção dos efeitos de sentido de cada cartum em análise.

2.2.1 O eixo verbal

O eixo verbal ampara-se em cada sequência discursiva verbal (SDv) recortada de um cartum, seja a SDv resultante de recorte de legendas, balões de fala ou qualquer outra inscrição verbal enunciada no cartum. A materialidade do verbal fornece indícios de determinada direção para os sentidos do discurso. A inscrição do verbal no dizível e na história instaura os efeitos de sentido da palavra. Dito de outra forma, “a formulação (do autor) está determinada pelo interpretável referido às condições de produção e pelo interpretável referido ao dizível.” (ORLANDI, 1998a, p. 76). Com isso, o dizer não tem um sentido único, dependendo das condições de produção, de circulação e da formação discursiva à qual os saberes se filiam, os sentidos podem tornar-se outro. Assim,

interpretar, para o analista de discurso, não é atribuir sentidos, mas expor-se à opacidade do texto (ainda Pêcheux), ou, como tenho proposto (Orlandi, 1987), é compreender, ou seja, explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos, o que resulta em saber que o sentido sempre pode ser outro. (ORLANDI, 1998a, p. 64).

Então, para compreender o eixo verbal, é necessário como orienta a pesquisadora:

colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. (ORLANDI, 2012a, p. 59).

Na AD, o discurso é visto como atravessado pelo discurso do Outro e por outros discursos, sendo a alteridade entendida como condição constitutiva. Por isso, o dizer é aberto. Mas, isso não quer dizer que os sentidos do verbal não possam ser administrados, controlados pela identificação com uma FD.

2.2.2 O eixo imagético

As linhas silenciosas do desenho dizem por meio de elementos visuais que organizam a discursividade e a sintaxe do imagético. Entender como os sentidos do imagético são administrados é um processo tão complexo quanto a compreensão da palavra: “compreender, na perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação” (ORLANDI, 1998c, p. 117). A imagem, o desenho, não é a realidade política eleitoral brasileira, é uma forma de simbolizar a posição do sujeito com relação à FD à qual se inscreve, organizando seus traços de tal forma a criar uma ilusão de (re)criação da realidade política, e a significar o processo eleitoral de uma determinada posição. Mas, comparando com outras materialidades imagéticas, é sempre bom lembrar que a imagem é resultado de uma leitura feita de algum lugar e identificada com alguma posição.

(...) a fotografia organiza um flagrante (ou referente, conforme Barthes), produzindo a ilusão de que aquilo que se vê nela é de fato correspondente ao real fotografado. Parece evidente e óbvio que o *clique* da fotografia retrata o mundo. No entanto, é uma ilusão supor um real primeiro, dotado de um sentido próprio e imanente que a fotografia poderia retratar fielmente. O que se vê numa foto são realidades organizadas por um discurso com uma ordem própria. (MARIANI, 1999, p. 103).

Sendo assim, a imagem do cartum também está sujeita a uma primeira interpretação pelo filtro do olhar do sujeito do discurso que selecionou e organizou determinados aspectos do pleito que são mostrados pelas linhas do desenho: “a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação de linguagem. Não há sentido sem interpretação.” (ORLANDI, 1998a, p. 9). Os elementos de ordem visual marcam as regularidades e a sintaxe própria do imagético, funcionando para administrar os efeitos de

sentido e o trabalho de leitura que aí se instaura pela posição ocupada pelo sujeito com relação à forma-sujeito que organiza os saberes da FD na qual está inscrito.

O conjunto de elementos visuais possíveis de recorte – entendidos como operadores discursivos – favorece uma rede de associações de imagens, o que dá lugar à tessitura do texto não-verbal (*sic*). A apreensão dessas relações, por sua vez, revela o discurso que se instaura pelas imagens, independente da sua relação com qualquer palavra. (SOUZA, 2001, p. 11).

A análise dos elementos visuais possíveis de recorte revela o funcionamento de seu processo discursivo. O que Souza (2001) chama de operadores argumentativos³¹, considero mais adequado designar de organizadores da sintaxe imagética. Entre os elementos visuais os quais considero que organizam a sintaxe da imagem – possíveis de recortar – estão: *os quadros sequenciais, o desenho dos personagens, os balões que emolduram as falas, o enquadramento dado à imagem, o exagero de formas, a combinação de cores e o próprio conjunto da imagem desenhada*³². Ou seja, o que é representado nas linhas do desenho é sempre com relação “a”. Portanto, a linguagem imagética dos cartuns, pela organização de seus elementos, regularidades e repetições instaura uma determinada sintaxe imagética e a possibilidade de leitura. “A imagem na condição de um efeito-texto submete-se aos mesmos efeitos a que se submete o texto verbal. Assim, também a imagem se nos apresenta sob o efeito de completude, de fechamento, de coerência, de transparência, de inequivocidade etc.” (ERNST-PEREIRA; QUEVEDO, 2013, p. 269).

³¹ Operador argumentativo é uma alusão aos seguintes trabalhos de Ducrot:

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. p. 161-219. Em francês o livro foi publicado em 1980: *Le dire et le dit*, Minuit, 1980.

_____. Argumentação e ‘topoi’ argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *História e Sentido na linguagem*. Campinas, 2ª Edição aumentada: Editora RG, 2008.

³² Esses elementos são constituintes de outras artes gráficas como as HQs, charges e caricaturas e integram a sintaxe do imagético em meu ponto de vista.

II – PARTE: AS ‘COISAS-A-SABER’ SOBRE: A TEORIA QUE SUSTENTA AS ANÁLISES, O EFEITO DE HUMOR E O JÁ DITO ACERCA DO PLEITO BRASILEIRO EM LEGISLAÇÕES

“(…), as ‘coisas-a-saber’ coexistem assim como objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de ‘saber do que se fala’, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem: (...).”

(PÊCHEUX, [1983] 2006, p. 55)

3 AS ‘COISAS-A-SABER’

Na segunda parte do estudo, apresento *coisas-a-saber* sobre a teoria que sustenta a pesquisa e as noções mobilizadas nas análises. Também abordo, no capítulo seguinte, um aspecto característico do objeto de estudo que (res)soa do interdiscurso: o efeito de humor. Além disso, busco mapear – no capítulo 5 – o já dito em textos constitucionais brasileiros sobre o pleito com relação a alguns de seus componentes. Com isso, abordo aspectos que são constituintes do tema de referência da pesquisa e, em certa medida, contribuem para as condições de produção dos gestos de leitura que são feitos, na atualidade, acerca das eleições brasileiras contemporâneas.

3.1 EXPLICITANDOS OS PRINCÍPIOS E AS NOÇÕES MOBILIZADAS

A Análise do Discurso (AD) – fundada por Michel Pêcheux, na França, na década de sessenta do século vinte – nasce como uma disciplina que questiona a univocidade entre linguagem/pensamento/mundo. Nessa perspectiva teórica, o sentido não existe diretamente numa relação termo a termo. Então, por exemplo, quando se diz “Respeitável Público” a quem se está referindo? Quem é o público? Por que é respeitável? As condições de produção dos conhecimentos estão inscritas nas condições de reprodução/transformação das relações de produção e afetam os efeitos de sentido da linguagem. Então, com o objetivo de desnaturalizar a evidência do sentido e a existência espontânea do sujeito como origem e causa de si é que Pêcheux a partir da teoria materialista do discurso formula as bases da AD.

A AD não se vê como uma disciplina autônoma, nem tampouco como uma disciplina auxiliar. O que ela visa é tematizar o objeto discursivo como sendo um objeto-fronteira, que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituído de uma materialidade linguística e de uma materialidade histórica, simultaneamente. (FERREIRA, 2010, p. 19).

Assim, na condição de disciplina de entremeio, conforme Orlandi (1998a, p. 24), “A AD produz um outro lugar de conhecimento com sua especificidade. Não é mera aplicação da linguística sobre as ciências sociais e vice-versa.” O dispositivo teórico da AD se constitui pela interlocução com outros saberes e a articulação de três principais áreas: a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise.

O *discurso*, na AD, não é, simplesmente, um objeto dado no mundo, como se fosse algo transparente, como um objeto de teoria científica, *é efeito de sentidos entre lugares*

sociais. O discurso é quem articula o sujeito que é submetido à língua, ao simbólico e à história.

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da Análise do Discurso, que é seu instrumento. (MALDIDIÉ, 2003, p. 15–16).

Então, para construir a noção de discurso, Pêcheux observa os limites da teoria estruturalista e rompe com as barreiras invisíveis delimitadas por Saussure ([1916]³³1974), formulando uma teoria materialista discursiva. Em outras palavras, Saussure atribui à língua, concebida como um sistema, o estatuto de objeto dos estudos linguísticos, porém não inclui em seus estudos a fala (*parole*). O próprio Pêcheux diz que: “Saussure deixou aberta uma porta pela qual se infiltraram o formalismo e o subjetivismo; essa *porta aberta é a concepção saussuriana de que a ideia só poderia ser, em todo seu alcance, subjetiva, individual.*”³⁴ (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 60). Então, a fim de constituir o discurso como objeto de estudo, Pêcheux toma como base o polo menos desenvolvido por Ferdinand de Saussure: a fala e a teoria de valor³⁵, que coloca a língua como sistema formal; e de Roman Jakobson, o par metáfora/metonímia para pensar o discurso no confronto teórico da articulação entre a linguagem, a ideologia e o inconsciente. O discurso, nessa perspectiva, constitui-se na relação com a história e com o simbolismo do efeito de sentido. Ou seja, o discurso é o lugar teórico em que se entrelaçam a língua, a história e o sujeito diretamente imbricados com a materialidade ideológica.

As reflexões de Pêcheux o levam a propor uma semântica do discurso, que tem como uma de suas premissas que “o sistema da língua é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 91), no entanto,

³³ Esta é a data da publicação da obra na França; para este estudo uso uma versão brasileira, publicada em 1974.

³⁴ Grifos do autor.

³⁵ “- Se é verdade que ele [Pêcheux] constata, como os sociolinguistas, que a oposição língua/fala não poderia se incumbir da problemática do discurso, não é pela diluição da oposição que ele vai procurar resolver o problema, mas por meio de uma reflexão sobre o polo de oposição menos desenvolvido em Saussure: a fala; – o papel atribuído ao ‘efeito metafórico’. Certamente influenciado também pela leitura de Jakobson (par metáfora/metonímia, tal como é apresentado em ‘Linguística e Poética’) mas talvez, acima de tudo, pela compreensão de uma posição saussuriana sobre a língua, que parece dever algo ao mesmo tempo ao conceito de valor e à convivência com os *Anagramas*.” (GADET, 1993, p. 42).

apesar de a língua ser a mesma, o discurso não o é para os diferentes sujeitos. Isso quer dizer que *língua, texto e discurso* não se confundem na teoria discursiva, já que, para a AD pecheuxtiana, a interpretação deve considerar o modo de funcionamento linguístico-textual de cada materialidade para chegar aos discursos que daí emergem e às diferentes modalidades do exercício da língua num determinado contexto histórico-social de produção. Por isso, “os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas (...)” (ORLANDI, 2012a, p. 30). A base da língua – conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas – possui uma autonomia relativa. Os processos discursivos se desenvolvem alicerçados nessa base. Assim, não se trata de afirmar que estes sejam pura expressão do pensamento ou de uma atividade cognitiva que colocaria os sistemas linguísticos ao acaso.

Portanto, nessa perspectiva teórica, o discurso não é o mesmo que a fala (*parole*). Dizer isso significa que o discurso não é uma “maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração’ da língua.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 91). Consoante com os estudos pecheuxtianos, o discurso passa a ser o espaço em que emergem os *efeitos de sentido* e não o uso, a utilização ou a realização de uma função. Desta forma, os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, e a língua é o lugar material em que eles se realizam. Daí decorre que o funcionamento do discurso, objeto teórico da AD, somente pode ser compreendido quando se considera a articulação da língua, da história e do sujeito. Convém salientar que a língua da qual trata a AD é diferente daquela que é objeto da Linguística: sistema de abstração a qual o indivíduo usa para se comunicar. A língua é um sistema sujeito à ambiguidade, por isso, Pêcheux vai colocar o discurso “entre a linguagem (vista a partir da linguística, do conceito saussuriano de *langue*) e a ideologia.” (HENRY, 1993, p. 34 – 35). Em poucas palavras, Pêcheux – a partir de seus estudos e de suas preocupações com *os efeitos de sentido* – fornece uma base teórico-metodológica para o desenvolvimento da AD francesa.

Com os estudos pecheuxtianos, a língua passa a ser analisada – além da perspectiva linguística – numa perspectiva que abarca o materialismo histórico e a psicanálise. O quadro epistemológico da AD, descrito por Pêcheux e Fuchs ([1975]1993) apresenta-se como a articulação de três regiões de conhecimento: 1ª *o materialismo histórico*, como teoria das formações sociais e suas transformações, aí compreendida a teoria das ideologias; 2ª *a linguística*, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação concomitante, e 3ª *a teoria do discurso*, como teoria da determinação histórica

dos processos semânticos. Essas regiões são atravessadas, em vista disso, o discurso é o ponto de articulação dos processos histórico-ideológicos e dos fenômenos linguísticos enquanto objeto linguístico-histórico-simbólico da AD. É antes de tudo, um lugar de reflexão que remete a uma noção de ideologia que não separa língua e sociedade da história. Esse, portanto, é o espaço construído pela Análise do Discurso, que, desde sua fundação, “marca sua singularidade por pensar a relação da ideologia com a língua, afastando a metafísica, trazendo para a reflexão o materialismo e não sucumbindo ao positivismo na ciência da linguagem.” (ORLANDI, 2012b, p. 37). Logo, enquanto prática discursiva, o discurso deve ser concebido como processo, não como produto.

Este estudo se propõe a mostrar como o discurso dos objetos cartuns, integrantes do arquivo, funciona – como está inscrito – e produz efeitos de sentido com relação a uma Formação Discursiva Eleitoral. Em vista disso, passo a apresentar algumas noções teóricas e metodológicas da AD pecheuxtiana.

3.2 A NOÇÃO DE SUJEITO EM AD

O objeto de análise da AD, com relação a outras teorias, ultrapassa o limite da frase, do texto e da enunciação, localizando-se na *instância do discurso*. Assim, segundo a teoria pecheuxtiana, há um deslocamento com relação a outras teorias que trabalham sobre o sentido: o sentido passa a ser com “relação a”, conforme Canguillen (1980). Desta forma, o sentido está diretamente relacionado ao sujeito e à formação discursiva na qual ele está inscrito. No entanto, a concepção de sujeito na AD, possui características que a diferenciam das concepções de outras teorias: o sujeito, o discurso e os efeitos de sentido se constituem juntos.

A mudança na concepção do sujeito acarreta transformações no modo de ver o objeto – que deixa de ser integralmente linguístico – e passa a ser constituído também pela exterioridade. Com a finalidade de explicar por que a concepção de sujeito na AD é diferente com relação a outras teorias e mostrar a sua implicação na determinação do objeto desta teoria, apresento uma síntese, feita com base no trabalho de Indursky (1998):

a) A Linguística Estruturalista – amparada nos estudos de Ferdinand de Saussure – fundamenta-se na oposição língua/fala e elege a língua como objeto de análise da linguística, a língua é um objeto idealizado, uma virtualidade, regular e artificialmente homogênea. Para garantir a homogeneidade da língua, a linguística – enquanto ciência –

expulsa o sujeito para relegá-lo à fala por ser externo à língua. O limite das análises é a frase na Linguística Saussuriana.

b) A Linguística Gerativista, de Noan Chomsky, fundamenta-se numa teoria sintática da frase e o *sujeito é reduzido a uma mera posição estrutural*. Os estudos linguísticos limitam-se a observar se tal posição está preenchida ou não. O *corpus* de análise da teoria sintática consiste em um *constructo* teórico. Assim, igual à teoria estruturalista, o objeto de análise também é artificialmente homogêneo e o seu limite é a frase.

c) A Linguística da Enunciação, a partir dos estudos de Émile Benveniste, fundamenta-se em marcas de subjetividade e marcas de correlação de subjetividade. Ou seja, a pessoa subjetiva (eu) e a pessoa não-subjetiva (tu) se opõem à não-pessoa (ele): a relação eu *versus* tu instaura a relação de intersubjetividade e de intercambialidade. O processo de enunciação é entendido como um ato individual de apropriação da língua. Em sua origem, a Linguística da enunciação concebe um sujeito plenamente consciente, dotado de intenções, apto a estabelecer estratégias enunciativas, capaz de “assegurar a permanência da consciência.” (BENVENISTE, 1966, p. 260 *apud* INDURSKY, 1998, p. 114). Com isso, há um excessivo *centramento no sujeito* (sujeito onipotente). Após 1980, com os estudos de Oswald Ducrot³⁶, o sujeito falante dos estudos enunciativos sofre um grande descentramento no interior da própria teoria da enunciação, abrindo caminho para a polifonia do Locutor e do Enunciador. O objeto de investigação é o ato individual de utilização da língua.

d) A Linguística Textual que tem como representantes Beaugrande e Dressler mostrou que o autor de um texto está sujeito a uma série de coerções por conta da noção de coesão textual, a qual é responsável pela amarração do texto através da sintaxe. Há a ampliação do objeto de investigação que passa a ser o texto, mas não discute teoricamente a questão do sujeito.

Diferentemente das perspectivas teóricas citadas acima, a AD pecheuxtiana contempla a questão do sujeito a partir da articulação teórica entre a Linguística, a História e a Psicanálise. A passagem do sujeito da enunciação ao sujeito do discurso produz modificações profundas: o sujeito não é mais centrado nem onisciente. Na instância do discurso, o sujeito é percebido a partir de lugares socialmente determinados. O sujeito

³⁶ DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. p. 161 - 219. Em francês, o livro foi publicado em 1980 com o título: *Le dire et le dit* pela editora Minuit.

social perde as suas características individualizadoras, deixa de ser uno e não é identificado ao indivíduo. “Trata-se de um sujeito social e múltiplo, já que, a um só tempo, é um sujeito linguístico, ideológico e desejante.” (INDURSKY, 1998, p. 117). A imagem, a seguir, simboliza a constituição do sujeito na teoria da AD pelos laços de interdependência que o estruturam solidariamente na e pela linguagem, na e pela ideologia e no e pelo inconsciente.



Figura 1: Representação da constituição do sujeito da AD³⁷

O sujeito, tomado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, tem a ilusão de poder e de domínio sobre a linguagem que o sustenta. A concepção de sujeito na AD é de “um sujeito clivado, assujeitado, submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias histórico-sociais que o moldam.” (FERREIRA, 2010, p. 25). O sujeito para Pêcheux, desde o princípio de sua teoria, é uma categoria filosófica, tomada de bases marxistas e, portanto, radicalmente distinta da concepção de indivíduo (centrado e responsável por si). Na teoria pecheuxtiana, o sujeito não é o sujeito empírico, que – a exemplo de outras áreas de estudo – como a Pragmática e a Sociolinguística tratam a questão da subjetividade como uma questão do indivíduo (*ego*) centrado.

O sujeito “não pode ser apreendido, a não ser no interior de cada uma das buscas do analista, em função de seu desígnio interpretativo e de sua posição quanto à língua.” (MAZIÈRE, 2007, p. 22). É constituído na e pela linguagem e, ao mesmo tempo, pela ideologia e pelo inconsciente.

³⁷ Fonte: FERREIRA, 2010, p. 24.

3.2.1 A constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente

As reflexões de Pêcheux sobre a ideologia e a interpelação do sujeito se desenvolvem com base nos estudos realizados por Marx, Lenin e Althusser: este último, mestre de Pêcheux. A partir dos trabalhos desses filósofos, Pêcheux (re)pensa a noção de ideologia, conjuntamente, com a determinação dos discursos, dos sentidos e da noção de sujeito. Considero importante apresentar brevemente as bases teóricas que levam Pêcheux a refletir e a constituir a noção de interpelação do sujeito pela ideologia. Então, a seguir, exponho alguns fundamentos epistemológicos sobre ideologia repensados posteriormente por Pêcheux.

Para Marx e Engels ([1846] 2007), uma das questões que mais auxiliam na afirmação da ideologia capitalista dominante é o desenvolvimento da reprodução das relações de produção e, em função disso, que é assegurada a permanência da ideologia dominante.

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. (MARX; ENGELS, [1846] 2007, p. 17).

Na perspectiva de Marx e Engels, a ideologia trabalha para dissimular as contradições entre as forças de produção e elidir a “consciência” de como se dão de fato as relações sociais. A ideologia é vista como ocultação da realidade e, com isso, como negativa à sociedade. Para os dois filósofos, a ideologia é vista como a serviço dos interesses de uma classe e, para que esta classe se mantenha, ela tem de propagar sua ideologia, fazendo com que suas ideias sejam dissimuladas como ideias de todas as outras classes. Assim, a ideologia dominante é apresentada como um meio propulsor e determinante de um parâmetro ao qual a sociedade segue sem questionar, sem criticar e, às vezes, sem saber por que segue. A ideologia produz o efeito de evidência dos sentidos, apresentando-os como naturais. A tese de Marx, a partir de seus estudos sobre a ideologia, é que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência.” (*apud* IANNI, 1984, p. 23). Então, para Marx, a contradição existe apenas entre as classes, e a ideologia funciona invertendo os efeitos e as causas, resultando em imagens e sintomas, produzindo uma utopia social,

usando o silêncio para encobrir a incoerência da sociedade. Marx considera a ideologia como ponto negativo, como “sistema de dominação” de uma classe sobre outra, ou seja, as ideias da classe dominante tornando-se ideias de todas as classes sociais. Ainda dentro do pensamento marxista, Lenin ([1917]³⁸ 2007) apresenta outro sentido à ideologia. A ideologia é concebida como qualquer concepção de realidade social ou política vinculada aos interesses de diferentes classes sociais. Lenin distingue dois tipos de ideologias: a ideologia burguesa e a ideologia do proletariado. Assim, “Lênin deixa de ver negativamente o conceito de ideologia e confere-lhe o atual *status* de Ciência.”³⁹ Com isso, a partir de Lenin ([1917] 2007), o termo ideologia se dissemina no movimento operário, identificado como lutas ideológicas.

A partir de uma perspectiva filosófica marxista-leninista, Althusser (1998; 2008) produz seus estudos sobre a ideologia, pensando o confronto das forças produtivas materiais com as relações de produção e formula uma teoria das ideologias a qual “repousa, em última instância, sobre a história das formações sociais, portanto dos modos de produção combinados com as formações sociais, e das lutas de classe que aí se desenvolvem.” (ALTHUSSER, 1998, p. 96). Para Althusser, o conceito de formação social “designa toda ‘sociedade concreta’ historicamente existente, e que é individualizada, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina aí.” (ALTHUSSER, 1998, p. 42). Para Althusser, “na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem.” (ALTHUSSER, 1998, p. 82). Althusser aponta a existência material da ideologia nas práticas, rituais e instituições ideológicas: como exemplo, o autor cita o Exército, a Igreja e a Escola que estariam a serviço do Estado para perpetuar a ideologia vigente da classe dominante e garantir a sua reprodução. Em Althusser, a reprodução não é pensada como repetição, mas como continuidade do sistema. Althusser, diferentemente de Marx, vê a contradição como constitutiva das classes sociais, e não – igual a Marx – existindo apenas entre as classes. O filósofo afirma que a ideologia ocorre em formas materiais e atua através da constituição das pessoas como sujeitos sociais, fixando-os em lugares e dando-lhes, ao mesmo tempo, a ilusão de serem agentes livres.

³⁸ Esta é a data da publicação em Russo; para esta pesquisa utilizo uma versão brasileira de 2007.

³⁹ Conhecimentos obtidos a partir de discussão de leituras em aula de Ana Zandwais, em setembro de 2009, no PPG-Letras/UFRGS.

Sob a influência dos trabalhos de Marx, de Lênin e de Althusser, Michel Pêcheux – segundo Žižek (1996) – centra-se nos mecanismos discursivos que geram a evidência do sentido. Ou seja, um dos estratagemas fundamentais da ideologia é a referência a alguma evidência: “Deixe que os fatos falem por si”, considerando-se justamente que os fatos nunca falam por si, mas são sempre levados a falar por uma série de mecanismos discursivos (ŽIŽEK, 1996, p. 17). Então, Pêcheux ([1975] 1993; [1975] 1988), reformulando a tese de Marx e de Althusser considera que as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas e que os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da dominação da ideologia dominante, mas, sim, são seu lugar e meio de realização. Para Althusser (1998), a materialidade da ideologia está nas instituições sociais, porém, Pêcheux, a partir dos conceitos trabalhados por Althusser, inclui as práticas discursivas – ao formular o conceito operacional de ideologia no campo das práticas sociais – por meio da noção de *Formação Ideológica* (FI):

[...] vê-se claramente que é impossível *identificar*⁴⁰ ideologia e discurso (o que seria uma concepção idealista da ideologia como esfera das idéias (*sic*) e dos discursos), mas que se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975]1993 b, p. 166).

Inspirado pela tese central adiantada por Althusser – de que *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos* –, Pêcheux conclui que os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas de transformação das relações de produção. As condições contraditórias são constituídas em um momento histórico dado, pela língua e pelo discurso. Na verdade, o que a tese *a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos* designa é exatamente que “o não-sujeito” é interpelado – constituído em sujeito – pela Ideologia: “o paradoxo é, precisamente, que a interpelação tem, por assim dizer, um *efeito retroativo* que faz com que todo indivíduo seja *sempre-já-sujeito*.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 155). Como os efeitos de sentido existem nos sujeitos e entre os sujeitos, a ideologia trabalha os sentidos em determinada direção, com isso, o discurso – enquanto prática discursiva – produz a ilusão de que o efeito de sentido é único, mascarando-se para o sujeito sob a transparência da linguagem.

Pêcheux ([1975]1988, p. 160) afirma que “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc. não existe ‘em si mesmo’, mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no

⁴⁰ Grifo dos autores.

qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (reproduzidas).” Ou seja, elas adquirem seu sentido em referência às *Formações Ideológicas* (FI) nas quais essas posições se inscrevem.

A formação ideológica caracteriza um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1993b, p. 166).

Por isso, “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. A ideologia, por sua vez, é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história e com seus mecanismos imaginários.” (ORLANDI; 1998a, p. 31). Em vista disso, a ideologia responde de forma diferente aos interesses das classes. Tanto os saberes como as práticas (re)produzidas nas instituições são práticas de interesses de classes. Pêcheux destaca que o funcionamento da ideologia como interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso realiza-se através do interdiscurso o qual fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e significações percebidas – aceitas – experimentadas. Como é possível observar nas palavras de Pêcheux:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e mascaram, assim, sob a transparência da linguagem, aquilo que chamaremos *o caráter material* do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 160).

Para melhor entender como ocorre o processo de assujeitamento do sujeito a determinada FI, o processo de interpelação do indivíduo em sujeito, apresenta-se dissimulado ao sujeito por dois esquecimentos que regem a relação do sujeito com o discurso:

Esquecimento nº 1: O sujeito acredita ser a fonte de sentido, ignorando a existência de um discurso socialmente anterior por trás da aparência da livre enunciação de um indivíduo. Este é o indício de que o sujeito do discurso é dotado de inconsciente. O esquecimento ideológico, da instância do inconsciente, resulta do modo como cada um é afetado pela ideologia, sendo que, por esse esquecimento, temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na verdade, retomamos sentidos já preexistentes, além da questão de que os sentidos são determinados pela maneira como cada sujeito se inscreve na língua e na história.

Esquecimento nº 2: O sujeito do discurso supõe controlar plenamente a sua enunciação. Questionado sobre o seu dizer, é capaz de produzir uma paráfrase discursiva. Este é o indício de que o sujeito do discurso é dotado de pré-consciente. O esquecimento da ordem da enunciação compreende que o dizer sempre poderia ser outro, formaria famílias parafrásticas, o que produz nos sujeitos a ilusão de realidade do pensamento – uma ilusão referencial de que haveria uma relação direta pensamento/linguagem/mundo.

O *esquecimento*, deve ser entendido como “necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e nas produções de sentidos.” (ORLANDI, 2012a, p. 36). Então, pelo esquecimento do que o determina, o sujeito se constitui. A partir disso, Pêcheux conclui que “a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina.” (PECHEUX, [1975] 1988, p. 163). Isso é melhor explicado quando Pêcheux [1975] traz a questão da ideologia: “ideologia e inconsciente vêm juntos, se apresentam juntos. Não há anterioridade de um em relação ao outro.” (ORLANDI; 2012b, p. 40). Dada a essa qualidade, ideologia e inconsciente – este no sentido psicanalítico (tal como desenvolvido por Lacan, a partir de Freud) – foram articulados no campo da AD. “Segundo Pêcheux, inconsciente e ideologia estão materialmente ligados.” (ORLANDI, 1998a, p. 63). Assim, os sujeitos sofrem pressões ideológicas e, simultaneamente, são condicionados por seus desejos inconscientes. Portanto, pensar a proposta pecheuxtiana de sujeito é entender que o sujeito é parte constitutiva da língua pelo discurso que produz sentidos, afetado pelo simbólico e pela formação imaginária que faz de si e do Outro. Assim, o sujeito do discurso da AD é um sujeito constituído pela linguagem, no entanto, ignora que o é, pois é afetado em sua constituição pelo inconsciente e pela própria ideologia que o determina. Nas palavras de Ferreira (2010):

O sujeito do discurso vai, então, colocar-se estratégica e perigosamente entre o sujeito da ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem. (...) O sujeito do discurso não é apenas sujeito do inconsciente freudo-lacanian; tampouco, é apropriado afirmar que esse sujeito seja uma mera adição entre essas partes. O que vai fazer a diferença desse sujeito é o papel de intervenção da linguagem, na perspectiva de materialidade linguística e histórica que a AD lhe atribui. (FERREIRA, 2010, p. 31).

Logo, para compreender esse processo, é preciso trabalhar com a linguagem e com o lugar onde os discursos se formam: a noção de Formação Discursiva (FD).

3.2.2 A constituição do sujeito e do sentido pela inscrição em uma Formação Discursiva (FD)

O sentido só faz sentido porque o sujeito se inscreve e se constitui com relação a determinado discurso. Em vista disso, o sujeito torna-se um efeito da ideologia, é assujeitado, configurando-se como uma posição entre outras, pois é devido a esse efeito ideológico que se pode compreender como o sujeito se significa em determinada materialidade, pela posição inscrita no discurso. Ou seja, “as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 160 - 161). A Formação Discursiva (FD) é o local onde os sentidos se constituem e onde os sujeitos se determinam.

A noção de FD, segundo Indursky (2007b, p. 163), “desde suas formulações iniciais, tem sido revisitada e questionada com frequência (*sic*)”. Também Cazarin (2010, p. 109) conclui que “a noção de formação discursiva não bastasse ser uma das mais polêmicas no campo conceitual da AD, é uma das mais criticadas por teóricos ligados a outros campos de estudos da linguagem.” Apesar de todas as altercações com relação a essa noção é necessário que eu entre nessa contenda e posicione-me quanto aos critérios que vou adotar para configurar a *formação discursiva que contém os saberes sobre o processo político eleitoral brasileiro contemporâneo*, a qual será tomada como referência, para, assim, desenvolver os trabalhos de constituição do sujeito e dos efeitos de sentido nos gestos de leitura inscritos nos cartuns.

Inicialmente, convém lembrar que quem primeiro descreveu a noção de Formação Discursiva (FD) foi Foucault⁴¹ em sua obra *Arqueologia do Saber* ([1969]⁴² 2007). A noção de FD é tratada como um princípio organizador de regularidades em Foucault ([1969] 2007). Posteriormente, Pêcheux traz para a AD a noção de FD, repensada como espaço para as práticas ideológicas. A partir daí, a noção de FD é trabalhada e reformulada.

Não só ao longo da obra de Pêcheux ocorre o lapidar dessa noção como também em trabalhos de outros pesquisadores. Em vista disso, como opção teórica, vou apresentar a noção de FD juntamente com a de sujeito, a de forma-sujeito e a de posição de sujeito, já

⁴¹ Diante da resistência de Foucault em abordar a questão da ideologia, a noção de FD ao ser incorporada por Pêcheux à AD, é pensada comportando espaços para a noção de Formação Ideológica. O próprio Pêcheux afirma que “Foucault traz uma contribuição importante para as lutas revolucionárias de nosso tempo, mas, simultaneamente, ele a torna obscura, ficando inapreensíveis os pontos de resistência e as bases da revolta de classe.” (PÊCHEUX, 1988, p. 302).

⁴² Esta é a data de publicação da obra na França; para esta pesquisa, utilizo uma versão brasileira que data de 2007.

que as modalidades de subjetivação do sujeito foram decisivas para as transformações na noção de FD na AD pecheuxiana. Essa tomada de posição tem apoio em Indursky (2007b, p. 166): “neste quadro teórico, a noção de sujeito é convocada para formular a noção de formação discursiva. Estas duas noções estão fortemente entrelaçadas nesta formulação teórica.” Ou seja, o gesto de interpretação de cada sujeito em AD ocorre a partir de determinadas posições de sujeito que modalizam a forma-sujeito⁴³ do discurso com relação aos saberes de determinada Formação Discursiva (FD).

A forma-sujeito ou sujeito universal de uma FD é quem molda os saberes desta, os quais – por ligação imediata a uma Formação Ideológica – apresentam-se como efeito de evidência de sentido. O sujeito do discurso posiciona-se com relação aos saberes da FD que o constitui. É por meio da posição-sujeito que os sentidos se constituem no processo discursivo. A noção de FD está na base da compreensão de como ocorre a forma-sujeito do discurso. Por ser a FD o lugar onde os saberes se formam, o indivíduo, ao ser interpelado ideologicamente em sujeito, identifica-se imaginariamente com a *forma-sujeito* de uma FD. A forma-sujeito é um sujeito histórico com o qual o sujeito se identifica, constituindo-se em ‘sujeito do discurso’, ou ainda, nas palavras de Pêcheux ([1975] 1988), em um *efeito de sujeito*. Ou seja, o sujeito pensa assumir posições pessoais, quando, de fato, assume posições afetadas ideologicamente por uma FD. Essa identificação com uma FD ocorre pelo viés da forma-sujeito.

A forma-sujeito e suas modalidades de subjetivação podem ser tratadas não simplesmente como conceitos puramente filosóficos, mas como categorias analíticas, passíveis de observação e de questionamento em face de suas intersecções com acontecimentos históricos discursivizados na linguagem. O sentido é decorrente das posições ideológicas que perpassam o processo sócio-histórico em que “as palavras, expressões e proposições são produzidas.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 146). Ou seja, o sentido se constitui pela posição assumida pelo sujeito, sendo que este também se constitui a partir do momento em que se inscreve em determinada FD, processo esse necessário para a produção do discurso.

As formações ideológicas [...] ‘comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura’, isto é,

⁴³ A expressão “forma-sujeito” é introduzida por L. Althusser: “(...) ‘Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da *forma de sujeito*. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”. (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 183, Nota 31).

numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1993, p. 166–167).

Assim, Pêcheux apresenta a noção de FD, desde o princípio relacionada com a noção de ideologia, como aquilo que numa FI dada determina o que pode e deve ser dito. Ou seja, numa sociedade, há relações de classes que implicam certas posições políticas e ideológicas que, por sua vez, incluem FDs em tensão, as quais regulam os saberes, considerando certas posições na conjuntura social. As regras de projeções imaginárias estabelecem as relações entre as situações – objetivamente definíveis – e os lugares sociais – representações dessas situações – nos mecanismos da formação social. Então, a FD é o lugar da constituição do(s) sentido(s) e dos sujeitos, já que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da FD na qual são produzidas e “os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 161). Por essa razão, as palavras não são transparentes e não têm sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das FDs em que se inscrevem.

Isso quer dizer que “é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos.” (ORLANDI, 2012a, p. 44). Com isso, Pêcheux ([1975] 1988) conclui que as mesmas palavras podem significar diferentemente porque se inscrevem em FDs diferentes, enquanto também pode ser possível que palavras, expressões ou proposições diferentes possam ter o mesmo sentido no interior de uma dada FD.

Se uma mesma palavra, expressão, proposição, etc., podem receber sentidos diferentes, todos igualmente “evidentes” conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva é porque [...] uma palavra, expressão, proposição, não tem um sentido que lhe seria próprio vinculado a sua literalidade. [...] é necessário também admitir que palavras, expressões, proposições, literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”. (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 161).

Isso é possível porque, conforme Orlandi (1998a), sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, no processo discursivo, pela relação estabelecida com determinada formação discursiva (FD), que, por sua vez, configura-se a partir do interdiscurso. Pêcheux chama *interdiscurso* ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, o qual é submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação, caracterizando o complexo das formações ideológicas. “O interdiscurso delimita o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido, pois é o interdiscurso que determina a formação discursiva (FD)

com a qual o sujeito discursivamente se identifica.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 213 - 214). Ou seja, o interdiscurso funciona como exterioridade, como o “lugar” do outro e permite que filiações históricas possam se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes.

As FDs estão posicionadas em complexos de FDs relacionadas e os significados específicos de uma FD são determinados pelo exterior em sua relação com o interdiscurso. Ou seja, de acordo com Orlandi (1998a), para que uma palavra faça sentido é preciso que ela já tenha sentido. Essa impressão de significar deriva do interdiscurso – o domínio da memória discursiva, aquele que sustenta o dizer na estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas, e que vão construindo uma história dos sentidos. Toda enunciação resulta, assim, de um efeito de sustentação no já dito. Em Indursky (2007a), tem-se que a formulação das modalidades de tomada de posição do sujeito é contemporânea da noção de interdiscurso, pois é o interdiscurso que contém os dizeres que não podem ser ditos no âmbito de uma dada FD.

Anteriormente, afirmei que a noção de FD é trabalhada, moldada e modificada ao longo da obra de Pêcheux e também de outros pesquisadores. Então, as transformações na noção de FD na AD realizam-se juntamente com as noções de forma-sujeito e suas modalidades de subjetivação. Pêcheux, em seus estudos, observa que pode haver desdobramentos do sujeito, diante dessa forma-sujeito constituída, resultando em distintos modos de subjetivação, fazendo com que o sujeito possa tomar posições diferentes frente à FD em que está inscrito. Então, passo a expor o percurso de reformulação na noção de FD com relação aos desdobramentos da posição-sujeito.

Primeiramente, a FD é concebida como um conjunto de regras de formação, atravessada pela homogeneidade. Fala-se em diferentes FDs homogêneas, separadas umas das outras, sem nenhuma ligação entre elas. Nesse estágio da teoria, não só a FD é fechada e homogênea como também a tomada de posição da forma-sujeito é dotada de unicidade: o sujeito só pode ocupar um único lugar, identificar-se plenamente com os saberes da FD que o domina e reduplicar seus saberes. Por isso, nesse estágio da teoria:

o “sentido” de uma seqüência (*sic*) só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência (*sic*) como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos). É este fato de toda seqüência (*sic*) pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja “dotada de sentido” que se acha recalcado para o (ou pelo?) sujeito e recoberto para este último, pela ilusão de estar na fonte do sentido, sob a forma de retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1993 b, p. 169).

Em um segundo momento, há um deslocamento teórico, e a FD é considerada em meio a complexos de FDs, em que uma FD é dominante e mantém relações com outras.

[...] o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela, fornecendo suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “preconstruídos” e de “discursos transversos”). (PÊCHEUX, [1983] 1993c, p. 314).

A FD ainda é concebida como uma máquina fechada, mas, paradoxalmente, aceita a irrupção de um além-exterior e anterior. O sujeito do discurso é puro efeito de assujeitamento à FD com a qual ele se identifica.

Posteriormente, Pêcheux pensa a FD como heterogênea, estando abertas para as diferentes posições-sujeito em seu interior, podendo o sujeito identificar-se, contraidentificar-se ou mesmo desidentificar-se com relação aos saberes de uma FD. Mas, nessa última situação, o sujeito já não se encontra mais inscrito nessa FD, migrou e faz sua inscrição em outra FD. Essas mudanças ocorrem porque Pêcheux percebe que as FDs sofrem pressões da sociedade e não estão imunes a transformações. Então, o pesquisador rediscute a noção de ideologia e, também, a de FD: “uma ideologia é não idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários.” (PÊCHEUX, 1980, p.192). A partir dessa constatação, com relação à ideologia, a noção de FD prescinde de reformulações e passa a admitir a heterogeneidade em seu interior e o desdobramento da posição-sujeito do discurso (bom e mau sujeitos).

A identificação do sujeito se dá diretamente com a forma-sujeito, responsável pela organização dos saberes que se inscrevem na FD. Quando a identificação do sujeito é plena com os saberes da FD, ele é capaz de reduplicar esses saberes pela identificação por meio de paráfrases. Essa modalidade de tomada de posição constitui um efeito-sujeito, pela ilusão da unicidade imaginária do sujeito plenamente identificado com os saberes da FD e ocorre o que Pêcheux denomina de discurso do “bom sujeito”.

No entanto, há outras possibilidades de tomada de posição do sujeito frente aos saberes que estão inscritos em uma FD. O sujeito pode produzir “uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta ...)” com relação aos saberes organizados pela forma-sujeito que molda os conhecimentos de uma FD. (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 215). Nesse caso, o sujeito se contraidentifica com determinados saberes, caracterizando o discurso do “mau sujeito”.

Essa não identificação plena de saberes de uma FD abre espaço para a heterogeneidade, a diferença que advém do *interdiscurso*. “A noção de *interdiscurso* é introduzida para designar o ‘exterior específico’ de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição estrutural fechada [...]” (PÊCHEUX, [1983] 1993c, p. 314). E como afirma Courtine: “O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD, pode ser apreendido como o que regula o deslocamento de suas fronteiras.” (COURTINE, [1981] 2009, p. 100). Então, a partir do interdiscurso, saberes outros invadem as fronteiras de uma FD e passam a coexistir.

A essas duas tomadas de posição, Pêcheux ([1975] 1988), acrescenta uma outra: a desidentificação do sujeito com a forma-sujeito que regula os saberes da FD na qual se identifica. O funcionamento da modalidade de desidentificação ocorre por “uma tomada de posição não-subjetiva, que conduz ao trabalho de transformação/deslocamento da forma-sujeito.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 217). Essa nova tomada de posição abre espaço para a transformação dos saberes e permite o seu deslocamento para outra FD. Ou seja, o fato de o sujeito da AD ser assujeitado não significa que ele está condenado a identificar-se eternamente com uma mesma FD. Segundo Pêcheux ([1975] 1988), a prática discursiva do sujeito pode se reconfigurar por meio de novas tomadas de posição do sujeito. A forma-sujeito pode identificar-se, contraidentificar-se ou mesmo vir a desidentificar-se com uma determinada FD. O sujeito da AD é um sujeito dividido, pois pode assumir diferentes posições de sujeito: plena identificação com a forma-sujeito ou divergência com relação à forma-sujeito.

Courtine ([1981] 2009) vai além sobre essa questão da heterogeneidade da FD. Uma forma-sujeito fragmentada abre espaço para pensar não apenas o semelhante, mas também o diferente e assinala para a possibilidade de várias posições-sujeito e não mais apenas duas posições como apresentadas por Pêcheux: bom sujeito e mau sujeito.

uma transformação na noção de FD, que deixa de ser um bloco homogêneo, separada de outras FD por uma fronteira topográfica, como se apenas mantivesse com essas últimas relações de distância ou proximidade; resulta enfim a necessidade de deixar de pensar uma FD com repetição na categoria do mesmo (ou do diferente) e de colocar em evidência todas as formas de alteridade constitutivas de sua existência. (COURTINE, [1981] 2009, p. 235 - 236).

Com isso, a posição de sujeito do discurso, a partir de posições ideológicas dadas, passa a ocupar vários lugares inscritos em uma pluralidade de pontos que podem indicar para a: repetição, modificação, adaptação, oposição a, etc. com a forma-sujeito reguladora

dos saberes da FD. Para Courtine ([1981] 2009), a posição sujeito são modalidades particulares de identificação do sujeito do saber.

Também Indursky (2008) apresenta os resultados de suas reflexões acerca da noção de FD e conclui a partir da afirmação de Pêcheux (1980) - que a ideologia não é idêntica a si mesma - que a homogeneidade da forma-sujeito fica relativizada. Assim, a fragmentação da forma-sujeito determina a heterogeneidade dos saberes da FD já que abriga a diferença e a ambiguidade em seu interior. Então, “a forma-sujeito tem capacidade de dividir-se em um número maior de posições de sujeito.” (INDURSKY, 2008, p.18). Uma forma-sujeito fragmentada abre espaço para pensar o semelhante, mas também o diferente e assinala para várias posições-sujeito e não mais apenas duas posições como apresentadas por Pêcheux: bom sujeito e mau sujeito. Ainda, de acordo com a pesquisadora, a posição sujeito plenamente identificada com a forma-sujeito da FD, reduplicaria os saberes da FD; o bom sujeito é entendido como uma posição-sujeito dominante em relação às demais posições em que a forma-sujeito se fragmenta. O mau sujeito não se limitaria a uma posição contraidentificada com a posição-sujeito dominante, mas a um conjunto de outras posições-sujeito que sinalizam para diferenças e questionamentos.

Assim, é instaurado o *efeito sujeito* que nada mais é do que a identificação imaginária do sujeito com a forma-sujeito que regula os saberes de uma FD. Por isso, o sujeito da AD, segundo Orlandi (2012) tem suas relações com a linguagem marcadas por uma dupla determinação: do enunciado pelo sujeito e deste pela sua relação com a exterioridade, seu contexto sócio-histórico e é fundamentalmente heterogêneo, disperso e fragmentado. Resumindo, o sujeito da AD é duplamente afetado: no funcionamento individual pelo inconsciente e em seu funcionamento social pela ideologia.

Ainda é importante considerar que a possibilidade de o sujeito se relacionar de diferentes modos com a FD está atrelada às Condições de Produção (CP) do discurso. As FDs não funcionam diferentemente pelo acaso, são as CP que garantem a coexistência de interpretações variadas já que relacionam o contexto imediato e as circunstâncias de enunciação aos efeitos de sentido. Ou seja, as CP afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada já que quem interpreta sempre interpreta a partir de determinado contexto sócio-histórico-ideológico.

3.2.3 Formação Discursiva Eleitoral (FD-E): uma FD heterogênea

Trazendo um breve esboço das CP que envolvem o arquivo deste estudo, posso dizer que, na conjuntura político-eleitoral de 2012, no Brasil, os saberes que predominam nas mídias – televisiva, radiofônica e impressa – são saberes que fazem eco ao que diz a Lei. Esses saberes enquadram-se no que a lei permite que seja dito e que seja publicado nas propagandas oficiais. Mas também, concomitantemente, nessas mesmas mídias e em outros espaços midiáticos – como *blogs*, redes sociais e *sites* da internet – têm-se diferentes saberes que denunciam e criticam a corrupção de políticos, a compra e a venda de votos e a própria obrigatoriedade do voto. Em outras palavras: são saberes que questionam a Lei eleitoral. Esse conjunto de saberes heterogêneos sobre as eleições constituem a conjuntura político-eleitoral dessa FD. Logo, posso dizer que o arquivo selecionado e organizado para este estudo se inscreve em uma FD que é atravessada por diferentes saberes, os quais se relacionam com lugares/perspectivas diferentes sobre o processo eleitoral brasileiro.

Desse modo, os saberes dominantes dessa FD, a qual doravante denomino de Formação Discursiva Eleitoral (FD-E), são organizados por uma forma-sujeito do discurso a qual coloca os saberes da Legislação eleitoral como legítimos e evidentes. Assim, os saberes dominantes da FD-E referem-se ao que pode e deve ser dito nessa conjuntura. Isto é, são saberes inscritos em uma Formação Ideológica (FI) dominante que coloca como evidente o que diz a legislação eleitoral brasileira. Já os outros saberes que se atravessam e constituem a heterogeneidade dessa FD-E, são saberes que – no contexto brasileiro de 2012 – de alguma forma, manifestam uma crítica, uma insatisfação, um distanciamento, uma dúvida, uma revolta com o modo como o processo eleitoral brasileiro contemporâneo é regrado, é organizado. Trata-se, portanto, de uma FD que é composta por saberes diferentes, e que comporta uma relação de forças, que permitem ao sujeito tomar dada posição, e inscrever-se nas filiações de sentidos.

Em vista disso, o objeto cartum – enquanto prática discursiva – é afetado em sua formulação e constituição por posições-sujeito que o sujeito, em seu discurso, representa. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, o sujeito mantém fortemente a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso e suas posições diante do efeito da forma-sujeito como explica Pêcheux:

O efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento nº 2. Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação

discursiva dada aparece como o lugar de constituição do que chamamos o *imaginário lingüístico*⁴⁴ (*sic*) (corpo verbal). (PÊCHEUX, [1975]1988, p. 177).

Assim, por exemplo, os saberes relacionados à FD-E que regulam as práticas políticas do Brasil, em 2012, podem vir a ser interpretados com sentidos outros. E, de acordo com Cazarin (2007, p. 110), “o interdiscurso, funciona como exterioridade, isto é, como o ‘lugar’ do outro que delimita o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. A interpretação é possível porque há o outro nas sociedades e na história.” Em outras palavras: é o funcionamento da FD-E que regula ideologicamente os sujeitos e a determinação dos sentidos, mas o sentido não é único e pode estar sempre em curso, o sentido é com relação “a” e sempre pode vir a tornar-se outro. Por isso, alguns dos componentes do sistema eleitoral brasileiro atual como: o eleitor, o candidato e a campanha eleitoral são mobilizados nas análises, de acordo com a posição ocupada pelo sujeito e sua identificação com os saberes da FD-E, e podem receber diferentes gestos de interpretação a partir do interdiscurso e das CP dos processos discursivos.

Então, neste estudo, a FD-E, além de ser o lugar onde as ideologias se materializam, também é um princípio de organização dos discursos. No entanto,

uma FD apresenta-se ‘não como uma totalidade, e sim como uma repartição de lacunas, de vazios, de ausências, de limites e de recortes.’ (*apud* COURTINE, 1981, p.35). Assim, o que permite delimitar o grupo de enunciados, apesar de díspares, que lhe são específicos é a maneira pela qual esses diferentes elementos são relacionados uns aos outros. (CAZARIN, 2007, p. 110).

Desta forma, à luz da AD pecheuxtiana, pretendo trilhar um caminho para compreender nas análises como ocorre a inscrição de efeitos de sentido sobre as eleições brasileiras nos cartuns, integrantes do arquivo, observando suas diferentes linguagens (imagética e verbal). No entanto, exatamente pelo fato de a FD-E não ser homogênea, já que em seu interior há relações de antagonismo e conjuntos de interesses conflitantes, podem ocorrer deslocamentos de suas fronteiras. Mas, esse deslocamento nem sempre está associado a uma nova FD.

A FD-E é uma FD regulada pela forma-sujeito eleitoral (fs-e). O que essa FD particulariza? O que a lei permite fazer e ou dizer e o que a lei não permite fazer e ou dizer. É a legislação quem organiza os saberes e determina o que pode e o que não pode ser dito/feito acerca das eleições brasileiras contemporâneas. No entanto, cumpre registrar uma curiosidade quanto à fs-e da FD-E: não há apenas um único regramento, uma única Lei que

⁴⁴ Grifos do autor.

regule os saberes eleitorais. Coexistem várias legislações: a Constituição Federal, o Código Eleitoral, a Lei das Eleições, a Lei dos Partidos Políticos, a Lei de Inelegibilidade, a Resolução sobre o Alistamento eleitoral, a Resolução sobre o Regimento Interno do TSE e as Normas e documentações sobre as Eleições de 2012. A heterogeneidade dos saberes da Lei regulam a FD-E. Destaco o fato de o Código Eleitoral vigente no Brasil datar de 1965, e, por isso mesmo, trazer consigo uma memória outra que se entremeia com as legislações mais atuais. Entre legislações com meio século de existência e as recém-criadas normas e documentações para as eleições de 2012, assim se configura a fs-e da FD-E. São Códigos, Leis, Resoluções e Normas formando a teia dos sentidos. Mas, isso não vem a ser um problema, porque Pêcheux mesmo já antecipa que “uma ideologia é não idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários.” (PECHEUX, [1975] 1980, p. 192). Apesar de coexistirem diferentes legislações, a fs-e garante o efeito de unidade necessário à FD-E.

Assim na análise do *corpus*, mostrou-se mais adequado configurar a FD-E com a descrição de Pêcheux ([1975] 1988) com duas posições: o bom sujeito e o mau sujeito. O mau sujeito como uma posição paralela ao bom sujeito, porém que apresenta diferentes formas de críticas à forma-sujeito eleitoral.

Em resumo, no caso da FD-E, a forma-sujeito que organiza os saberes que podem e devem ser ditos foi denominada de forma-sujeito eleitoral (fs-e), e esta FD composta por saberes heterogêneos provenientes de duas posições de sujeito: uma posição-sujeito plenamente identificada (PS-I) com os saberes da FD-E e outra posição que manifesta uma crítica, uma insatisfação, um distanciamento, uma dúvida, uma revolta com relação aos saberes dessa FD, portanto é uma posição que se contraidentifica (PS-C) com os saberes da fs-e da FD-E.

Desse modo, os saberes dominantes da FD-E, sobre as eleições de 2012, referem-se ao regramento eleitoral nessa conjuntura, isto é, são saberes que procuram colocar como naturais e evidentes as normas eleitorais brasileiras e a sua inscrição num sistema democrático, mas, ao mesmo tempo, a contradição é constitutiva de sua forma-sujeito organizadora pois, como Pêcheux ([1975]1988, p. 301) afirma, “não há ritual sem falhas”. Logo, outros saberes se atravessam e constituem a FD-E: são saberes que questionam os limites e a natureza das Leis feitas em períodos distintos. Trata-se, portanto, de uma FD que é composta por saberes que resultam de lugares diferentes, sendo estes lugares que

permitem ao sujeito tomar dada posição, inscrevendo-se em redes de filiações de sentidos, e travar uma relação de forças dentro da mesma FD.

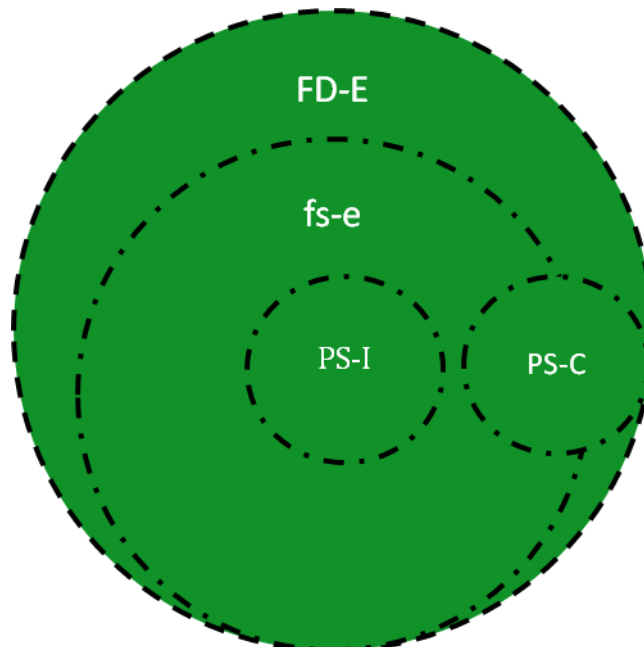


Figura 2: Representação da Heterogênea FD-Eleitoral (FD-E)⁴⁵

3.2.4 Paráfrase, memória e efeito metafórico: abertura para a constituição de sentidos moventes

Os sujeitos são afetados pela memória. A memória, que está normalmente relacionada à repetição, à paráfrase, também, traz consigo a possibilidade de outros efeitos de sentido como os oriundos do efeito metafórico o qual constitui os sentidos moventes e – por que não dizer – polissêmicos. Isso porque a memória repete, mas também atualiza sentidos e transforma. Fazendo referência ao título primeiro desta parte do estudo, Pêcheux afirma que:

as ‘coisas-a-saber’ são jamais visíveis em desvio, como transcendentais históricos ou epistemes no sentido de Foucault, mas sempre tomadas em redes de

⁴⁵ Formação Discursiva Eleitoral (FD-E) é uma FD heterogênea organizada pelos saberes da forma-sujeito eleitoral(fs-e) a qual comporta duas posições básicas de sujeito: posição-sujeito identificada (PS-I) com a forma-sujeito eleitoral (fs-e) e posição-sujeito contraidentificada (PS-C) com a forma-sujeito eleitoral (fs-e). Mas, isso não quer dizer que as posições-sujeito sejam homogêneas. A heterogeneidade é constitutiva também das posições-sujeito daí a representação com as bordas pontilhadas, simbolizando os saberes que vêm do interdiscurso.

memória dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação [...]. (PÉCHEUX, [1983] 2006, p. 54).

A rede de memória produz bordas que quando (re)conhecidas – identificadas – são significadas e, desta forma, produzem a trama dos sentidos que pertencem, por exemplo, a uma FD heterogênea como a FD-E. Assim, a paráfrase – enquanto recurso discursivo que permite a repetição – ocupa um lugar privilegiado com relação à leitura e à (re)captura de efeitos de sentidos possíveis nessa teia, na trama da rede das ‘coisas-a-saber’ que fazem parte da memória.

Achard questiona sobre como “a memória se institui, é regulada, provada, conservada ou rompida, deslocada, restabelecida.” (ACHARD, 1999, p. 7). Como os acontecimentos podem ser inscritos na memória ou mesmo vir a escapar a qualquer inscrição ou ser absorvidos pela memória como se não tivessem ocorrido? Para Achard (1999), a memória é (re)construída no trabalho de formulação da enunciação e de circulação da regularidade de saberes os quais levam a diferentes memórias com diferentes sentidos. Por isso, “a enunciação, então, deve ser tomada, não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso.” (ACHARD, 1999, p. 17). Desta forma, tomando o dito no fio do discurso como peça de um jogo capaz de (re)velar os implícitos, a memória não estaria apenas na repetição, mas na regularização das retomada e das paráfrases constituindo um jogo de força simbólico.

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. (ACHARD, 1999, p. 13).

Não só o dito verbal, mas também o dito imagético⁴⁶ é capaz de instituir e trabalhar a memória pela inserção da paráfrase. Davallon (1999, p. 23) afirma que “a memória social estaria inteiramente e naturalmente presente nos arquivos de mídia”. No entanto, Davallon adverte que memória social não é simplesmente igual a um arquivo guardado em algum computador. Para ocorrer a memória social é necessário que “o acontecimento lembrado reencontre a sua vivacidade, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social.” (DAVALLON, 1999, p. 25). Saliento, de imediato, que o imagético e o verbal dizem aos diferentes membros da

⁴⁶ Considero que palavras e imagens dizem, e dizem de uma determinada posição.

comunidade social pelas formas como são formulados, construídos e (re)construídos, mas – mesmo quando ocorre a repetição – os efeitos de sentidos produzidos por palavras e imagens estão relacionados com suas CP e também com o que é dito em outros lugares. Em vista disso, o efeito de sentido produzido pode vir a ser outro, pode mover-se e sofrer as influências de outras memórias.

Portanto, os efeitos de sentido que se produzem no Ei e no Ev envolvem várias possibilidades de trabalho com a memória, desde a abordagem do arquivo, da seleção-organização dos cartuns até os recortes e as análises das unidades analisadas. Entre tantas etapas de leitura, considero que um dos critérios para trabalhar os efeitos de sentido e chegar ao funcionamento do discurso dos objetos discursivos é começar a partir da paráfrase. A paráfrase é uma forma de investigar os vestígios da memória – seus efeitos – sobre o que é dito e repetido a respeito das eleições brasileiras. A questão que surge em face desta opção metodológica é: Por que a paráfrase, se ela repousa justamente sobre a substituição de uma palavra por outra de sentido equivalente, ou no caso do Ei, uma imagem por outra? A resposta passa pela *formulação*, porque o modo como se diz significa e significa diferentemente. Compreender a paráfrase não só como formulação, mas como reformulação, a partir de uma substituição, é o passo inicial que pode levar a relações outras de sentido e a tensão entre o mesmo e o diferente dentro de uma mesma FD.

Então, começo a abordagem sobre a paráfrase por suas bordas. Ou seja, Sant’Anna (1991) levanta uma série de questionamentos e preocupações quanto à paráfrase, entre elas a falta de historicização do termo, ao longo da história, já que a paráfrase está associada à repetição.

Se a paráfrase está ao lado da imitação e da cópia, compreende-se a não história do termo, porque a história geralmente se interessa por aqueles que provocam ruptura e corte, trazendo alguma invenção e descontinuidade. Em geral a história é a história da diferença, do acréscimo, e não da repetição. (SANT’ANNA, 1991, p. 17).

A ideia de que a paráfrase é continuidade ou repetição de uma sentença também é a perspectiva comumente apresentada em dicionários. A paráfrase é conceituada apenas com relação ao verbal: como um texto que procura tornar mais claro e objetivo aquilo que se disse em outro texto; como reescritura de um texto já existente, uma espécie de ‘tradução’ dentro da própria língua. Ou seja, é uma reafirmação das ideias de um texto, ou uma passagem, usando outras palavras, preferencialmente com as próprias palavras. Assim, a paráfrase, nessa perspectiva, apresenta como característica explicar ou clarificar o texto que está sendo citado. O caráter didático, nessa perspectiva, é louvável, no entanto, é uma

forma reducionista de ver a paráfrase, pois esta é tratada como um procedimento mecânico, uma construção que permite a partir do verbal prever um conjunto de substituições possíveis. Ou seja, a paráfrase é tratada simplesmente como mera metalinguagem relacionada à estrutura do verbal. No entanto, Pêcheux ([1983] 2006), nos adverte de que mesmo enunciados que remetem ao mesmo fato não, necessariamente, estão em relação interparafrástica, porque não constroem as mesmas significações.

Se a paráfrase for pensada como um efeito de sentido que envolve os processos discursivos, as definições anteriores tornam-se lacunares e inadequadas para a realização de um estudo sobre os efeitos parafrásticos produzidos pela linguagem imagética. Em vista disso, a paráfrase aqui é tratada como paráfrase discursiva e “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 82). Portanto, configura-se como um processo que não é apenas verbal, também é ideológico, logo, abre espaço para o trabalho com outras materialidades como a linguagem imagética, além da linguagem verbal. Nesse sentido, a paráfrase, do ponto de vista discursivo, diferencia-se do modo como é conceituada por outras perspectivas, para as quais “as produções parafrásticas derivam de recursos fornecidos, via de regra, pela própria base lingüística (*sic*).” (ZANDWAIS, 1996, p. 16). A mudança de perspectiva ocorre porque a paráfrase discursiva é pensada a partir da “interdependência entre fatos de ordem histórico-social e o funcionamento discursivo, de modo a explicitar, através de tais relações, as condições de produção e de reprodução dos sentidos.” (ZANDWAIS, 1996, p. 16). Então, longe de ver a paráfrase discursiva como mera continuidade e repetição com outras palavras, a perspectiva discursiva abre espaço para pensar não só a reprodução de sentidos com outras materialidades, mas também a transformação conforme as condições de (re)produção de sentidos sejam outras, assim levando à constituição de outros efeitos de memória.

Em vista disso, também é possível compreender a paráfrase como reformulação a partir de uma substituição. E, se pensada assim, por que não compreender a paráfrase como um processo que indica uma relação outra de sentido, mobilizando o efeito metafórico para pensar a tensão mesmo/diferente? Para Pêcheux ([1969] 1993, p.96), “o *efeito metafórico* é um *efeito semântico* que se produz numa substituição contextual”, o que acontece então é um deslizamento de sentido entre *x* e *y*. A distância é constitutiva tanto do sentido que é produzido por *x* como por *y*. Desta forma, a metáfora não funciona como comparação ou substituição. A metáfora funciona como transferência que se produz num processo intermitente entre deslizamentos de sentidos. Uma palavra por outra, no caso do eixo verbal (Ev), ou mesmo, uma imagem por outra, no caso do eixo imagético (Ei). Essa

transferência metafórica significa e é significada pela possibilidade de abertura e de deslizamentos de sentido: “daquilo que representa o sujeito para um outro significante.” (LACAN *apud* PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 156). Vejo o efeito metafórico como um efeito de sentido que absorve o diferente e, portanto, abre espaço para a falha, a contradição, a crítica ou mesmo, a transgressão e, por isso mesmo, possibilita as transformações nos discursos mesmos e cria as condições para novos efeitos de sentido. O posicionamento crítico presente na arte gráfica do cartum, em alguns casos, é resultante de um processo que surpreende e critica o mesmo, dando lugar ao novo e ao diferente. Acredito que a substituição parafrástica que produz o efeito de sentido metafórico pode advir de vários processos discursivos entre eles, a paródia, a qual é apresentada por Sant’Anna (1991) como:

[...] um efeito sintomático de algo que ocorre com a arte de nosso tempo. Ou seja: a frequência (*sic*) com que aparecem textos parodísticos testemunha que a arte contemporânea se compraz num exercício de linguagem onde a linguagem se dobra sobre si mesma num jogo de espelhos. (SANT’ANNA, 1991, p. 7).

Longe de ver o “jogo de espelhos”, referido por Sant’Anna, como algo que repete a linguagem e dá lugar ao mesmo discurso, vejo esse “jogo de espelhos” como possibilidade deformante e, portanto, que altera a forma e critica, mostrando – a partir de algo já existente – uma nova forma e, portanto, apontando para a deriva nos efeitos de sentido. Sendo assim, muitas vezes, a paródia abre espaço para o *efeito de humor* e à crítica ao que está sendo mostrado. É como se fosse o lado avesso do mesmo objeto, que só porque é avesso, não deixa de ser o objeto. É o reconhecimento da “existência de vários tipos de *real*” (ORLANDI, 2006, p. 8), já que há várias formas de interpretar.

4 SOBRE O EFEITO DE HUMOR: O JÁ DITO DA ANTIGUIDADE À CONTEMPORANEIDADE

Nesta parte do estudo, proponho-me a historicizar – brevemente – o humor, o riso, o cômico e a derrisão em três sociedades diferentes para buscar compreender o que (res)soa do interdiscurso sobre o *efeito de humor* que é formulado atualmente no discurso dos cartuns brasileiros integrantes do arquivo que tratam sobre as eleições contemporâneas. Por que percorrer esse caminho? Porque o sujeito não é a origem do sentido. O sujeito se define pela sua relação com a linguagem que é uma relação diferente de acordo com o passar dos séculos. Em vista disso, essa latência de sentidos – sempre presente e ao mesmo tempo ausente – fornece a ancoragem necessária para iniciar a investigação sobre como o efeito de humor afeta o(s) efeito(s) de sentido das unidades do arquivo deste trabalho.

Também, porque os sentidos já lá existentes estão sempre prontos a irromper, a retornar e a produzir efeitos de sentido conforme a (re)produção dos discursos se dê em uma ou outra FD. A FD é onde os discursos se organizam e se produzem, a partir de recortes feitos do interdiscurso. Por isso, a importância de historicizar as percepções do efeito de humor nesse conjunto variado o qual trabalha para a constituição do Interdiscurso com saberes diversos, provenientes de sociedades distantes. Acredito que essa incursão em três sociedades diferentes do passado que se (pre)ocuparam com o efeito de humor contribui para entender os gestos de leitura dos cartuns.

Além disso, existe o *imaginário* de que o humor está relacionado com o riso e o riso está em toda parte e, por isso, o humor é considerado universal. No entanto, pelas leituras feitas, observo que há diferentes formas de fazer humor e, conseqüentemente, de efeito de humor, e o riso nem sempre está presente em seus efeitos. Então, apesar de existir universalidade do humor, o efeito de humor não é o mesmo e, por isso, significa e é significado, singularmente, nas mais variadas épocas e pelas diferentes posições de sujeito inscritas no e pelo humor.

Assim, resolvi investigar o efeito de humor, percorrendo esse caminho, pela inquietude que a afirmação seguinte produziu em mim: “ao estudar o humor, frequentemente os interessados no assunto esbarram na dificuldade em defini-lo com precisão justamente pelo fato de o mesmo confundir-se com o riso e o cômico.” (MACHADO, 2000, p. 30). Vejo o relato dessa confusão como sintoma de que o efeito de humor não tem uma causa única ou determinada. O efeito de humor é resultante de vários aspectos que, juntos ou separados, contribuem para que as suas CP não sejam as mesmas e, em vista disso, o efeito de humor trabalha para que os efeitos de sentido possam ser

moventes. Por isso, não vou perseguir uma definição de humor, estou investigando como o efeito de humor se processa em diferentes sociedades e épocas. Em outras palavras, como o efeito de humor emerge e, com isso, como trabalha para a investidura de efeitos de sentido. Se esse efeito ocorre no riso, no cômico, na derrisão, na crítica mordaz, na sátira ou na ironia, entre tantas outras formas de efeito de humor, é porque são funcionamentos que contribuem para a formulação de diferentes imaginários sobre o que é o efeito de humor e, também, para a inscrição do sujeito e dos efeitos de sentido.

Uma última razão para trilhar esse caminho teórico foi porque as bordas externas – vindas, muitas vezes, de cenários discursivos distantes – estão sempre lá a recortar determinado(s) sentido(s) e a regular os próprios efeitos de sentido. (PÊCHEUX, [1983] 2006). Se os *efeitos de sentido* são determinados por esse sempre já lá, preciso buscar pelo menos alguns desses vestígios de efeitos de sentido que existiram (e que, acredito, persistem no interdiscurso) em três grandes sociedades: a Grega Clássica, a Romana Antiga e a Medieval. Ou seja, é preciso percorrer um caminho pelo viés do humor – enquanto lúdico – até chegar à determinação histórica dos efeitos de sentido que as filiações discursivas e ideológicas permitem ler. Em vista disso, gostaria de destacar que ler – interpretar – não é atribuir sentidos, é “explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos, o que resulta em saber que o sentido sempre pode ser outro.” (ORLANDI, 1998a, p. 64). Então, passo ao breve registro de algumas manifestações do efeito de humor – em outras sociedades – antes de analisar como os gestos de leitura das unidades do arquivo produzem efeitos de sentido sobre as eleições brasileiras contemporâneas.

Vários historiadores defendem a evolução do riso e do humor através dos tempos. No entanto, o olhar discursivo faz com que eu veja “os risos e o humor” apresentados pelos pesquisadores e estudiosos de diferentes épocas não como evolução, mas como transformação, ou seja, uma (re)significação, apresentando imaginários e ideologias das diferentes sociedades ao longo da história. Em vista disso, vou fazer um recorte de alguns aspectos do efeito de humor a partir: da crítica literária de Mênard (1983) sobre o riso, do estudo da carnavalização na Idade Média, feito por Bakhtin ([1965]⁴⁷1987), e dos escritos do historiador Minois (2003) – já que este escreveu um tratado sobre o riso e o escárnio e é considerado uma referência em história – até chegar à análise dos efeitos de humor nos cartuns que tratam sobre as eleições em 2012.

⁴⁷ Esta é a data da publicação da obra; para esta pesquisa uso uma versão brasileira de 1987.

4.1 O EFEITO DE HUMOR NA SOCIEDADE GREGA CLÁSSICA

De acordo com os estudos de Minois (2003), desde a antiguidade clássica, historiadores, filósofos e críticos literários deram atenção ao riso e ao cômico na organização social. Na Grécia Clássica, um dos vestígios dessa preocupação com o riso é a existência de dois vocábulos para classificar o riso: *γελαν* (*gelân*), o riso simples do subentendido, e *καταγελαν* (*katagelan*), ‘rir de’, o riso agressivo e zombeteiro. Em textos clássicos, como os de Eurípedes, o riso é interpretado como preocupante e, por isso, precisa ser aprisionado, interditado, já que é possuidor de instintos selvagens e emoções primárias e agressivas. Apesar de os dois signos, *gelân* e *katagelan*, buscarem aprisionar e etiquetar os efeitos de sentidos que o riso pode produzir, eles não dão conta dos inúmeros efeitos de sentido que o riso pode simbolizar na sociedade grega clássica. O riso arcaico nem sempre está impregnado de gravidade e agressividade. O riso é multifacetado e capaz de simbolizar as diferentes *posições dos sujeitos* – deuses e homens, só para exemplificar – entre outras possibilidades. O riso como simples válvula de escape, o riso como acolhida, o riso de sedução ou o riso de ternura existe também, mesmo entre os deuses: “trata-se, ainda, de um riso de cumplicidade indulgente. Quanto ao sorriso de Afrodite, ele é, ao mesmo tempo, plenitude divina, enigma, sedução, astúcia e engano.” (MINOIS, 2003, p. 47). Já na própria sociedade grega clássica foi percebido que os dois signos *gelân* e *katagelan* não recobriam todos os efeitos de sentidos, mas não era por isso que o riso constituía um problema que devia ser evitado pelos gregos clássicos.

Uma possível explicação para essa posição, articulando com a teoria discursiva pecheuxtiana, é que a questão era outra. Para a sociedade grega clássica, o riso foi interpretado como um perigo: o riso fere. É o ideológico conferindo valor ao signo, ou seja: “as relações interindividuais, por ocorrerem no social, são permeadas pelo ideológico que confere aos signos seu índice de valor.” (INDURSKY, 2005, p. 106). A questão, na Grécia, não fica restrita ao signo – considerado ideológico ou não – usado para designar o riso, está relacionada com os *sujeitos* que são conduzidos a ocupar seus lugares sociais e a produzir efeitos de sentidos diversos conforme suas práticas. O teatro cômico reflete as transformações do riso e as tensões entre os sujeitos que estão no poder e os que estão fora. A ambiguidade de sentidos e o simbolismo destes através do modo como o riso foi interpretado na Grécia Clássica são reveladores das tensões na sociedade pelo teor discursivo das peças do teatro grego.

Data da Grécia Clássica, considerada por nossa sociedade atual o berço da democracia, os primeiros discursos que relacionam a política ao cômico em poemas e comédias. As peças teatrais cômicas apresentam sujeitos inscritos em determinado contexto sócio-histórico, revelando as tensões entre o povo e a elite governante. Desde esse período, o humor preocupa o poder, a ponto de Alcebíades – General e político ateniense que viveu de 450 a. C. a 404 a. C. – aprovar uma lei que proibia zombar abertamente de homens políticos no teatro.

Aristófanes é, antes de tudo, um pensador político, que queria provocar reflexão nos meandros do poder. Segundo Suzana Saïd, o uso da grosseria seria para ele, uma maneira de denunciar a degradação do político e de fazer passar sua mensagem antidemocrática: ‘As metáforas sexuais são, em primeiro lugar, um meio de denunciar a degradação do político e de fazer rir à custa do povo e, mais ainda, de seus dirigentes’. (...) Autores visados: Aristófanes, Cratino, Ferecrato, Platão, o Cômico, Êupolis encontram-se também no alvo da vingança dos políticos ofendidos. Eles ‘não permitem que se coloque o povo no palco para falar mal deles: querem evitar estender esse falar mal até eles próprios, escreve Xenofontes. Platônio confirma: ‘Não era possível zombar abertamente de qualquer um, porque aqueles que eram vítimas da violência verbal dos poetas os processavam’. (MINOIS, 2003, p. 39 – 41).

Tanto a lei promulgada por Alcebíades quanto a lista de autores visados na Grécia Clássica, apresentadas pelo historiador Minois (2003), deixam vestígios das tensões entre as diferentes classes sociais. Na Grécia Clássica, o mesmo riso que é interpretado pelo gesto de leitura dos poetas como arte de reflexão social, arte poética, é interpretado pelo gesto de leitura daqueles que são alvos da poesia como agressão e, por isso, motivo de perseguição.

Apesar de o riso político ser perigoso e proibido na Grécia Clássica, porque se identifica com um determinado discurso que é revelador de mentalidades, humilha e provoca, nem por isso deixou de ser tema de peças teatrais como as de Menandro. Como é possível observar nas linhas abaixo, a comédia grega vai sendo (re)formulada e o humor resiste a suas interdições e passa a produzir novos efeitos de sentido.

Menandro (342 a. C. -292 a. C.), o mais célebre representante dessa nova comédia, trata os problemas psicológicos e sociais com o humor amável; ele explora as pulsões e os desejos, propiciando, ao mesmo tempo, um substituto de realização, uma liberação de energia pelo riso e um alívio em relação às angústias e aos medos ligados às ameaças que pesam sobre a ordem, o patrimônio familiar, a autoridade doméstica. (...) O riso de bom tom é aliado das convenções, e a comédia permite dar conta dos interditos e ridicularizar os marginais, acatando as normas da sociedade. (...) o riso não é mais utilizado pela comédia para amedrontar, mas para afugentar o medo. (MINOIS, 2003, p. 51).

Em vista disso, o riso e a comédia passam a ser interpretados como aliados das convenções. Esse deslocamento pelo novo gesto de leitura produziu um novo *efeito de sentido* e, por isso, o riso passou a ser aceito. Isso porque os gestos de leitura sempre estão presentes e “a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação de linguagem. Não há sentido sem interpretação.” (ORLANDI, 1998a, p. 9). O que saliento é que o riso, a comédia, o humor, passou a ser interpretado de forma diferente.

4.2 O EFEITO DE HUMOR NA SOCIEDADE ROMANA ANTIGA

Não só na Grécia Clássica, mas também na Roma Antiga, o humor se fez presente sob todas as formas: positivas e negativas ou sutis e grosseiras ou agressivas e indulgentes. O humor na Roma Antiga está concentrado em uma só palavra: *risus*. (MINOIS, 2003). Diferentemente dos gregos, que tinham duas palavras para denominar o bom riso e o mau riso, os romanos têm uma única palavra, *risus*, que abarca todos os inúmeros efeitos de sentido para os efeitos de humor romano. “O riso, multiforme, permanece riso: do trocadilho grosseiro ao humor mais fino, passando pelo grotesco, pelo burlesco, pela ironia, pela zombaria, pelo sarcasmo.” (MINOIS, 2003, p. 78). Com base nas palavras do historiador, o mundo e a sociedade romana são percebidos pelos romanos, a princípio, como realidades pouco sérias que provocam necessidade de zombarias. Observando esse gesto de leitura sob o olhar da AD, vejo que, ao identificar-se com certos sentidos, o sujeito do discurso romano, de fato, está se identificando com certos saberes. Considero, também, bastante significativo que a comédia tenha sido muito anterior à tragédia em Roma porque “embora seja verdade que o teatro é uma imitação grosseira e uma simplificação da vida, a comédia poderá fornecer-nos, nesse aspecto particular de nosso tema, mais informações do que a vida real.” (BERGSON, [1899]⁴⁸ 2007, p. 49). Em outras palavras, o discurso que emerge pela linguagem das comédias romanas está identificado com certos saberes e isso, por si só, já faz com que o riso seja interpretado diferentemente de outras sociedades como a grega, por exemplo.

Para Minois (2003), é na sátira que desabrocha o riso romano. Apesar de poder mobilizar outros tipos de humor, não é qualquer um que é mobilizado pelos romanos antigos: a zombaria se realiza na sátira. A sátira, inevitavelmente, tem de atingir a esfera política a partir do aparecimento da opinião pública. É no momento das Guerras Púnicas –

⁴⁸ Esta é a data da publicação da primeira edição da teoria de Bergson; para este estudo uso uma versão brasileira de 2007.

em que a questão é a sobrevivência de Roma –, que uma tomada de consciência política se manifesta pelas primeiras zombarias contra os chefes militares. No entanto, a sátira política em Roma só tem como finalidade a defesa das tradições e da ordem estabelecida. Sob sua forma mais antiga, antes mesmo da escrita, ela é praticada por meio de cantos e versos de ironia dirigidos a magistrados e a generais vencedores, para lembrá-los de que, apesar de sua grandeza, eles continuam homens. Para compreender o porquê desse tipo de humor, é necessário considerar as Condições de Produção (CP) em que o povo romano formula a zombaria. Neste período, a cultura romana está repleta de deuses e deusas, e alguns dirigentes romanos acreditam ser descendentes dos deuses.

O riso moralizador da sátira romana torna-se mais difícil sob o Império, quando a paródia dirigida às classes dominantes foi punida com açoite ou banimento. Chamo a atenção para esse ponto: a sociedade é outra (não é mais a grega clássica), mas o riso aqui também manifesta na classe dirigente – quando esta é alvo do riso – reações semelhantes à da sociedade grega. O humor revela a tensão, incomoda e pode ser punido. Do ponto de vista da AD, posso inferir que o humor manifesta a luta ideológica entre classes antagônicas e da mesma forma desiguais. Segundo Minois (2003), em vista das restrições e punições, a verve cômica volta-se para si mesma e se degrada em ditos espirituosos, preciosismos, jogos de palavras para um público seletivo. Essa nova característica que adquire o humor intervém na transformação das CP do risível que, ao modo romano, testemunha a cultura do riso e já está presente na grande época em que Cícero reconhece: “o sábio preferiria colocar em sua boca uma brasa acesa a guardar para si um dito espirituoso.” (MINOIS, 2003, p. 93). O riso romano também tem outra especialidade: o grotesco.

Historicamente, ele aparece no primeiro século de nossa era, logo após as atrocidades e turbulências políticas e sociais da Roma republicana. Sob muitos aspectos, o grotesco se alterna com a ironia rústica. O riso debochado, raivoso com finalidade moralizante e conservadora, que zomba dos vícios e das coisas novas, é sucedido por um riso inquieto e perturbador, que provoca mal-estar e vai muito além do riso burlesco. Esse riso é franco, simplesmente inverte as coisas de forma temporária. O riso grotesco surge de uma reação de medo diante da realidade que por momentos se deforma, perde sua estrutura racional, tranquilizadora, tornando-se monstruosa. (...) é um riso de histeria e de horror. (MINOIS, 2003, p. 94).

Minois (2003) comenta que o riso grotesco e a ironia rústica incidem sobre a própria essência do real, que perde a consistência uma vez que pulveriza a ontologia, desintegra a criação divina, reduzida ao estado de ilusão. “Ao lado do riso irônico,

constatação do absurdo, o riso grotesco é a constatação do não-lugar (*sic*): dois risos cerebrais, reduzindo o ser ao absurdo e à aparência.” (MINOIS, 2003, p. 96). Em outras palavras, a comédia nesse período funciona como válvula de segurança da sociedade civil, como evasão de um mundo às avessas, funciona como catarse: riso catártico. Então, a comédia para o povo romano passa a ser uma forma de simbolizar o imaginário do povo sobre uma Roma diferente. Os dirigentes romanos estão atentos aos efeitos que o riso pode produzir. “Para Cícero, o riso é um meio, uma arma, um instrumento e os conselhos que ele dá quanto ao seu uso só visam à eficácia. O riso pode servir para convencer, para atacar, para defender, para ensinar.” (MINOIS, 2003, p. 107). São muitas as formas de humor mobilizadas pelos romanos da antiguidade, mas o riso e a sátira, num clima burlesco, são, de fato, as marcas específicas da Roma antiga.

A língua latina permite também compreender o caráter mordaz do humor latino. “Com suas formas elípticas, ele se presta maravilhosamente ao sarcasmo, à tirada, ao jogo de palavras conciso e picante, característico da *dicacitas*, ou causticidade.” (MINOIS, 2003, p. 85). Acredito que a grande questão que fica disso tudo é: será que a riqueza da língua latina – essa herança que possibilita diferentes combinações de sua materialidade linguística para produzir os efeitos de humor – chegou até a nossa contemporaneidade? Acredito que o interdiscurso contenha todos esses elementos e como um vulcão em fase de erupção esteja pronto a projetar a espaços distantes o seu vapor, a sua fumaça e a sua lava incandescente.

4.3 O EFEITO DE HUMOR NA SOCIEDADE MEDIEVAL

Com relação ao efeito de humor na sociedade medieval, segundo a obra de Minois (2003), há alterações – comparando-se com a grega clássica e a romana antiga. Foi graças à exclusão do domínio sagrado que a visão cômica tornou-se uma das características essenciais da cultura popular da Idade Média e evoluiu para fora da esfera oficial. Na sociedade medieval, “o riso é, nessa época, uma arma opressiva a serviço do grupo, uma arma de autodisciplina.” (MINOIS, 2003, p. 174). Para o historiador, o riso coletivo desempenha papel conservador e regulador. Por meio da paródia bufa e da zombaria agressiva, o riso reforça a ordem estabelecida, representando seu oposto grotesco.

Também para o crítico literário Philippe Ménard (1983), o efeito de humor, na Idade Média, está presente não só no Carnaval, mas também em fábulas que, neste período, são contos escritos em versos brutais, cínicos, grosseiros, obscenos em que se fala sem

cessar de sexo e do escatológico, misturando o sagrado e o profano. Essa literatura não é direcionada para o povo, é lida nas cortes senhoriais e nas praças públicas e é dirigida aos senhores, aos nobres e aos burgueses. “São histórias que abrangem ‘da cintura para baixo’”. O sexo, sempre o sexo: desde Sara e Abraão até as graçolas do *music-hall*, ele continua sendo um valor seguro do cômico e conhece, com as fábulas, um de seus grandes momentos.” (MÉNARD, 1983, p.138). A ideia de que a natureza humana é corrompida e de que as pulsões sexuais são tendências más que devem ser reprimidas é substituída por outro sistema de valores: a procura do prazer e da fruição imediata através do riso.

A fábula é a angústia exorcizada pelo efeito de humor no riso, apesar também de se colocar diante de outro grande medo universal: o medo da morte. “O riso mais profundo é, talvez, aquele que desvela e detalha as inquietudes, as angústias, os desejos, os sonhos, em uma palavra, os sentimentos perturbadores escondidos no coração dos seres.” (MÉNARD, 1983, p. 218). O efeito de humor está presente em toda a sociedade medieval sob várias formas: rir de tudo e de todos no Carnaval, na amoralidade das fábulas, no individualismo das farsas, no riso parodístico do mundo cortesão, na sátira dos moralistas, no riso conservador dos pregadores, no humor impertinente dos cléricos, no humor racional do bobo da corte, no bom e no mau riso do teólogo, ao riso da loucura contado por Erasmo. “‘Dizer a verdade rindo’ é, segundo Ernest Curtius, uma das características dos relatos da Alta Idade Média, que transcendem as distinções da Antiguidade Clássica entre sério e cômico, estilo vulgar e estilo elevado.” (MINOIS, 2003, p. 141). Gostaria de salientar que não acredito em sentidos verdadeiros ou falsos, mas que vejo nessa citação – de Curtius selecionada por Minois – uma forma de significar o mundo que deixa emergir um imaginário que ainda persiste em nossa sociedade contemporânea: é possível manifestar posições sérias em meio ao riso, em meio ao efeito de humor.

O que é interpretado como uma evolução do humor na sociedade medieval em Minois (2003) para o filósofo Bakhtin ([1965] 1987) é considerada como uma dupla visão de mundo: a visão séria, que é a das autoridades, e a visão cômica, que é a do povo. Esse dualismo, julga Bakhtin, já existia nas sociedades primitivas em que se acotovelavam mitos sérios e mitos cômicos, “mas nas etapas primitivas, em um regime social que não conhecia ainda nem classes nem Estado, os aspectos sérios e cômicos da divindade, do mundo e do homem eram, tudo indica, igualmente sagrados, igualmente, poder-se-ia dizer, *oficiais*.” (BAKHTIN, [1965] 1987, p. 14). A visão cômica do mundo, elaborando-se de maneira autônoma, fora do controle das autoridades, adquiriu licença e liberdade extraordinárias. O efeito de humor nessa sociedade é expresso sobre três formas principais:

1) ritos e espetáculos, tais como Carnavais e peças cômicas; 2) obras cômicas verbais; 3) desenvolvimento de um vocabulário familiar grosseiro.

Nas festas carnavalescas, o povo simboliza a própria vida, parodiado-a e invertendo-a; é uma vida melhor, nova, livre e transfigurada. Em Bakhtin ([1965] 1987), o Carnaval é uma franquia provisória, mas anunciadora da libertação definitiva com relação a: regras, valores, tabus hierárquias. Essa franquia é séria porque coincide com a ordem estabelecida. O riso tem, portanto, valor de subversão social, temporariamente tolerado pelas autoridades como ponto de escape em circunstâncias determinadas. É antes de tudo um humor de festa, não é uma reação individual diante desse ou daquele fato “engraçado” isolado.

O riso carnavalesco é, primeiramente, um bem coletivo do povo (esse caráter popular, já o dissemos, é inerente à natureza do Carnaval), todo mundo ri, é o riso geral; em segundo lugar, ele é “universal”, ou seja, atingem todas as coisas e todas as pessoas (incluindo aí os que participam do Carnaval), o mundo inteiro parece cômico, ele é percebido e conhecido sob seu aspecto risível, em sua jubilosa relatividade; por fim, em terceiro lugar, esse riso é ambivalente: é alegre, transbordando de alegria esfuziante, mas também é zombeteiro, sarcástico; ele nega e afirma, sepulta e ressuscita ao mesmo tempo. (BAKHTIN, [1965] 1987, p. 20).

O cômico, o engraçado, na visão de mundo da Idade Média, é o que Bakhtin chama de *realismo grotesco*. “O traço marcante do realismo grotesco é o rebaixamento, ou seja, a transferência de tudo que é elevado, espiritual, ideal e abstrato para o plano material e corporal (...)” (BAKHTIN, [1965] 1987, p. 29). A paródia medieval, portanto, vai ser um processo de rebaixamento explicando o alto pelo baixo e relacionando a excreção, o acasalamento, os odores e ruídos ligados ao ventre e ao baixo ventre a todas as funções que rebaixam, mas que regeneram. Nesse sentido, posso inferir que essa substituição aproxima-se de certa forma da paráfrase – enquanto substituição às avessas: uma paródia – e também do efeito metafórico, já que abre para uma substituição contextual e para os efeitos de sentidos outros. É o efeito de humor profanador e libertador que traduz a percepção do mundo nesse período, o riso que se escuta encobre uma realidade complexa e turbulenta.

O efeito de humor em suas mais diferentes formas de manifestação sempre esteve presente na humanidade é o que atestam os estudos citados acima. E, se sempre presente, sempre é possível recortar do interdiscurso e ser atualizado e produzir novos gestos de leitura.

Olhando esse breve histórico do efeito de humor – sob a óptica de uma analista do discurso – posso inferir que tanto na sociedade grega clássica quanto na romana antiga e

mesmo na medieval, o efeito de humor irrompe pelas brechas da fachada séria das coisas. Percebo que mais do que brechas, buracos se abrem na textura lógica ou sensível da língua para deixar escapar as tensões existentes na(s) sociedade(s) divididas em classes: os diferentes tipos de efeito de humor simbolizam as insatisfações políticas e sociais e as diferentes posições discursivas coexistentes nas sociedades. “Por essas aberturas, percebe-se o outro lado, e o choque sacode-nos nervosamente, esse riso é o grito de surpresa de um homem a quem o caos e o nada acabam de assaltar.” (MINOIS, 2003, p. 96). A surpresa ocorre pela irrupção de sentidos que estavam quietos e aplacados, mas que o humor com seus efeitos faz surgir como a erupção súbita de um vulcão.

Resumidamente, fazendo um contraponto entre o efeito de humor da sociedade romana antiga e o da sociedade europeia da Idade Média, gostaria de salientar que os aspectos cômicos romanos ocorrem, sobretudo, por meio de um riso satírico do povo com relação aos seus dirigentes enquanto que o efeito de humor da sociedade medieval é, antes de tudo, parodístico e é revelador de outra forma de interpretar o mundo. “É o riso de uma sociedade que se vê em um espelho deformante.” (MINOIS, 2003, p. 155). O efeito de humor é autocrítico: o humor do povo com relação ao que é próprio do povo torna o efeito de humor tolerado pelos governantes na Idade Média.

4.4 O EFEITO DE HUMOR NA CONTEMPORANEIDADE

Em virtude dessa breve historicização sobre os efeitos de humor em três sociedades distintas, posso inferir que a força do efeito de humor não é objetiva, ao contrário, é muito subjetiva porque o efeito de humor não é único e nem se apresenta marcado por uma regularidade constante. Por isso, muitos profissionais ocupam-se com pesquisas sobre o humor do dia a dia, ou mais especificamente, o estudo sobre o efeito de humor das anedotas, chistes, ou em português coloquial, piadas do cotidiano. A seguir, apresento – brevemente – alguns estudos e algumas formas de sistematização do funcionamento do humor a partir do olhar de diferentes pesquisadores mais próximos da atualidade.

Um dos muitos trabalhos sobre os efeitos de humor, realizado na contemporaneidade⁴⁹ é o do psicanalista Sigmund Freud ([1905]⁵⁰ 1960) o qual buscou, justamente, o que provoca o chiste. Em sua investigação pela essência de aspectos

⁴⁹ Considero o trabalho de Freud contemporâneo no sentido de ser referência, tratado como atual.

⁵⁰ 1905 é a data da publicação da primeira edição da obra; para esta pesquisa utilizo uma versão brasileira de 1960.

chistosos da língua, Freud ([1905] 1960) constata que as formas jocosas de dizer o mundo estão relacionadas com o inconsciente e afirma que um pensamento pode, em geral, ser expresso por várias formas linguísticas que o representam com igual aptidão. Então, se o chiste pode ser expresso de várias formas, o efeito do chiste não está nas palavras em si, está em algo que ultrapassa o domínio do linguístico. A preocupação de Freud com as formas jocosas de dizer o mundo estão relacionadas com o inconsciente.

O que torna uma asserção chistosa é o que Freud ([1905] 1960) investiga ao longo de seu estudo e sintetiza no capítulo *As técnicas do chiste*. Freud constata, após esmiuçar um grande número de chistes, que eles são formulados com o uso de diversas técnicas. A constatação inicial de Freud é que grande número de piadas explora o duplo sentido das palavras. Mas, não é a duplicidade de sentido das palavras que torna os diálogos – tomados como exemplos – uma piada, pois ao serem parafraseados deixam de ser chistes. Freud ([1905] 1960) acredita que o chiste deriva não da duplicidade de sentido, mas de um desvio do pensamento e conclui que determinadas técnicas linguísticas seriam capazes de produzir uma economia de sentimentos e, com isso, levar ao prazer. Tais processos linguísticos que produzem o humor podem ser classificados como *Condensação* (com formação de palavra composta; com modificação); *Múltiplo uso do mesmo material* (como um todo e suas partes; em ordem diferente; com leve modificação; com sentido pleno e sentido esvaziado); o *Duplo sentido* (significado como um nome e como uma coisa; significados metafórico e literal; duplo sentido propriamente dito [jogo de palavras]; duplo sentido com uma alusão). Posteriormente, na mesma obra, Freud classifica os chistes em inocentes, tendenciosos ou cínicos.

O humor compreende numerosíssimas espécies, cada uma das quais corresponde à natureza peculiar do sentimento emotivo que é economizado em favor do prazer humorístico: compaixão, desgosto, dor, enternecimento, etc. Ademais, o número destas espécies parece ilimitado, pois os domínios do humor se ampliam cada vez que o artista ou escritor conseguem submeter ao humorismo emoções que antes reinavam livremente e convertê-las em ponto de prazer humorísticos mediante processos análogos aos dos casos antes examinados. (FREUD, [1905] 1960, p. 241).

Ao final de seu estudo, Freud ([1905] 1960) conclui que há a necessidade de não confundir os processos psíquicos envolvidos na *construção* do chiste (a ‘elaboração do chiste’) com os processos psíquicos envolvidos em sua interpretação (a elaboração da compreensão). Nesse sentido, Freud abre possibilidades de se pensar o gesto de leitura, a interpretação do efeito do chiste para os diferentes sujeitos: ouvinte ou leitor. Para ocorrer o chiste, o sujeito precisa passar por um processo psíquico de neutralização de sentimentos,

havendo a necessidade de um envolvimento de outro sujeito e uma predisposição para o prazer do ouvinte.

Freud ([1905] 1960) considerou que o humor seria não só um modo de liberação de tensões, mas também um fenômeno social. Cada sociedade comportaria padrões que são impostos aos sujeitos como sistemas coercitivos que formam censores nas mentes dos sujeitos, a fim de imputar-lhes o estável e o aceitável. Quando essa censura se torna flexível, proporciona ao indivíduo uma liberdade maior de pensamento e, então, surge o espaço para ideias incoerentes e inesperadas, similarmente ao que ocorre numa situação cômica.

Considero relevante a descoberta de Freud ([1905] 1960) para o estudo do efeito de humor presente nos cartuns que leem o processo eleitoral brasileiro contemporâneo, já que apresenta o processo de formulação do chiste não apenas como linguístico, verbal. Nesse sentido, Freud abre espaço para considerar outros elementos tais como o sujeito interpretante com seus efeitos psíquicos e o espaço social (discursivo) de produção do chiste. Com isso, o psicanalista conclui que o humor não existe em si, mas seus efeitos são perceptíveis em determinadas condições. Em vista disso, penso que a descoberta de Freud relaciona-se estreitamente com os princípios da AD.

Outro pesquisador contemporâneo de Freud o qual se dedicou à pesquisa do humor foi Henri Bergson. De acordo com a teoria do humor de Bergson ([1899] 2007) – estudada a partir de peças teatrais –, a comicidade nasce em quaisquer situações que funcionam como contrastivas. A antítese entre os elementos mecânicos e os elementos vivos pode marcar esse funcionamento. E o autor salienta que “a repetição de uma palavra não é risível por si mesma. Só nos faz rir porque simboliza certo jogo particular de elementos morais, símbolos por sua vez de um jogo material.” (BERGSON, [1899] 2007, p. 53). Ou seja:

Enunciemos a lei que define, em nosso modo de ver, os principais efeitos cômicos de repetição de palavras no teatro: Numa repetição cômica de palavras há geralmente dois termos presentes: um sentimento comprimido que se estira como uma mola e uma ideia que se diverte a comprimir de novo o sentimento. (BERGSON, [1899] 2007, p. 54).

Observando a repetição – na perspectiva da AD – com base no trabalho de Courtine e Marandin (1981), posso afirmar que a repetição está sempre relacionada com o interdiscurso e com a memória discursiva de determinada FD e, por isso mesmo, o retorno do mesmo possibilita deslizamentos e novos gestos de leitura e diferentes efeitos de sentido. A repetição, na perspectiva dos autores supracitados, longe de levar à

homogeneidade do discurso produz a descontinuidade e a heterogeneidade e, com isso, conduz a novas tomadas de posição. Desta forma, a repetição parafrástica conteria os ingredientes do novo e do diferente. Também, a repetição – tomada como um efeito simbólico – pode relacionar-se com o efeito metafórico.

Bergson ([1899] 2007) busca – em seu ensaio sobre o significado da comicidade – descobrir o que provoca o humor. O pesquisador descobre em sua investigação a reiteração de determinados procedimentos designados por metáforas como: *caixa de surpresa*, *fantoches* e *bola de neve*.

Do meu observatório da AD, vejo as metáforas de Bergson como efeitos capazes de produzir o efeito de humor na língua e as sintetizo da seguinte forma: *o efeito caixa de surpresa* pode ocorrer pela repetição não somente de palavras, mas também de situações (imagens), ou seja, de circunstâncias que (re)tornam contrastando com o curso mutável da vida; *o efeito fantoches* identifico quando há inversões de papéis: quem deveria comandar é quem passa a ser comandado; *o efeito bola de neve* acontece quando algo insignificante se propaga por autoacumulação. Para Bergson ([1899] 2007), o que provoca o efeito cômico é uma característica comum nesses procedimentos é a falta de reversibilidade. O riso seria o esforço que de repente cai no vazio. “O riso provém de uma expectativa que se resolve subitamente em nada.” (KANT *apud* BERGSON, [1899] 2007, p. 63). Então, como ocorre esse funcionamento singular o qual produz diferentes efeitos de humor?

O humor se apresenta e é expresso com seus efeitos, diferentemente, em cada sociedade. Mas, mesmo com a heterogeneidade das suas manifestações, é preciso sistematizar como o efeito de humor é pensado e organizado. Para determinar como podem ocorrer os deslizamentos de sentido e evidenciar o caráter rebelde do humor, trago os estudos feitos por Saliba (2002). Este autor apresenta uma breve sistematização do riso e dos efeitos de humor. Para o pesquisador, o riso brota do contraste, da estranheza, do imprevisto e o humor, além dessas características, também é invenção histórica. Engastada no tempo, a criação humorística participa do processo social, dialoga com ele, faz pensar. Então, o humor – enquanto expressão da vida coletiva – é um espelho no qual a sociedade pode mirar-se e ensaiar outras possibilidades, surpreender pela ambivalência. Acredito que é nisso que reside a complexidade do funcionamento do efeito de humor.

Assim, ousou inferir, a partir dos estudos de Saliba (2002), que o efeito de humor funciona como efeito simbólico das Formações Ideológicas e do(s) imaginário(s) que permeiam cada FD. A ideologia para a AD não é vista como máscara ou ocultação da realidade, mas sim como o resultado da interpretação dos sentidos em uma dada direção e

o efeito de humor é produzido a partir de formações ideológicas por meio de seus efeitos.

No entanto, para Minois (2003), o riso moderno é bem diferente do apresentado por Bakhtin ([1965]1987), por exemplo. A capacidade de revolta é aniquilada com o riso que se tem na contemporaneidade. Independentemente do que se faça ou se conte, o outro não se choca mais, é simplesmente uma questão de diversão: “o vigor do riso de outrora vinha de sua seriedade. Ele estava a serviço de certezas contra outras certezas. O riso moderno perdeu sua seriedade, logo seu vigor, não serve pra (*sic*) mais nada só para fazer rir.” (MINOIS, 2003, p. 632). No entanto, o filósofo e cartunista Millôr Fernandes ([1989] 2013) defende que o humor é sério, “é a quinta essência da seriedade”. Com o humor, críticas e denúncias são feitas. Porém Minois (2003, p. 596) afirma que, “a zombaria política generalizada, longe de desembocar na subversão, acaba contribuindo para banalizar as práticas de denúncia.” Se o efeito de humor na atualidade apresenta um efeito de neutralidade e perde o seu poder corrosivo, resta investigar como os cartuns da contemporaneidade fazem críticas e apresentam suas posições ideológicas.

Mesmo que o efeito de humor, para alguns autores, não possua mais uma força aniquiladora, acredito que ele abra uma brecha para pensar a crítica e as posições-sujeito, por causa de sua própria constituição política. Para o cartunista Henfil (1984), a determinação de quem faz humor é sempre uma determinação política. A relação do humor com a política também é notada pelo psicanalista Slavutzky (2011)⁵¹. Este autor observa que o riso sempre preocupou o poder, seja ele político, religioso ou mesmo educacional, porque o riso é a desconstrução do poder. O problema do poder sempre foi o efeito de humor por sua rebeldia, por sua irreverência e, essencialmente, por sua força desconstrutiva. Com relação ao humor que se faz no Brasil:

O humor não faz nenhuma revolução, mas ele não perdoa as falhas dos poderosos nem qualquer forma de autoritarismo. Tivemos no Brasil o exemplo do Pasquim, um jornalzinho que todas as semanas procurávamos com entusiasmo nas bancas de jornais para rir do perigoso poder militar, que terminou por fechá-lo. Na Alemanha nazista, os humoristas eram perseguidos, o mesmo acontecendo em outras ditaduras. O humor é rebelde, pois sempre busca o outro lado de tudo, logo questiona o poder sempre. (SLAVUTZKY, 2011, [s.p]).

No que tange à percepção de uma força no efeito de humor, também as palavras de Possenti (2010) confirmam essa posição. A força do humor existe porque “a humanidade só faz piadas (chistes, anedotas, caricaturas, humor em geral) sobre temas controversos

⁵¹ Entrevista concedida ao IHU (Jornal do Instituto Humanitas) pelo psicanalista Abrão Slavutzky para falar sobre a importância do humor em nossas vidas (2011).

(...)." (POSSENTI, 2010, p. 12). Também, Slavutzky (2011) – com outras palavras – diz sobre o humor: “o humor é marginal – e, se isso não é bom para as instituições, é ótimo para o humor, que se mantém livre, com seu olhar rebelde: Hay gobierno? Soy contra.” O fato de o humor ser *mal visto* – longe de ser uma característica depreciativa – é, para mim, uma forma de interpretar a sociedade que não é coincidente com as formas sedimentadas e naturalizadas de ver o mundo, como posições partilhadas pelo senso comum⁵², pois deixa emergir saberes opostos a saberes cristalizados em determinada FD: o efeito de humor é crítico.

O humor não salva, mas alivia, e integra uma velha família, fundada pela polêmica verdade, que gerou o espírito; este se casou com uma dama chamada alegria, cujo filho é o humor. Este filho inquieto escapa às definições, é instável, solene, espirituoso, tristonho, crítico, alegre. O humor é a mais simpática das criações – até o sóbrio Freud, volto a frisar, escreveu que o dom do humor é precioso e raro. Um dom que permite sorrir, sem compulsão, da pulsão de morte: ‘Embora eu não tenha medo da morte, prefiro estar longe quando ela chegar.’ (SLAVUTZKY, 2011, [s/p.]).

Em vista dos estudos feitos por Freud, Bergson e Saliba, juntamente com os comentários feitos por Henfil, Minois, Possenti e Slavutzky, posso inferir que os diferentes efeitos de humor põem em circulação, no mínimo, duas posições: uma que aceita os efeitos de sentido propagados pelo *senso comum*, outra que marca uma posição controversa ou dissonante com relação a esta situação estabilizada de efeito de homogeneidade. Com outras palavras, o efeito de humor é resultado de um processo que contrapõe os efeitos de sentido organizados pela forma-sujeito de discurso de uma determinada FD. Por meio do efeito de humor, é possível marcar uma posição de desgosto, de resistência ou de contradição – por que não dizer de ruptura – com o que está posto como natural e estabilizado. Então, faço a seguinte pergunta: como o efeito de humor significa as eleições democráticas brasileiras contemporâneas?

Então, trabalhar o efeito de humor como o que escapa a norma estabelecida a priori, relançando indefinidamente à interpretação, é isso que proponho a partir da teoria de Pêcheux e dos trabalhos sintetizados aqui. Assim, o efeito de humor surge como o que surpreende, por (des)construir efeitos de sentido normalizados. Porque o efeito de humor funciona singularmente em cada época e para cada sociedade, por isso, ao longo da história da humanidade, o humor é interpretado das mais diferentes formas (diferentes lugares,

⁵² Entendo o *senso comum* como uma voz anônima a qual ressoa um efeito de naturalização e de estabilização de sentidos.

posições) – apesar de sua existência perene e universal e de escapar a todas as designações – ele não pode ser apreendido em si, pois mais parece um peixe ensaboado que insiste em escapar por entre as mãos, mas os seus efeitos de sentido podem ser perceptíveis.

Então, em vista do que foi explanado, parto do pressuposto de que o efeito de humor é trabalhado a partir do jogo com saberes pertencentes a uma mesma FD. Por isso mesmo, o efeito de humor surge como tomada de posição com relação à forma-sujeito organizadora dos saberes de determinada FD. Essa posição rebelde, complacente, irônica ou mesmo debochada, surpreende por questionar a forma-sujeito da FD. Esse movimento leva ao efeito de humor, já que não é esperado, previsível. Assim, o efeito de humor surge como possibilidade de marcar a heterogeneidade do discurso e da própria FD.

Assim, considero que o funcionamento do Ev em conjunto com o Ei dos cartuns contenha ingredientes de implicitude, de ambiguidade e de apelo interdiscursivo capazes de re(velar) posições político-ideológicas sobre as eleições, por meio dos efeitos de humor. Afinal, o dito popular apregoa que *é brincando que as grandes verdades são ditas*. Considero importante salientar que não me filio a correntes teóricas que buscam as condições de verdade ou de falsidade de um enunciado, mas interpreto o dito popular como: é em situações de descontração que as *posições político-ideológicas emergem*.

5 SOBRE O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO: O SEMPRE JÁ LÁ

Para entender como os gestos de leitura presentes nas unidades do arquivo inscrevem o processo eleitoral brasileiro contemporâneo numa Formação Discursiva Eleitoral (FD-E), (re)torno aos escritos que regulam alguns momentos políticos pelos quais a sociedade brasileira viveu e busco – na materialidade verbal das legislações do passado – alguns saberes que permeiam o interdiscurso que, em seu estado permanente de latência de sentido(s), possam dar suporte para os efeitos de sentido que circulam na sociedade brasileira contemporânea sobre alguns dos componentes do pleito tais como o candidato e o eleitor. Assim, procuro explicitar como os sentidos se formam, (re)formam, (trans)formam e, porque não dizer, se (de)formam⁵³ em relação ao processo eleitoral democrático que se tem hoje. Em outras palavras, para compreender as movências de sentido(s) em determinada direção é preciso, primeiramente, refletir sobre como os componentes do processo eleitoral brasileiro contemporâneo são inscritos e reinscritos através dos diferentes gestos de leitura que as legislações brasileiras possibilitam até chegar às formas de inscrição dos efeitos de sentido que os gestos de leitura dos cartuns apresentam hoje.

Vejo as Cartas Magnas que regularam o Brasil como abertura para a constituição de um discurso fundador sobre o processo eleitoral, pois os discursos fundadores, segundo Orlandi (1993), são discursos que funcionam como referência, mas também fundam uma nova ordem de sentidos. O que os caracteriza como fundadores é a instauração de uma nova memória: o sentido anterior é desautorizado, inaugurando uma nova tradição de sentidos a qual se serve do sempre já lá, para, através de rudimentos de discurso e memória, estabelecer a ruptura, o acontecimento. Além disso, Pêcheux pensa o discurso como fazendo parte do interior de um feixe de relações, o discurso é o lugar onde se entrelaçam a língua, a história e o sujeito. As reflexões de Pêcheux ([1975] 1988, p. 91) têm como uma de suas premissas que: “o sistema da língua é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe”, no entanto, apesar de a língua ser a mesma, os sujeitos não são indiferentes a ela. Em vista disso, cada gesto de interpretação deve considerar o funcionamento linguístico-textual de cada texto (nesse caso, de cada unidade discursiva cartum) para chegar aos discursos que daí emergem e às diferentes modalidades

⁵³ Vejo a paródia como uma forma de leitura que deforma sentidos primeiros assim como a repetição parafrástica que de tanto mostrar o mesmo deriva para um outro lugar instaurando o diferente, o efeito metafórico e com ele novos efeitos de sentido.

do exercício da língua num determinado contexto histórico-social de produção. Se os candidatos e os eleitores são lidos de modo diferente na Lei, nos cartuns e em outros espaços discursivos, é porque há no interdiscurso, no sempre já lá, lugares para a movência de efeitos outros de sentido sobre o processo eleitoral. Ou seja, existe a possibilidade de o gesto de leitura ser feito de outra perspectiva, de outra posição, com outros recortes de memória discursiva. Além disso, a variedade dessas memórias ocorre porque o Brasil passou por vários momentos políticos desde a sua independência de Portugal (1822) até a promulgação da Constituição atual em 1988. Por isso, julgo necessário investigar a materialidade verbal das leis maiores que regulam o pleito ao longo da nossa história mais recente. E assim, (re)mexer no interdiscurso, buscar a(s) memória(s) que dão suporte à leitura e que ancoram os efeitos de sentido sobre o candidato político e o eleitor da contemporaneidade.

Pêcheux ([1975] 1988) mostra que a língua tem a sua materialidade discursiva, ou seja, a tomada de um enunciado pressupõe a consideração das condições de produção. De acordo com a teoria discursiva pecheuxtiana a base da língua, conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, possui uma autonomia relativa. E *o discurso* não é, simplesmente, um objeto dado no mundo, como se fosse algo transparente e evidente, ele é efeito de sentido entre interlocutores. E, por isso, assim como Pêcheux ([1975] 1988), acredito que o discurso não surge no vazio, ele é fruto de uma memória que (res)soa. Se hoje há uma tendência a se cristalizar e a estabilizar um sentido para o pleito, para o ato de votar, como *democracia* é porque algo provocou esse discurso, essa tomada de posição. A discursivização da votação como festa da democracia tem relação com a sua exterioridade constitutiva e, portanto, sofre as influências de outros discursos que concorrem com ele. Em vista disso, para entender os efeitos de sentido que candidato político e eleitor recebem – os efeitos fundadores – e as condições de produção dos efeitos de sentido atuais, considero importante percorrer as sete Constituições e buscar na materialidade verbal empregada na redação das regras que nortearam as eleições, de cada Carta Magna a emergência de saberes, as condições de produção dos efeitos de sentido de memória que perduram sobre o candidato político e o eleitor.

Entendo a noção de *Condições de Produção* (CP) de um enunciado como simbolizando a relação da sequência discursiva com o sujeito e com a situação, relação dos interlocutores com a ideologia, numa conjuntura histórica dada. Então, cada Constituição Brasileira, vista a partir de suas CP, é um discurso singular com saberes próprios. Para Courtine (2009), cada discurso tem existência discursiva na contradição resultante da

oposição ao conjunto das formulações produzidas em CP heterogêneas às suas. Em outras palavras, seguindo os dizeres de Indursky (2009), são as CP que tornam possível a passagem da superfície verbal do texto a sua face discursiva já que as CP são de natureza histórico-social e relacionam um texto com um sujeito igualmente histórico. Também, com relação à superfície linguística empregada para constituir os discursos, convém destacar o pensamento de Orlandi (2012a, p.30): “Os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender”. O que busco – neste capítulo do estudo – são os efeitos de sentido latentes no interdiscurso para: candidato político e eleitor, a partir dos textos legais do Brasil. A seguir, explico mais detalhadamente qual o caminho que percorro na busca pelos efeitos de sentidos sempre já lá.

Inicialmente, faço a leitura atenta das sete Constituições do Brasil, desde a sua independência de Portugal⁵⁴ (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 – Emenda Constitucional de 1969 – e 1988) e procuro efeitos de sentido – pelo viés da Lei – para candidato e eleitor até chegar às CP dos efeitos de sentido que circulam na contemporaneidade brasileira em vários espaços como as Leis e alguns cartuns. Quais as bases histórico-ideológicas fundantes que envolvem as condições de produção e de circulação de efeitos de sentido para os candidatos e a singularidade do povo eleitor no Brasil?

Considero que para entender por que o dia de votação é relacionado com a democracia – *feira da democracia* – é preciso responder às seguintes questões. Que efeitos fundadores sobre candidatos políticos e eleitores (per)duram em nossa sociedade? Por que votar e ser votado passa por um espaço que (res)soa como um efeito de memória de pertencimento entre os que votam e os que não participam desse processo? Há bases históricas fundadoras que permitem o gesto de leitura do voto como símbolo da democracia, hoje, no Brasil?

Como ao longo da história do Brasil cada Constituição significa o candidato político e o povo eleitor está, entre outros fatores, associado ao espaço de enunciação e de memória discursiva que sustenta os efeitos de sentido que são recuperados, (re)ativados e (re)organizados pela materialidade verbal – e também imagética – empregada para

⁵⁴ As Constituições do Brasil consultadas estão disponíveis no *site* da Casa Civil do Governo Federal no seguinte endereço: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/>.

formular o discurso sobre quem pode votar e quem não pode votar; sobre quem pode ser candidato e quem não pode ser candidato.

(...) uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramento, réplicas, polêmicas e contradiscursos. (PÊCHEUX, 1999, p. 56).

A memória, pensada como um espaço possível de deslocamento por Pêcheux, abre espaço para o novo. A partir do já dito, já significado, nasce o novo, o acontecimento, o novo vir a ser e talvez daí os efeitos de sentido que se têm hoje para estes componentes do processo político eleitoral democrático brasileiro. A partir dessa memória lacunar e seletiva passo a historicizar o pleito no Brasil.

5.1 NA CONSTITUIÇÃO DE 1824

As condições de produção da memória do povo brasileiro sobre o candidato político e o eleitor, oficialmente, surgem dois anos após a independência do Brasil de Portugal. Segundo Peixoto ([1944]⁵⁵ 2008), em 1824, o Imperador Dom Pedro I outorga ao Brasil a sua primeira Constituição. O Brasil Império não é uma democracia – é uma monarquia⁵⁶ na qual o poder emana do Imperador – mas candidatos e eleitores têm espaço garantido na letra da constituição daquela época. A Constituição de 1824 é a que perdura por mais longo período, 67 anos, e, durante esse tempo, vai ao encontro dos interesses do Imperador e de uma elite interessada em manter suas vantagens econômicas. Em vista disso, a instalação do voto censitário, homologado pela primeira Constituição Brasileira, estabelece a participação política como uma regalia destinada aos poucos privilegiados que podem votar e ser votados.

Isso pode ser observado, mais especificamente, no artigo 45, da Constituição de 1824, o qual determina qual cidadão brasileiro pode se candidatar ao Senado naquela época: “II. Que tenha de idade quarenta annos para cima. III. Que seja *pessoa de saber*, capacidade, e virtudes, com preferencia os que tiverem feito serviços à Patria. IV. *Que*

⁵⁵ 1944 corresponde à data de publicação da obra impressa; para essa pesquisa utilizo a obra digitalizada em formato *e-book* de 2008.

⁵⁶ A democracia pode existir em regimes monárquicos (como a existente na Inglaterra hoje) ou regimes republicanos (como a norte-americana), mas a monarquia que o Brasil experimentou com D. Pedro I era centralizadora e o poder emanava do Imperador o qual decidia tudo por meio do poder Moderador exercido por ele.

*tenha de rendimento annual por bens, industria, commercio, ou Empregos, a somma de oitocentos mil réis*⁵⁷ (sic).” (BRASIL, 1824). Em um país escravagista em que escravos e libertos não são considerados cidadãos e a grande maioria da população é analfabeta, e o saber e os altos rendimentos são privilégios de poucos, ser candidato ao Senado – ser político – é para apenas alguns membros da elite brasileira.

Semelhantes restrições são estabelecidas para a candidatura de Conselheiros Gerais de Província: “Art. 75. A idade de vinte e cinco annos, probidade, e *decente subsistencia* são as qualidades necessarias para ser Membro destes Conselhos (sic).” (BRASIL, 1824). Para ser candidato, representante do povo nesse período da história brasileira, o cidadão tem que ter patrimônio e ser afortunado.

De acordo com a Constituição de 1824, as restrições se estendem não só aos que querem ser candidato, mas também aos eleitores. As eleições são indiretas e nem todos os cidadãos podem votar nos Conselheiros Gerais, os quais têm o poder de votar e de eleger os Senadores. O critério da percepção de uma renda mínima para o exercício do voto é determinante em vários artigos da Constituição de 1824 (veja *Anexo B*). O voto, durante 67 anos, perdura pela letra da lei como privilégio de um grupo restrito de cidadãos que produzem raiz (mandioca) o suficiente para perceber a renda líquida anual exigida para ser eleitor. Então, de acordo com a Constituição de 1824, somente uma minoria do povo – privilegiada pelos recursos monetários – pode ser eleitor e um grupo menor ainda, a elite econômica, pode ser candidato e ser votado, os demais integrantes do povo – sem fundos e haveres – são excluídos do processo eleitoral.

Esse longo período de exclusão, 67 anos, contribui para criar uma memória de pertencimento e de não pertencimento em relação ao sufrágio e a criar os pressupostos que sustentam alguns dos efeitos de sentido para candidato e para povo eleitor que emergem na atualidade. Os efeitos fundadores de exclusão e de inclusão pelo voto ocorrem com a primeira Constituição Brasileira, ainda no período monárquico e prosseguem com a Primeira República (1889 –1930). Votar e ser votado é um símbolo metafórico do *status* econômico do cidadão; os que não tomam parte do pleito é porque a situação econômica os excluiu.

Isso é o que fica na memória, no interdiscurso, sobre a participação do povo brasileiro no pleito como eleitor ou como candidato: não é a lei que é excludente, são os

⁵⁷ Mantive a grafia da época em todos os excertos da Constituição de 1824. Todos os grifos nesse e nos excertos seguintes são meus.

baixos rendimentos que excluem. Esse é o efeito de memória elementar: não poder votar e se candidatar simbolizam o estado de pobreza e de precariedade das condições de vida do cidadão.

5.2 NA CONSTITUIÇÃO DE 1891

A memória sobre não poder votar e não poder ser candidato, articula-se ao efeito de sentido de não pertencimento à classe que detém o poder econômico do país. A primeira república perdura de 1889 até 1930, e a segunda Constituição Brasileira – a primeira da República dos Estados Unidos do Brasil – é decretada e promulgada pelo Congresso Constituinte em 24 de fevereiro de 1891. Naquele momento político e histórico, o acesso às instituições é ainda mais reduzido quando, em um lugar carente de estabelecimentos de ensino, a alfabetização é exigida como requisito para poder se candidatar e para poder escolher os seus representantes políticos. A citação do historiador Peixoto ([1944] 2008), a seguir, apresenta os números da população alfabetizada e o quão distante o país, naquele momento, está de uma democracia e da participação efetiva do povo brasileiro no poder de decisão.

É natural: não temos e não podemos ter, ineducados, uma democracia – que pressupõe governo instruído e livre, monárquico ou republicano, – sem educação preliminar do povo para exercer o direito de escolha dos seus representantes, para cumprir os deveres de disciplina e tolerância. Pela estatística “oficial”, os analfabetos do Brasil são, em 1872, 84%; em 1890, 85%; em 1900, 74%; em 1920, 75%. A minoria, se sabe ler e escrever, não tem, toda a educação cívica indispensável. O que existe aqui, sob o nome de democracia, é apenas uma oligarquia político-militar, construída por políticos profissionais e militares que desdenham sua profissão, para a qual os nomes “monarquia” ou “república” são vestidos exteriores, desajeitados e sem medida. (PEIXOTO, [1944] 2008, p. 229).

Peixoto ([1944] 2008) explica as razões pelas quais o Brasil não pode – à época – viver uma democracia: a falta de educação do povo não permite. O artigo 70 da Constituição de 1891 determina que somente está apto a ser eleitor o cidadão maior de 21 anos, alistado na forma da lei, e que não seja: mendigo, analfabeto, praça de pré ou religioso sujeito a voto de obediência. Uma Constituição que apresenta mais parágrafos para especificar a singularidade de quem é o povo que *não pode votar* e participar do exercício do poder político do país do que elencar quem é o povo que participa das decisões do poder colabora para criar um efeito de memória de não pertencimento entre os que podem e os que não podem ser eleitores, ser candidatos e exercer o poder de voto.

Convém salientar que essa Constituição só considera eleitor e candidato os pertencentes ao sexo masculino e que se enquadrem nos quesitos estipulados no artigo 70: homens maiores de 21 anos, *alfabetizados, com renda mínima* e que não sejam soldados sem graduação do exército e nem religiosos sujeitos a voto de obediência. Ou seja, são poucos os que tomam parte no poder. Quem não se enquadra nessas condições, não pode indicar representantes para participar do governo do país. O governo e o poder de decisão ficam concentrados nas mãos de poucos que detêm o controle econômico do Brasil. A lei constitucional serve para regular o processo eleitoral e para determinar quem está autorizado e quem não está autorizado a participar do poder e, com isso, o processo eleitoral segue legitimando o sistema excludente.

Na chamada Primeira República ou República Velha, as exigências do artigo 70 ainda se somam a um sistema eleitoral corrupto e contaminado por mecanismos que determinam confrontos e alianças entre as forças militares e as oligarquias rurais que se alternam no poder. Com base em Peixoto ([1944] 2008), sintetizo brevemente esse período: o que ocorre é que a Primeira República é o auge da ordem oligárquica a qual é denominada de *política do café com leite*. Essa política é assim chamada em decorrência da aliança nas indicações para presidentes entre São Paulo e Minas Gerais, principais produtores de café e de leite respectivamente. Para manter essa alternância, o presidente Campos Sales (1898 –1902) realiza uma costura política, a política dos governadores, a qual proporciona apoio regional ao poder executivo federal e fortalece os coronéis, oligarcas regionais. É dessa aliança que surge o coronelismo o qual orienta uma prática política autoritária no interior do Brasil até a segunda metade do século XX.

5.3 NA CONSTITUIÇÃO DE 1934

A terceira constituição brasileira passa a vigorar a partir de 16 de julho de 1934 e amplia – ilusoriamente – os cidadãos que se enquadram como eleitores e têm o poder de votar e de se candidatar. A nova Constituição, elaborada no governo provisório de Vargas, estabelece que, após sua promulgação, o primeiro presidente seja eleito de forma indireta pelos membros da Assembleia Constituinte (BRASIL, 1934). Mais uma vez, o processo eleitoral garante a manutenção do sistema, autorizando somente os que já têm algum poder de mando a escolher quem comandará o país. Getúlio Vargas sai vitorioso nessa eleição.

De acordo com a Constituição de 1934, passam a ser eleitores os brasileiros de ambos os sexos, maiores de 18 anos. Apesar de incluir as mulheres como eleitoras, mesmo

assim, a lei ainda é restritiva e nem todos os cidadãos do povo podem votar e se candidatar. *Os analfabetos, os praças e os mendigos* estão excluídos do pleito. O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob sanção punitiva caso não votem, salvas as exceções que a lei determinar. Se de um lado a Constituição de 1934 cria uma memória, um *efeito de pertencimento ao processo político a cidadãos antes excluídos* do poder como às mulheres e à classe pobre, desde que não beire à indigência, de outro, ela também segue com restrições aos analfabetos e a algumas profissões. Com isso, a letra da lei colabora com o desenvolvimento de uma memória que perpetua o efeito de exclusão, determinando quem é a parcela do povo que pertence ao grupo dos que têm poder sobre os rumos do país e quais são os que não têm. Além de dividir o povo entre os que têm o poder de voto e os que não têm, a Constituição de 1934 é a primeira a significar o voto como um dever, uma obrigação, passível de recebimento de sanções a quem desobedecer ao que diz a Lei.

Diferentemente das duas Cartas Magnas brasileiras anteriores, a Constituição de 1934 institui o *voto direto, secreto e obrigatório* para vereador, deputado, prefeito e governador, mas, o presidente deve ser eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. A Constituição de 1934 amplia a parcela de povo votante, porém, Getúlio elimina em seu governo as eleições por ocasião da instituição do Estado Novo em 1937.

Para Silva (2004), o Estado Novo foi instituído porque a Constituição de 1934 agrada à elite paulista, mas desagrada às oligarquias mineiras que – com o apoio dos Estados do Acre, Roraima e Amapá – buscam conquistar a independência do país. A revolta é debelada no final de 1936, com o apoio das Forças Armadas, em 10 de novembro de 1937, e Getúlio Vargas institui o *Estado Novo* getulista e decreta uma nova constituição para o país.

5.4 NA CONSTITUIÇÃO DE 1937

A Constituição de 1937, a quarta Constituição Brasileira, tem caráter centralizador e autoritário. Nas palavras de Vargas: “foi a própria situação eleitoral, evidenciando ainda mais a gravidade da situação política interna e precisando a necessidade de nossa coordenação disciplinadora das energias nacionais [que me induziram a decretar a nova Constituição nas vésperas das eleições.” (SILVA, 2004, p. 128). A maioria dos cargos eletivos passa a ser ocupada por eleições indiretas, conforme especificado nos artigos 27, 46 e 47 da Constituição de 1937 (veja *Anexo C*). A Constituição de 1937 é mais restritiva

em relação a quem pode ser eleitor e ser candidato, se comparada com a constituição anterior. O povo excluído passa a ser, *além dos analfabetos e dos mendigos, os militares*. Nenhum militar em serviço ativo pode ser eleitor ou se candidatar. Excetuando-se os votos para vereadores, todos os demais cargos políticos são ocupados por eleição indireta ou por indicação do presidente ou do governador. Consoante Silva (2004), a Constituição de 1937 suprime a liberdade partidária, a independência entre os três poderes e o próprio federalismo existente no país. Vargas fecha o Congresso Nacional e cria o Tribunal de Segurança Nacional. As eleições passam a ser indiretas: os prefeitos passam a ser nomeados pelos governadores e esses, por sua vez, pelo presidente. O Estado Novo de Vargas e sua Constituição autoritária e antidemocrática vigoram até outubro de 1945, quando Getúlio Vargas foi deposto por um golpe militar, sendo conduzido ao exílio na sua cidade natal, São Borja. Porém, no dia 2 de dezembro, do mesmo ano, são realizadas eleições livres para o parlamento e a presidência, nas quais Getúlio é eleito senador pela maior votação da época.

É interessante observar que, com certa frequência, a memória discursiva que é recortada e atualizada é a de que Vargas foi quem incluiu as mulheres no processo político eleitoral brasileiro, mas, como a memória discursiva é lacunar, raras vezes é lembrado que durante onze anos (entre outubro de 1934 e dezembro de 1945), não há eleições no país, é um período em que o povo eleitor é excluído de participar do poder e de votar. São anos de exclusão – aos eleitores de ambos os sexos –, mas essa lembrança é apagada, silenciada. Esse é um período em que o eleitor só pode votar em representantes de cargos de menor expressão de poder, como o de vereador. A representação nos cargos com maior poder de mando (prefeito, governador e presidente) é feita por indicação do presidente e de seus indicados.

5.5 NA CONSTITUIÇÃO DE 1946

Com o fim da Era Vargas, uma nova Carta Magna é aprovada pela assembleia constituinte em 18 de setembro de 1946. A quinta Constituição Brasileira, 1946, devolve à grande parte do povo brasileiro a liberdade e o poder de escolher diretamente seus representantes, mas ainda é uma Constituição restritiva e impositiva: o voto é obrigatório. Essa Constituição também colabora para produzir o efeito de memória de que há pessoas do povo que podem participar do poder com o seu voto e sua candidatura e há os que não podem participar.

A singularidade do povo que tem liberdade e poder para eleger seus representantes e se candidatar é bem demarcada em relação aos que não podem. Estão fora do processo político eleitoral democrático: os menores de 18 anos e os que podendo se alistar na forma da lei não o fizerem; *os analfabetos; os que não saibam exprimir-se na língua nacional*; os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos. A exigência de ser alfabetizado e falar a língua nacional, em um país carente de escolas e repleto de brasileiros descendentes de imigrantes alemães, italianos, poloneses, japoneses – entre tantos outros – foi uma forma de simbolizar quem é a parcela do povo que pode participar do poder. Também, segundo a Constituição de 1946, não podem se alistar como eleitores os praças de pré – salvo os aspirantes a oficial – os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior. O alistamento e o voto – para os que se enquadrem dentro das normas – são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei. Apesar de todas as restrições, o sufrágio é considerado universal na letra dessa constituição. Além disso, o voto é direto e secreto; e fica assegurada a representação proporcional dos partidos políticos nacionais, na forma que a lei estabelecer.

A Carta Magna desse período funciona para garantir a representatividade de alguns poucos e não para representar a maioria do povo brasileiro. Daí encaixarem-se tão bem as palavras de Vargas ditas em setembro de 1950 por ocasião de sua campanha presidencial: “A democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo. Não basta proclamar a democracia; é preciso realizá-la de olhos fitos no bem-estar do povo.” (SILVA, 2004, p. 162). Em 1951, Getúlio Vargas retorna ao poder pelo voto direto do povo. Mas, que povo é este que se sente contemplado pelo discurso de Vargas? Que povo é este que votou em Vargas? O povo que votou não é a maioria da população. O povo que votou em Vargas é o que está autorizado a votar pela letra da Lei. Há muitos excluídos entre a população brasileira que não se constituem como povo votante. Nesse período, apenas 10% da população vota⁵⁸. Em vista disso, o governo de Vargas, apesar de legítimo não é representativo da totalidade da população brasileira e, segundo D’Araújo (2011), arestas de insatisfação eclodem em várias ocasiões no governo Vargas. Getúlio Vargas governa até o seu suicídio em 1954.

⁵⁸ Os dados sobre alfabetização foram retirados de Brasil em Números, IBGE, 2000; Censos Demográficos, vários anos, IBGE.

5.6 NA CONSTITUIÇÃO DE 1967 (EMENDA CONSTITUCIONAL DE 1969)

Os militares que tomam feições ditatoriais – ao desrespeitar os princípios da Constituição de 1946 no governo de João Goulart – por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, e aviltam o valor jurídico da Lei Magna de 1946, ao impor a instalação do parlamentarismo, em 1961, são os mesmos que articulam e apoiam o golpe militar três anos mais tarde. Mais uma vez, os militares – com a deflagração do golpe em 31 de março/1º de abril de 1964 – progressivamente invalidam as bases democráticas e liberais da Carta Magna de 1946. O General Artur da Costa e Silva – nomeado para Ministro da Guerra – com um discurso anticomunista e anticorrupção, no dia 09 de março, ladeado de outros ministros militares, representando o Comando Supremo Militar, torna público o ato Institucional nº 1 (AI-1). Esse ato atribui ao Executivo a prerrogativa da cassação de mandatos e de direitos políticos e, no dia 10 de abril, são cassados os direitos políticos de cem brasileiros, entre eles os ex-presidentes João Goulart e Jânio Quadros. “O supremo Tribuna Federal calou-se diante da crise política. Além disso, o movimento golpista tinha o apoio do governo norte-americano.” (FERREIRA, 2012, p. 23). No dia 11, um Congresso já expurgado dos que são contrários à apropriação do poder pelos militares elege o novo presidente: o General Humberto de Alencar Castelo Branco o qual governa sem uma Constituição até 1967 a base de Atos Institucionais (veja *Anexo D*).

Os Atos Institucionais (AIs) autopromulgados pelos militares dão poderes aos próprios militares para (re)configurar a vida política brasileira. Com outras palavras, os AIs têm poder de decreto e são validados sem que para isso haja a aprovação de um órgão legislativo: o presidente militar determina a validação de uma lei que não é discutida por deputados e senadores que possam vetá-la ou reformá-la. Sob tal aspecto, os AIs são a mais concreta confirmação de que o Poder Executivo central alarga suas capacidades. Ao todo, o regime de ditadura militar determina a imposição de dezessete AIs.

O AI-2 declara extintos os partidos políticos e estabelece eleições indiretas para a Presidência da República, tribunais militares são criados para julgar civis acusados de subversão e são dados ao Executivo poderes indiscriminados para a cassação de direitos e instauração do estado de sítio. De acordo com Fico (2013, p. 181) “desde o início, o regime foi extremamente rigoroso com seus ‘inimigos’ praticando muitas prisões arbitrárias e torturas.” Em fevereiro de 1966, é decretado um novo AI, o nº 3, estabelecendo eleições indiretas para Governador. Durante esse ano, é elaborada uma Emenda Constitucional que

praticamente legítima todas as disposições dos atos institucionais. Nesse contexto, processa-se a disputa pela sucessão presidencial.

Somente dois partidos políticos são autorizados a existir durante o período ditatorial militar brasileiro: Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O MDB é um partido de oposição consentida, ambos os partidos são criados por força do AI-2. Esses partidos não têm qualquer representatividade. “A ação partidária é severamente controlada, com censura prévia à imprensa, prisão e desaparecimento de parlamentares (como o caso do desaparecimento de Rubens Paiva) e cassação de mandatos.” (SILVA, 2013, p. 263). O jogo político realiza-se entre os “castelistas” e a “linha dura” militar. Como elemento de conciliação surge o nome do Marechal Costa e Silva. No início, Castelo Branco é contrário a essa candidatura, mas acaba cedendo. Assim, aos três dias do mês de outubro de 1967, o Marechal Artur da Costa e Silva, candidato único, é eleito Presidente pelo Congresso. Costa e Silva assume com uma nova Constituição, a quinta do período republicano e a sexta Constituição Brasileira. A Constituição de 1967 é promulgada no dia 24 de janeiro de 1967 cumprindo o disposto no Artigo 8º, AI-4, contém, então, 189 artigos incluídos os das Disposições Gerais e Transitórias, e entra em vigor somente a 15 de março de 1967, data da transmissão do poder ao novo Presidente da República, Marechal Artur da Costa e Silva.

A Constituição de 1967 autoriza o povo a participar como eleitor ou candidato⁵⁹ apenas na eleição para vereadores, prefeito e deputados; a eleição para governador é feita indiretamente pela assembleia legislativa. A eleição presidencial é realizada por voto aberto e nominal de um único candidato indicado pelos militares por um Colégio Eleitoral. Essa Constituição também prevê a cassação e a punição de todos que se manifestem contra o governo. Então, quem ousaria com voto aberto e nominal votar contra o governo? Durante o regime militar, votar é possível, mas a liberdade de expressão inexistente. Então, o que há é uma grande encenação em que, invariavelmente, a cada quatro anos, no dia 15 de novembro⁶⁰, candidatos cujo perfil é aprovado pelos militares são eleitos para legislar em consonância com os militares.

⁵⁹ Há somente dois partidos oficiais: ARENA e MDB. A Aliança Renovadora Nacional representa a situação, os militares, e o Movimento Democrático Brasileiro, representa uma oposição consentida. Em vista disso, mesmo havendo dois partidos, o que acontece na política brasileira é uma oposição de fachada, pois predomina o discurso único.

⁶⁰ Essa data é coincidente com a do feriado comemorativo da Proclamação da República do Brasil.

Com a posse do General Costa e Silva, a partir de março de 1967, vários Atos Institucionais e Complementares vêm a alterar dispositivos constitucionais e em 17 de abril de 1968 – 68 municípios são considerados áreas de segurança nacional e proibidos de realizar eleições municipais. As restrições aos direitos políticos e ao direito de expressão vão aumentando paulatinamente, de tal forma se acentuam essas modificações que o governo decide promover a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, elaborando uma reforma substancial da Constituição. A emenda nº 1 mantém o esquema da Constituição de 1967, mas na prática, a matéria dos capítulos: “Direitos e garantias individuais e da Ordem econômica e social”, sofre enormes restrições em virtude do artigo 182, o qual mantém em vigor o Ato Institucional nº 5 (veja *Anexo D*), de 13 de dezembro de 1968, e os demais atos posteriormente baixados. Com isso, o governo militar:

amparava-se naquilo que podemos chamar de ‘pilares básicos’ de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura. Subsidiariamente, contaram também com a propaganda política, realizada por militares moderados que, não obstante, forneceram suporte ideológico para suas ações. (FICO, 2013, p. 175).

O governo militar suspende todos os direitos e garantias dos cidadãos brasileiros e, apresenta como imperativo da Segurança Nacional, promulgado a 31 de agosto de 1969 o AI-12. Em setembro, são promulgados mais três AIs: AI-13, AI-14 e AI-15, até 14 de outubro quando é declarada a vacância dos cargos de Presidente e Vice-presidente pelo AI-16 depois de determinado o real impedimento do General Costa e Silva de continuar no poder por motivo de saúde. O AI-16 determina que enquanto não se realizasse a eleição e a posse do Presidente e Vice – marcadas para as datas de 25 a 30 de outubro de 1969 – a chefia do poder continua a ser exercida por ministros. Não obstante a Emenda Constitucional, os militares permanecem no comando por meio de AIs. Submetendo o texto já refundido da Constituição, com as modificações que julgam convenientes, é promulgada a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, a qual altera profundamente a redação da Constituição de 24 de janeiro de 1967. No mesmo dia da posse do Presidente Emílio Garrastazu Médici, entra em vigor a Emenda nº 1, à Constituição de 1967, promulgada no dia 17 de outubro de 1969, pelos Ministros Militares que respondem pelo Governo. De acordo com os seus termos, 58 artigos são acrescentados ou substituem outros, do texto anterior.

A Emenda aumenta a possibilidade de intervenções nos Estados e nos Municípios e torna a Constituição Federal de 1967 a mais autoritária e a mais excludente entre todas as que vigoraram no Brasil. O poder emana apenas dos militares no poder e qualquer pessoa

que se opusesse ao regime era perseguida, torturada e – na maioria das vezes – assassinada ou exilada. Esse clima perdura até a abertura política. No entanto, a abertura foi tão lenta que a Lei Dante de Oliveira – que propõe eleições diretas para presidente – em 1984 não é aprovada e, somente – no início de 1985 – é eleito indiretamente o primeiro presidente da república civil após quase 21 anos de ditadura militar.

A Constituição de 1967 – com a Emenda Constitucional de 1969, juntamente com todas as atrocidades cometidas pelos militares enquanto detiveram o poder político no Brasil – contribuiu e muito para criar na memória do povo brasileiro os efeitos de sentido que circulam na atualidade sobre o pleito. Durante a ditadura militar, o povo não tem direito de se candidatar a presidente ou a governador de estado ou de escolher esses representantes. Assim, esse período, mais dos que os anteriores, contribui para (res)soar do interdiscurso uma memória de que votar e ser votado passa por um espaço de litígio e de luta por ocupar um espaço de poder até então negado pelos militares. Isso porque a totalidade do povo civil – durante o regime militar – tem direito a não ter direito algum. Essa situação forma as condições perfeitas para a emergência de uma memória de pertencimento entre os que têm poder para participar do processo eleitoral quando da conclusão da abertura política pós-1985.

A eleição indireta do presidente civil Tancredo Neves, em 1985, assinala o fim de um período em que a liberdade e os direitos individuais são negados e aponta para o começo de tempos de liberdade de expressão e de poder de escolha. No entanto, Tancredo adoece e morre antes de tomar posse, quem assume a vaga é seu vice, José Sarney⁶¹ que passa a comandar o Brasil de acordo com a, ainda em vigor, Constituição de 1967 e sua Emenda Constitucional de 1969. De acordo com Ferreira e Delgado (2013), em 28 de junho de 1985, Sarney cumpre a promessa de campanha de Tancredo e encaminha ao Congresso Nacional a Mensagem 330, propondo a convocação da Constituinte, que resulta na Emenda Constitucional 26, de 27 de novembro de 1985 a qual convoca a Assembleia Nacional Constituinte para elaborar uma nova Constituição para o país; de uma constituição tão autoritária, há uma abertura para a instalação de um espaço democrático. Eleitos em novembro de 1986 e empossados em 1º de fevereiro de 1987, os constituintes

⁶¹ É possível perceber a força dos militares – mesmo após a eleição indireta de um presidente civil - com a manobra política que faz com que o vice-presidente ainda não empossado, assumisse o comando da nação em vez do presidente do Congresso Nacional: Ulisses Guimarães. Tancredo Neves, o presidente eleito indiretamente, adoeceu e morreu sem tomar posse. Caso semelhante aconteceu recentemente por ocasião da morte do Presidente venezuelano Hugo Chaves quando Nicolás Maduro, seu Vice, assumiu o poder.

iniciaram a elaboração da nova Constituição Brasileira. Ao todo, a Assembleia Constituinte foi composta por 487 deputados e 72 senadores.

5.7 NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

A nova e atual Constituição – a sétima Constituição Brasileira e a sexta desde a Proclamação da República – é promulgada em cinco de outubro de 1988 e profundas transformações sociais e políticas passam a vigorar, se comparada esta Carta Magna com as outras Constituições anteriores. Muitas são as mudanças, entre elas, destaco o retorno ao Estado Democrático de Direito e a devolução do poder de decisão sobre a escolha dos governantes pelo voto direto ao povo eleitor. A última eleição direta para Presidente da República ocorreu em 1960, quando foi eleito Jânio Quadros, que governou por menos de sete meses. São 29 anos sem eleições diretas para presidente do país. No entanto, agora, entre os princípios fundamentais garantidos ao povo brasileiro – pela letra da atual Lei – está, em seu Art. 1º, o direito de posicionar-se politicamente:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Com relação aos direitos políticos, há um capítulo inteiro, o IV, que trata dessas questões na atual Constituição. Votar e ser votado não é mais uma prerrogativa de apenas uma parcela do povo; ser eleitor e ser candidato passa a ser um direito-dever de quase todos os brasileiros, apenas os inalistáveis estão fora do processo eleitoral; os analfabetos não podem ser candidatos – mas podem ser eleitores. Conforme o Art. 14 da Constituição de 1988: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da Lei”⁶²:

§ 1º – O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

⁶² O Anexo E apresenta a íntegra dos Capítulos Constitucionais IV e V que tratam dos direitos políticos dos cidadãos e da regulamentação dos partidos políticos.

§ 2º – Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º – São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I – a nacionalidade brasileira;

II – o pleno exercício dos direitos políticos;

III – o alistamento eleitoral;

IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;

V – a filiação partidária;

VI – a idade mínima de: [...]

§ 4º – São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 7º – São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos (*sic*) ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º – O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II – se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

(BRASIL, 1988).

Entre as inúmeras alterações com relação ao voto, aos eleitores e aos candidatos que a Carta Magna de 1988 trouxe, destaco a possibilidade de o voto ser facultativo para os maiores de 16 anos e extensivo a todos os cidadãos, mesmo os analfabetos. Com a determinação, por força da lei, de igualdade de todo o povo perante a lei, independente de cor, sexo, raça ou outra característica pessoal; a possibilidade de o povo poder escolher livremente por voto secreto e direto os próprios governantes e os partidos que o devem representar são transformações que assinalam novas condições de produção (CP) para o processo eleitoral.

Tomar o dito nas Constituições que o Brasil já teve sobre o pleito como efeito de sentido fundador pode ser uma categoria de análise dos cartuns, porque, segundo Orlandi (1993), o discurso fundador não se apresenta como já definido, mas como uma categoria de análise a ser delimitada pelo próprio exercício de análise dos fatos que o constituem, observada a sua relevância teórica.

III – PARTE: ARTICULANDO OS PONTOS E DANDO OS NÓS: AS ANÁLISES

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio depende das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaio dos exploradores do povo.”

(BRECHT, [1928] 1986)

6 GESTOS DE LEITURA SOBRE O PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Para este capítulo, tenho por objetivos refletir sobre o processo eleitoral brasileiro contemporâneo e investigar como *a campanha eleitoral e o horário eleitoral; o candidato político; e o eleitor* são inscritos, reinscritos e investidos de efeitos de sentido pelos gestos de leitura dos cartuns, a partir de posições político-ideológicas, travadas no interior de uma Formação Discursiva Eleitoral. Desta forma, quero demonstrar nas análises como o entrelaçamento de materialidades – imagética e verbal – funciona na constituição dos efeitos de sentido sobre as eleições brasileiras contemporâneas. Os estudos sobre a inscrição e a constituição dos efeitos de sentido são trabalhados, neste capítulo, a partir dos gestos de leitura de nove unidades discursivas que interpretam em sua arte o processo eleitoral de 2012.

6.1 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO REGRAMENTO ELEITORAL

A Formação Discursiva Eleitoral (FD-E) é regulada pelos saberes da forma-sujeito eleitoral (fs-e) a partir das regras que determinam: como deve ser feita a campanha política no horário eleitoral gratuito na TV brasileira; quais são as condições para que um político seja candidato e quem são os brasileiros que estão aptos a serem eleitores.

Os saberes da fs-e os quais organizam as CP para que a campanha eleitoral gratuita ocorra no pleito de 2012 são dispersos e provêm de diversos lugares: quem primeiro dita a regra é a Constituição Federal de 1988; depois é o Código Eleitoral, Lei nº 4.737/65; após é a Lei das Eleições, Lei nº 9.504/97; sucedida pela Lei de Inelegibilidade, Lei Complementar nº 64/90; e a Lei dos Partidos Políticos, Lei nº 9.096/95; e também pelas Resoluções nº 21.538/2003 e nº 4.510/52, que tratam respectivamente, do Alistamento Eleitoral e outros assuntos e o Regimento Interno do TSE; além das Normas e documentações das Eleições de 2012. Esse imenso emaranhado heterogêneo de leis, as quais foram elaboradas em períodos tão distintos, abre espaços para pensar a constituição do processo eleitoral brasileiro contemporâneo como heterogêneo em sua própria constituição legal. Ou seja, apesar de a fs-e apresentar-se sob o efeito de unidade, o efeito ideológico da própria evidência da legalidade, ela nasce de regras que vêm de diferentes lugares, com datas distintas, possibilitando o ponto de encontro com o interdiscurso e por que não dizer com os efeitos outros de sentido.

Assim, passo a refletir sobre como o regramento eleitoral inscreve efeitos de sentido e trabalha na constituição dos gestos de leitura das unidades do arquivo tomando, por exemplo, a Resolução nº 23.370/ 2012, Art. 34 do TSE a qual prevê que sejam apresentadas – por um determinado espaço de tempo pelas TVs abertas⁶³ – as propagandas dos partidos políticos e de seus candidatos. O horário eleitoral é obrigatório, gratuito e é regulado⁶⁴.

Sendo assim, parto do pressuposto de que a legislação naturaliza e evidencia os sentidos de igualdade e de justiça da Lei eleitoral, já que regula a igualdade (entre candidatos), a acessibilidade de informação (para todos os eleitores) e estabelece o processo eleitoral brasileiro como democrático. Ou seja, a Lei eleitoral apresenta-se como igualitária e justa porque: a) garante o direito à igualdade de exposição entre candidatos e partidos, desta forma, impedindo que somente os partidos e candidatos economicamente abastados possam expor suas propostas no horário nobre da TV, caso essa exposição necessitasse de pagamento aos meios de difusão televisiva; b) também possibilita a todos os cidadãos ter acesso aos programas dos partidos, às propostas dos candidatos e a informar-se sobre o processo eleitoral, com isso, saber qual é a bandeira de luta dos candidatos políticos e, desta forma, no dia do pleito, escolher o partido e o candidato mais apto para decidir o futuro político da cidade, do estado e do país e fazer valer a sua vontade por meio do seu voto; c) determina o que pode ser dito e ou feito pelos candidatos e eleitores com relação ao pleito, às coligações, à adesão ao sufrágio e ao voto.

⁶³ As emissoras de rádio também são obrigadas a submeter-se à Lei, mas vou observar somente o gesto de leitura dos cartuns quantos aos programas televisionados.

⁶⁴ A Resolução nº 23.370/ 2012 em seu Art. 34 determina que: As emissoras de rádio, inclusive as rádios comunitárias, as emissoras de televisão que operam em VHF e UHF e os canais de televisão por assinatura sob a responsabilidade das Câmaras Municipais reservarão, no período de 21 de agosto a 4 de outubro de 2012, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, a ser feita da seguinte forma (Lei nº 9.504/97, art. 47, § 1º, VI, *a e b*, VII, § 2º, e art. 57):

I – nas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito, às segundas, quartas e sextas-feiras:

- a) das 7h às 7h30 e das 12h às 12h30, no rádio;
- b) das 13h às 13h30 e das 20h30 às 21h, na televisão;

II – nas eleições para Vereador, às terças e quintas-feiras e aos sábados, nos mesmos horários previstos no inciso anterior.

Parágrafo único. Na veiculação da propaganda eleitoral gratuita, será considerado o horário de Brasília-DF. (BRASIL, 2012).

Então, o regramento eleitoral apresenta – com a máscara da legalidade – o pensamento único⁶⁵ da Lei eleitoral: o efeito de unidade da fs-e.

No entanto, a evidência de sentido de legalidade e de justiça da legislação eleitoral em relação à aparição dos candidatos políticos e dos partidos na mídia – o efeito de unidade da forma-sujeito – mascara outros saberes que podem irromper a qualquer instante. As campanhas eleitorais televisionadas pelas TVs abertas brasileiras também podem ser vistas como um instrumento do aparelho ideológico de Estado (AIE) que perpetua práticas políticas dos partidos e dos candidatos que já estão no poder. O tempo de exposição dos partidos e dos candidatos não é igual para todos na TV. Apenas os partidos que já possuem representantes eleitos na Câmara têm direito a um espaço maior na mídia para seus candidatos: partidos novos ou que ainda não tenham alguma representatividade só conseguem espaço na mídia via coligação com outros partidos⁶⁶.

Pela força da Lei, as TVs abertas são obrigadas a televisionar – gratuitamente, em horário nobre – os programas eleitorais dos partidos. Pela força da Lei, o cidadão é interpelado a tornar-se eleitor e a identificar-se como eleitor, vinculando-se ao processo político por meio de seu voto.

Então, as questões a serem respondidas ao longo deste capítulo envolvem a *campanha política no horário eleitoral, os candidatos políticos e a interpelação-identificação do cidadão em eleitor pelo voto* e podem ser formulada assim: De qual

⁶⁵ O pensamento “único” propagado é esse: efeito único de sentido de que a Lei eleitoral garante a igualdade. Mas os meandros legais com as emendas e o redirecionamento da Lei levam às desigualdades por meio das restrições de aparição na mídia dos partidos “nanicos”, os quais tendem a um período ínfimo de exposição na rádio e na TV por ainda não ter representantes eleitos na Câmara. Não basta ao partido estar aprovado e registrado no TSE, é preciso que haja representatividade na Câmara para que um partido possa expor suas propostas na mídia.

⁶⁶ Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

§ 2º Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do § 1º, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações *que tenham candidato*, observados os seguintes critérios:

I – 2/3 (dois terços) distribuídos proporcionalmente ao *número de representantes na Câmara dos Deputados*, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram;

II – do restante, 1/3 (um terço) distribuído igualmente e 2/3 (dois terços) proporcionalmente ao número de representantes *eleitos no pleito imediatamente anterior para a Câmara dos Deputados*, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram. (BRASIL, 1997).

posição o sujeito do discurso interpreta a Legislação que regulamenta o processo eleitoral brasileiro contemporâneo? Como os efeitos de sentido são/estão inscritos no gesto de leitura das unidades integrantes do arquivo?

Para alcançar os objetivos apresentados no início deste capítulo e responder a essas duas questões, parto da observação de um gesto de leitura regular, presente em muitas unidades discursivas do arquivo. O gesto regular de leitura encontrado permite reler o arquivo e recortar do *campo discursivo de referência* deste trabalho um cenário discursivo comum: o espetacular no processo eleitoral brasileiro.

A repetição de dizeres e de imagens faz ressoar do interdiscurso sentidos outros que deslizam e vêm a produzir novos efeitos de sentidos, simbolizados pelo efeito metafórico que se instaura. A repetição mais comum no eixo imagético (Ei) e no eixo verbal (Ev) é aquela que associa o processo eleitoral a um espetáculo e, em muitos casos, a um espetáculo circense com palhaços e palhaçadas. Mas, o espetacular não está somente nas imagens com palhaços, também se encontra no *non-sens*, no exato ponto onde o acontecimento processo eleitoral brasileiro contemporâneo é exposto a diferentes gestos de leitura que se repetem, mas também podem deslizar e criticar os efeitos de sentido. Em vista dessa particularidade dos cartuns desta tese, passo a apresentar algumas reflexões que envolvem o espetacular e a constituição dos efeitos de sentido no gesto de leitura dos cartuns integrantes do arquivo.

6.2 IMAGEM E PALAVRA SOB EFEITO METAFÓRICO

Vejo as imagens e os ditos relacionados ao espetacular – ao espetáculo circense, esportivo ou teatral – como uma paráfrase que desliza os sentidos e vem a constituir um efeito metafórico que trabalha e instaura novos sentidos para o processo eleitoral brasileiro. Como dito em capítulo anterior, para Pêcheux ([1969] 1993, p. 96), “o *efeito metafórico* é um *efeito semântico* que se produz numa substituição contextual”, o que acontece então é um deslizamento de sentido entre x e y . A distância é constitutiva tanto do sentido que é produzido por x como por y . Desta forma, a metáfora funciona como transferência que se produz num processo intermitente entre deslizamentos de sentidos. Uma palavra por outra, no caso do Eixo verbal (Ev). E ousar dizer, uma imagem por outra, no caso do Eixo imagético (Ei). Um objeto discursivo por outro: um político por um palhaço e ou um eleitor por um palhaço, a campanha e ou o processo eleitoral contemporâneo por um

grande espetáculo: de circo, de teatro, de lutas. Espetáculo em que cada um é interpelado a ocupar o seu lugar.

Essa transferência metafórica significa e é significada pela possibilidade de abertura e de deslizamentos de sentido: “daquilo que representa o sujeito para um outro significante”. (LACAN *apud* PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 156). Então, pensar o processo eleitoral com o eleitor, o candidato político e a campanha política na TV como espetáculo ou espetáculo circense, esportivo, teatral – enquanto efeito metafórico – é estudar o sujeito do discurso e o ponto em que o sentido se produz pela repetição, pela paráfrase e pelo deslizamento. Isso implica perceber como alguns componentes da democracia são e estão inscritos no processo discursivo e são significados e significam. Ou seja, é preciso considerar a dimensão política constitutiva do espetacular, das campanhas políticas, dos políticos, dos eleitores e do próprio processo discursivo significante no que tange as suas CP e a sua relação com a FD-E.

Por dimensão política, entendo a divisão, a não unicidade dos sentidos e dos sujeitos e, com isso, os conflitos e as diferenças interpretativas advindas de uma sociedade dividida em classes sociais: “Na verdade, a metáfora, constitutiva do sentido, é sempre determinada pelo interdiscurso, isto é, por uma região do interdiscurso.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 263). Por isso, ao espetáculo podem ser atribuídos inúmeros efeitos de sentido, porque, assim como as palavras e as expressões não têm um sentido que lhes sejam próprios, também as imagens não representam literalmente a realidade: “a metáfora se localiza no ponto preciso em que o sentido se produz no *non-sens*.” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 262), conforme a reprodução da fórmula lacaniana por Pêcheux. Assim, as imagens e as palavras se revestem de sentidos que são determinados em acordo com: as CP, a identificação com determinada FI e com a memória que é trabalhada em cada FD: o exato ponto onde se produz no *non-sens* o sentido como um efeito metafórico que ressoa do interdiscurso.

Como esse efeito é característico das línguas naturais, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, podemos considerar que não há sentido sem essa possibilidade de deslize, e, pois, sem interpretação. O que nos leva a colocar a interpretação como constitutiva da própria língua (natural). (ORLANDI, 2007, p. 80).

Então, interpretar o processo eleitoral passa pelo trabalho das determinações históricas e ideológicas que são constitutivas de todo espetáculo e de seus personagens: sujeitos. No caso específico deste trabalho de pesquisa, trata-se de observar como os efeitos de sentidos são/estão inscritos com relação aos saberes heterogêneos que permeiam

a FD-E. Quais gestos de leitura são/estão inscritos e de qual lugar? Como as imagens e os ditos se repetem, deslizam e constituem o efeito metafórico?

6.3 ESPETÁCULO POLÍTICO E *DOXA*: O TRABALHO DE REGIÕES DO INTERDISCURSO, IMAGEM E PALAVRA

Se a metáfora é sempre efeito de um recorte de uma região do interdiscurso, considero imprescindível recorrer à historicidade do espetáculo político para explicitar os efeitos de sentido trabalhados pelo gesto de leitura – concretizados pelo eixo imagético (Ei) e pelo eixo verbal (Ev) dos cartuns – que interpretam o processo eleitoral e os envolvidos como espetacular – metaforizados em seu gesto de leitura. Em outras palavras, o sujeito do discurso – afetado pelo inconsciente e pela interpelação ideológica – posiciona-se com relação à fs-e que organiza os determinados saberes da FD-E e produz no *non-sens* novos sentidos para o espetáculo político. Face à evidência de sentidos, é preciso questionar essa evidência e compreender como os sujeitos são designados e interpelados a fazer parte desse processo – do espetáculo – de acordo com a leitura dos cartuns do arquivo. Que posição o sujeito de discurso ocupa com relação a esses saberes?

Sendo assim, inicialmente, observo que, historicamente, na Grécia Clássica, ser visto e ouvido confere esplendor e fama a quem pertence à esfera pública. No caso da esfera política contemporânea brasileira, o sistema permite que qualquer um possa aparecer e mostrar quem é, desde que se enquadre nas regras eleitorais vigentes. Em vista disso, passo a inferir que *o político*⁶⁷ é constitutivo da imagem e da palavra. Para explicar sobre como estabeleci essa formulação, passo a mostrar – a partir de escritos de pesquisadores e de filósofos – a relação entre o político, a imagem e a palavra.

Em Schüler (2002), o termo “político” é descrito como originário do grego clássico: *πολιτεία* (*politeía*), sendo usado para designar o envolvimento dos cidadãos com o (*demo*⁶⁸) povo e com a cidade-estado, naquela época, denominada *πολις* (*polis*). Então, “político” carrega como efeito fundador de significância a duplicidade com relação a cidade (*polis*) e com as questões do povo (*demo*) a quem o político expõe-se e defende sua posição.

Em Rancière (1996), o começo da política está associado a um desentendimento na divisão dos lugares, sobre quem tem direito e quem não tem direito na repartição das partes

⁶⁷ O termo *político*, neste estudo, funciona ora como simbólico/ideológico ora como atividade política e partidária ora como designação do cidadão que exerce atividade político-partidária.

⁶⁸ Radical de origem grega que designa povo.

da comunidade. “A política é a atividade que tem por princípio a igualdade, e o princípio da igualdade transforma-se em repartição das parcelas de comunidade ao modo do embarço: de quais coisas há e não há igualdade entre quais e quais? O que são essas ‘quais’, quem são esses quais? (...)” (RANCIÈRE, 1996, p. 11). Esse erro inicial ocorreu porque uma pequena parcela contribuiu com a riqueza (*ολιγοι/oligoi*), outra parcela com a virtude dos melhores (*αριστοι/aristoi*) e o povo entrou com a parcela de liberdade (*ελευτερια/eleuteria*). Mas, para Rancière (1996, p. 23), “o povo nada mais é que a massa indiferenciada daqueles que não têm nenhum título positivo – nem riqueza, nem virtude – mas que, no entanto, têm reconhecida a mesma liberdade que aqueles que os possuem [*oligoi, aristoi*].” Então, essa é a conta mal feita, os sem parcela – o povo – entram com a parcela de liberdade, enquanto os oligarcas e os aristocratas entram com as parcelas de riqueza e de virtude sendo, antes de mais nada, livres.

Em outras palavras, na Grécia Clássica, o termo “político” nasceu para designar o cidadão envolvido com as questões da cidade, da *polis*, e da sua posição por meio da palavra, por isso, na civilização grega helenística, o sujeito político precisava ser visto e ouvido pelo povo para mostrar suas condições de cuidar da *polis* e também para defender a sua posição. “O homem grego não foge da divergência, convive com ela, educa-se nela. Na divergência aprende a falar. Não há democracia na vigência do discurso único. Na refrega verbal o diverso se anuncia, se enuncia.” (SCHÜLER, 2002, p. 13). O discurso em praça pública dos homens políticos era necessário para a plenitude da própria política. Arendt (1993) explica que a solidão – que, antes e depois de Sócrates, era tida como prerrogativa, *habitus*, profissional apenas para filósofos – era naturalmente vista pela *polis* como suspeita de ser antipolítica.

Para os gregos antigos, falar e se mostrar é a condição necessária para o político e para o bom funcionamento da *polis*. Nesse sentido, posso inferir que a relação entre política e espetáculo tem seu efeito fundador na relevância dada ao modo como o mundo se abre para o político e observa as suas atitudes em público, já que esta é parte essencial da política: dada à *δοξα (doxa)*.

De acordo com Arendt (1993), a palavra *doxa* significa não só opinião, mas também glória e fama. Como tal, relaciona-se com o domínio político, que é a esfera pública em que qualquer um pode aparecer, falar e mostrar quem é, isso nos governos

políticos⁶⁹. Na Grécia Clássica, fazer valer sua própria opinião referia-se a ser capaz de mostrar-se, ser visto e ouvido pelos outros. Para os gregos, esse era um grande privilégio que se ligava à vida pública e que faltava à privacidade doméstica, em que não se é visto nem ouvido por outros⁷⁰. “Na vida privada se está escondido e não se pode aparecer nem brilhar, não sendo permitida ali, portanto, qualquer *doxa*”⁷¹ (ARENDDT, 1993, p. 97). Falar em público e fazer valer a sua opinião, confere glória e fama ao político. Os atenienses, ao contrário dos bárbaros, se orgulhavam de conduzir seus assuntos políticos em forma de discurso e sem coação, consideravam a retórica, a arte da persuasão, a mais elevada das artes, a arte verdadeiramente política porque possibilitava a coexistência dos discursos plurais em oposição aos discursos únicos (ARENDDT, 2008). Palavra e imagem são preocupações que envolvem a política grega.

Com relação à imagem, o filósofo Platão (2003) explora a *doxa*, na constituição da república no livro VI, o qual trata do mito da caverna. Para Platão, as imagens na superfície eram as distorções da *doxa*, por isso, o filósofo usa metáforas tiradas exclusivamente do campo da visão e da percepção visual. A palavra *doxa*, ao contrário da palavra opinião, tão empregada na contemporaneidade, tem forte conotação de “o que é visível”. As imagens na superfície que os habitantes da caverna fitam são sua *doxai*: as coisas que aparecem para eles e como elas aparecem. A metáfora da caverna simboliza lugares, então, “se desejam ver as coisas como elas realmente são, precisam virar-se, isto é, mudar de posição, pois toda *doxa* depende da (e corresponde à) posição de cada um no mundo”. (ARENDDT, 1993, p. 108). Nesse sentido, para Platão, a glória e a fama se relacionam com o domínio político, que pertence à esfera pública, o qual está intimamente relacionado com o lugar social que ocupa o sujeito político na *polis*.

Porém, o fato de Platão descrever os habitantes da Caverna como estáticos, acorrentados, diante de uma superfície, sem possibilidade alguma de fazer qualquer coisa ou de comunicar-se entre si está dentre os aspectos intrigantes da alegoria da caverna. Já que, para Arendt (2008, p. 79), “o que faz do homem um ser político é o seu discurso.” Na

⁶⁹ No governo apolítico, vivenciado no Brasil recentemente, durante o período do golpe militar (1964 – 1985), falar e expor a sua opinião não era permitido devido à censura imposta. Desobedecer ao sistema e mostrar a sua opinião era extremamente perigoso, principalmente, após a promulgação do Ato Institucional 5 (AI5).

⁷⁰ “A família – mulher e filhos – e os escravos e empregados não eram reconhecidos como plenamente humanos.” (ARENDDT, 1993, p. 97).

⁷¹ “Sócrates, que recusou a honra e o poder públicos, nunca se retirou para a vida privada; pelo contrário, circulava pela praça pública, bem no meio dessa *doxai*, dessas opiniões.” (ARENDDT, 1993, p. 97).

realidade, as duas palavras politicamente mais significativas para designar a atividade humana: fala e ação (*lexis e praxis*), estão em flagrante ausência de toda a história de Platão. A única ocupação dos habitantes da caverna é olhar para a superfície; obviamente, eles gostam de ver pelo prazer de ver, independente de todas as necessidades práticas. Os habitantes da caverna são descritos como homens comuns, mas também como possuidores de qualidades partilhadas com os filósofos, portanto como seres políticos.

Então, posso inferir que a interpretação da imagem do político como espetacular depende também da posição de quem a observa. Ao refletir sobre a interpretação de Arendt a respeito dos escritos de Platão, percebo que a política, historicamente, sempre esteve associada à palavra e à imagem. Para Arendt (1991, p. 64), a esfera pública é o lugar do “mundo comum”, do aparecimento, da visibilidade e, por conseguinte, da política: um espaço reconhecido de opinião e de ação. Tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos, e essa visibilidade pública é o que constrói a realidade. O espaço público é construído pela ação e pelo discurso, assim, a vida pública adquire significado no ser visto e no ser ouvido. “Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem (*sic*) e ouvem de ângulos diferentes.” (ARENDR, 1991, p. 67). Nesse sentido, as questões políticas estão sujeitas aos diferentes gestos interpretantes de cada sociedade ou mesmo à identificação com determinadas e diferentes posições com relação aos saberes configurados pelas FDs dentro de uma mesma sociedade. Também nessa mesma direção são as palavras de Ernst-Pereira e Quevedo (2013, p. 267): “todos veríamos a mesma imagem, embora produzamos leituras diferentes.” Talvez, essa seja uma das razões para que a legislação atual se preocupe em regrar quem pode expor a sua imagem, a sua doxa, na mídia televisiva e por quanto tempo pode durar essa exposição.

Com relação ao discurso político, Courtine (2006) afirma que, historicamente, o discurso político sofreu profundas modificações em decorrência da conjuntura política que se alterou consideravelmente. No entanto, o discurso político continua a simbolizar os efeitos da luta ideológica no interior do funcionamento da linguagem. A fala do político apresenta-se como constituição de um espaço de repetição que assume a forma de uma retomada de palavra por palavra, do discurso ao discurso de inúmeras formulações. “Isso renuncia à prática erudita da recitação e enfatiza o discurso político da subjetivação para a ordem da doutrina, da epístola e da escola.” (COURTINE, 2006, p. 80). Assim, posso inferir que a simples possibilidade de instaurar o diferente pela repetição do mesmo e pela paráfrase já constitui o político e o espetacular pelo Eixo verbal.

Da Grécia Clássica até hoje, ocorreram muitas transformações nos espetáculos protagonizados por sujeitos políticos. Na contemporaneidade, os políticos são televisionados e mediados pelas imagens projetadas pelas emissoras de TV, e não ficam mais face a face com a grande maioria dos cidadãos eleitores, mas – mesmo mudando a forma de contato entre candidatos e eleitores – o efeito fundador grego do espetáculo persiste por meio do trabalho da memória que recorta regiões do interdiscurso e faz ressoar determinados efeitos de sentido. Na atualidade, as diferentes mídias – jornal, televisão e internet – se encarregam de propagar as imagens dos políticos a todos os recantos do Brasil. Essa perspectiva é exemplificada por Gregolin (2003), que explica a possibilidade de pensar a produção cultural do espetáculo midiático como um fato de discurso. Nesse sentido, a AD pode elucidar os mecanismos discursivos que embasam a produção dos sentidos do espetáculo. Isso em decorrência da relação fundamental entre o verbal, o imagético e a sua constituição histórica. No entanto, convém lembrar que não é qualquer espetáculo que é o foco dos estudos deste capítulo mas, sim, o processo eleitoral brasileiro contemporâneo, representado pela leitura de alguns de seus componentes – metaforizados pela trama dos Ei e Ev, no discurso dos objetos discursivos do arquivo – como participantes/integrantes do espetáculo.

Desta forma, tal como Corten (1999), acredito que a campanha política dos diferentes partidos – apresentada no horário eleitoral gratuito – traduz, em suas imagens e palavras, as relações de forças desiguais que permeiam o processo eleitoral brasileiro contemporâneo em nossa sociedade: desigual também no tempo de exposição dos políticos na mídia e na qualidade da elaboração dos videoteipes (VT) disponibilizados na TV. “O político é, assim, como todo fenômeno atinente ao discurso, construção da realidade. É, também, definição de um limite dessa realidade.” (CORTEN, 1999, p. 39 – 40). Então, o político – neste estudo – é concebido como tensão entre as relações de forças que se materializam no discurso imagético e verbal das unidades do arquivo que parafraseiam o processo eleitoral brasileiro e seus componentes como espetáculo.

6.4 A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DO ESPETÁCULO

Inicialmente, saliento que a percepção de que os meios de comunicação constroem discursivamente uma espetacularização pode ser vista em Guy Debord (1991) – desde a década de 1960 – quando este associa o poder espetacular da mídia à teoria crítica da sociedade capitalista. Debord distingue duas formas adversárias e complementares do

poder espetacular: a *concentrada* (que ele associa ao totalitarismo soviético) e a *difusa* (típica do capitalismo ocidental). Sobre a combinação desses dois tipos de poder espetacular, anos mais tarde, em seus *Comentários sobre a sociedade do Espetáculo*, Debord (1997) enxerga uma terceira forma: a *espetacular integrada* – característica da hegemonia neoliberal, do “pensamento único”, das diversas formas de globalização econômica e cultural.

Entre os estudos sobre a espetacularização da política e a estabilização de sentidos pela mídia, cito o formulado por Michel Pêcheux ([1983] 2006) sobre os efeitos de sentido, a estrutura e o acontecimento de um enunciado produzido pelo espetáculo midiático. Pêcheux percebe a transformação dos efeitos de sentido operada pela mídia em torno da repetição do enunciado *on a gagné*, e a sua estabilização, durante a comemoração da vitória de François Mitterrand, na eleição presidencial francesa de 1981. A mídia construiu em cima de *on a gagné* uma ‘univocidade lógica’ em torno do resultado da eleição política, fazendo com que esse enunciado profundamente opaco, em sua materialidade linguística se tornasse uma proposição estabilizada, uma “verdade” espetacular.

As relações entre a mídia e o espetáculo podem ser observadas do interior do campo de enunciados que dialogam em uma sociedade; do interior desse campo que para Foucault, 2007, não é um conjunto de plagas inertes, escondido por momentos fecundos, mas um domínio inteiramente ativo, de lutas, de batalhas entre diferentes posições discursivas. Por serem produtos de práticas sociais historicamente determinadas, as maneiras de se utilizarem as possibilidades do discurso são reguladas, regulamentadas: não se pode, absolutamente, falar de uma coisa qualquer num lugar e tempo qualquer.

Nesse sentido, o espetáculo político não surge por geração espontânea, o discurso político que é veiculado pela mídia parte de posicionamentos dados em uma conjuntura sócio-histórica e estão filiados à FDs que determinam o que pode e deve ser dito pelos sujeitos do discurso. (PÊCHEUX, [1975] 1988). O mesmo posso dizer do discurso dos objetos cartuns integrantes do arquivo sobre o processo eleitoral brasileiro contemporâneo e alguns de seus componentes que se repetem e são parafraseados: os traços dos desenhos e a materialidade do verbal empregados para representar o Ei e o Ev. O processo eleitoral – com a campanha na TV, os políticos e os eleitores – não surge do vazio, está filiado a uma rede de memória e a determinada FD que permite certos simbolismos e exclui outros.

No que concerne ao trabalho com imagens, Debord (1991) explica que o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por

imagens. O espetáculo não pode ser compreendido como o abuso de um mundo da visão, o produto das técnicas de difusão massiva de imagens. Ele é bem mais uma *Weltanschauung*⁷² tornada efetiva, materialmente traduzida. É uma visão do mundo que se objetivou. O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Mesmo que o discurso não seja constituído pela materialidade verbal, se apenas outras materialidades constituírem o discurso como, por exemplo, a imagética, é possível investigar os mecanismos discursivos da formulação dos efeitos de sentido. Isso é possível porque a imagem trabalhada no Ei é “capaz de manter a memória além do grupo em que ela está presente”. (DAVALLON, 1999, p. 29). Em vista disso, vejo o discurso dos cartuns integrantes deste estudo – por meio da trama do Ei e do Ev – como um gesto político que materializa em seu gesto de leitura as relações de força da sociedade em sua arte: é uma posição que se apresenta, em alguns casos, como interpretando a legislação eleitoral de outro lugar que não é coincidente plenamente com o lugar ocupado pela fs-e. E, por isso, a importância de questionar de quais lugares da rede do interdiscurso emanam as sequências discursivas integrantes do Ei e do Ev que interpretam o eleitor, o político e a campanha eleitoral na TV como integrantes de um acontecimento espetacular.

Lá onde o mundo real se converte em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência para *fazer ver* por diferentes mediações especializadas o mundo que já não é diretamente apreensível, encontra normalmente na vista o sentido humano privilegiado que noutras épocas foi o tacto; o sentido mais abstrato, e o mais mistificável, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. *Mas o espetáculo não é identificável ao simples olhar, mesmo combinado com o ouvido. Ele é o que escapa à atividade dos homens, à reconsideração e à correção da sua obra. É o contrário do diálogo*⁷³. Em toda a parte onde há *representação* independente, o espetáculo reconstitui-se. (DEBORD, 1991, p. 18).

Vejo o espetáculo descrito por Debord relacionado com as CP do discurso sobre o processo eleitoral brasileiro contemporâneo presente nos cartuns do arquivo. O que destaco na citação, e o que me interessa, é que o espetáculo escapa e não é apreensível, mas significa. Porque há uma voz que (re)produz o efeito de senso comum que, naturalizada, diz, repete e regula sobre como é o processo eleitoral, como é a campanha política eleitoral, como são os políticos e como é o eleitor. E, ao mesmo tempo também, nas

⁷² Visão de mundo.

⁷³ Grifo meu.

unidades do *arquivo*, existem outras vozes que emergem, escapam e são atravessadas por outras determinações históricas, mesmo havendo um apelo à reprodução, conforme as palavras a seguir de Althusser, isso é possível porque relações de forças estão sendo travadas.

O aparelho político submetendo os indivíduos à ideologia política de Estado, a ideologia “democrática” [...] O Aparelho da informação empanturrando, por meio da Imprensa escrita, Rádio e Televisão, todos os “cidadãos” com dose cotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc. [...] Ora, é pela aprendizagem do que se reduz, no final das contas, a alguns *savoir-faire* definidos, revestidos pela inculcação maciça da ideologia da classe dominante que são, por excelência, reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista [...]. (ALTHUSSER, 2008, p.167–169).

Além de o espetáculo da imagem das campanhas políticas, transmitidas pelas emissoras de televisão, relacionar-se com as condições de produção e de reprodução da ideologia dominante sobre o que é, e como deve ser, o processo político eleitoral brasileiro, encontro, pela memória discursiva que é trabalhada do interdiscurso, pelos gestos de leitura que ressoam nos objetos de análise, as condições para questionar a legislação eleitoral vigente em 2012. Nesse sentido, a imagem do espetacular, trabalhada pelo gesto de leitura das unidades do arquivo, pode funcionar como forma de resistência aos domínios da memória metálica que é inculcada à grande massa pelos programas eleitorais gratuitos amparados pela Lei eleitoral. É nessa direção que investigo os efeitos de sentido, as derivas e os deslizamentos os efeitos metafóricos sobre: a campanha e o horário eleitoral, o candidato político e o eleitor; e como são associados ao espetáculo político.

Então, pelo entrecruzamento de memórias, discursos e posições, passo a analisar as unidades do arquivo que aproximam o processo eleitoral brasileiro contemporâneo a espetáculos de teatro, de lutas, de circo.

6.5 PREPARANDO AS ANÁLISES

A arte do objeto cartum, resultante da trama entre as linhas imagéticas e as linhas verbais, é considerada – neste estudo – como um *todo discursivo* que encerra uma mediação necessária entre o homem e a realidade social. Nesse sentido, não considero as materialidades – imagética e verbal – que compõem cada cartum do arquivo como transparentes, mas como objetos simbólicos, dotados de historicidade. Em vista disso, para proceder às análises dos cartuns do arquivo, apesar de haver o efeito de completude da

materialidade significativa de cada cartum, recorto sequências discursivas a partir de dois eixos: o eixo imagético (Ei) e o eixo verbal (Ev).

É preciso desfazer o tecido e investigar como é constituído cada fio da trama e como são estabelecidos os nós desse tecido. Por isso, proponho fazer os recortes para as análises a partir de dois tipos de sequências discursivas (SDs): sequência discursiva imagética (SDi) e sequência discursiva verbal (SDv).

As SDi são agrupadas e analisadas a partir da presença de elementos – que se repetem na organização da sintaxe visual do Eixo imagético (Ei) dos cartuns – os quais podem ser: o desenho de personagens, os detalhes do cenário, o exagero de determinadas formas ou a combinação de cores. As SDv são analisadas a partir da observação de elementos presentes na ordenação sintática de cada cartum pelo Ev – os quais funcionam como mecanismos sintáticos capazes de organizar o dito verbalmente e administrar os efeitos de sentido – tais como: a presença de determinados itens lexicais e sua função sintática, a pontuação etc.

O critério usado para estabelecer cada recorte é a observação de uma regularidade, uma repetibilidade, nas unidades de análise. Assim, a regularidade e a repetição, como efeito discursivo parafrástico, são critérios para a organização das SDs. Mas, os efeitos de sentido dos dois eixos, Ei e Ev, também podem apontar para direções diferentes, para a polissemia. Todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos.

Com isso, entendo que as relações parafrásticas permitem apreender, em especial, a filiação de sentidos que constitui o discurso e se há deslizamentos e/ou deslocamentos de sentidos no processo discursivo. Também é possível observar a dimensão imaginária do sujeito enunciador com relação ao lugar social no qual esse sujeito se inscreve de acordo com cada retomada e retorno do mesmo.

Assim, como primeiro posicionamento de análise, apresento os cartuns que em sua formulação apresentam alguns dos componentes do processo político eleitoral brasileiro de 2012 como espetacular.

6.5.1 Apresentando o *corpus* analítico

Os cartuns que investigo como é feita a inscrição dos efeitos de sentido sobre o processo eleitoral contemporâneo são os seguintes:



Figura 3: Cartum 1 (C 1)⁷⁴



Figura 4: Cartum 2 (C 2)⁷⁵

⁷⁴ Cartum formulado por Duke para o *SuperNotícia.com.br*. Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br>. Acesso em: 22 ago.2012.

⁷⁵ Cartum formulado por Duke para o jornal *O Tempo* (MG). Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br>. Acesso em: 24 ago. 2012.

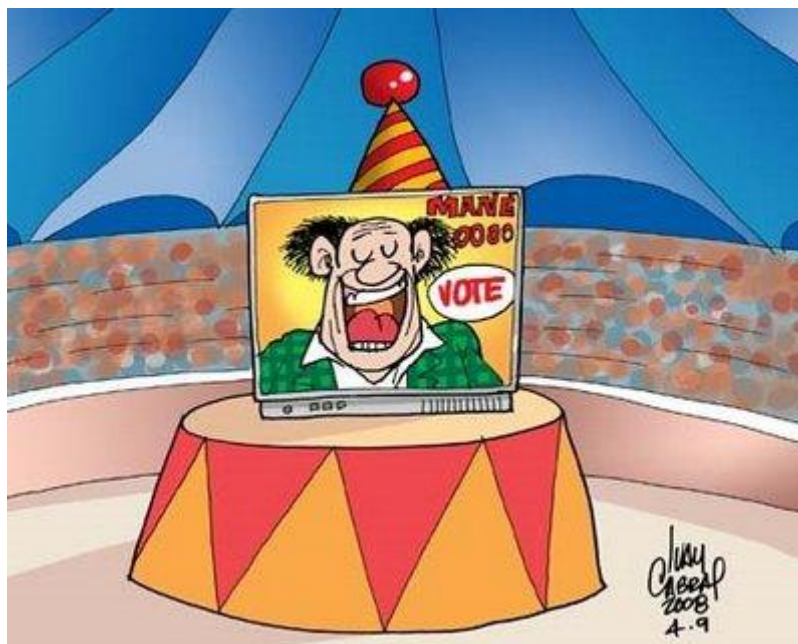


Figura 5: Cartum 3 (C 3)⁷⁶



Figura 6: Cartum 4 (C 4)⁷⁷

⁷⁶ Cartum formulado por Ivan Cabral. Disponível em: <http://www.ivancabral.com/>. Acesso em: 22 ago. 2012.

⁷⁷ Cartum formulado por Bruno para o jornal *Vale Paraibano* (SP). Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br>. Acesso em: 03 ago. 2012.



Figura 7: Cartum 5 (C 5)⁷⁸



Figura 8: Cartum 6 (C 6)⁷⁹

⁷⁸ Cartum formulado por Cazo feito para o *Comércio do Jahu* (SP). Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br>. Acesso em: 22 ago.2012

⁷⁹ Cartum formulado por Fausto para o *Jornal Olho Vivo*. Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br>. Acesso em: 24 ago. 2012.



Figura 9: Cartum 7 (C 7)⁸⁰



Figura 10: Cartum 8 (C 8)⁸¹

⁸⁰ Cartum formulado por Pater para o jornal *A Tribuna* (ES). Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2012.

⁸¹ Cartum formulado por Amorim para o jornal *Correio do Povo* (RS). Disponível em: <http://www.chargeonline.com.br>. Acesso em: 29 ago. 2012.



Figura 11: Cartum 9 (C 9)⁸²

6.6 AS ANÁLISES

O trabalho de análise dos cartuns do arquivo é feito a partir de três recortes temáticos: 1º *A campanha e o horário eleitoral*, 2º *O candidato político* e 3º *O eleitor*. Para as análises, busco o entrecruzamento de memórias, discursos e posições político-ideológicas nas Sequências Discursivas imagéticas e verbais (SDis e SDvs) dos cartuns.

6.6.1 Gestos de leitura sobre a campanha e o horário eleitoral

O objetivo destas análises é investigar como a campanha e o horário eleitoral gratuito na televisão são inscritos nos gestos de leitura dos cartuns com relação a alguns excertos de Artigos da Lei das Eleições de 1997 e das Normas e Documentações que regulam as eleições de 2012.

Excertos de Leis 1 (EL-1)

Art. 34. As emissoras de rádio, inclusive as rádios comunitárias, as emissoras de televisão que operam em VHF e UHF e os canais de televisão por assinatura sob a responsabilidade das Câmaras Municipais reservarão, no período de 21 de agosto a 4 de outubro de 2012, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita (...) (BRASIL,

⁸² Cartum formulado por DaCosta para o *site Charge Online*. Disponível em: <<http://www.chargeonline.com.br>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

2012).

Art. 44. A propaganda eleitoral no rádio e na televisão restringe-se ao horário gratuito definido nesta Lei, vedada a veiculação de propaganda paga.

Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo.

§ 1º A propaganda será feita:

- a) das sete horas às sete horas e trinta minutos e das doze horas às doze horas e trinta minutos, no rádio;
- b) das treze horas às treze horas e trinta minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte e uma horas, na televisão;

§ 2º Os horários reservados à propaganda de cada eleição, nos termos do § 1º, serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato, observados os seguintes critérios:

I – 2/3 (dois terços) distribuídos proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram;

II – do restante, 1/3 (um terço) distribuído igualmente e 2/3 (dois terços) proporcionalmente ao número de representantes eleitos no pleito imediatamente anterior para a Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram. (BRASIL, 1997).

Os EL-1 apresentam as regras atuais que estabelecem o período e as condições para a transmissão nas redes de televisão da propaganda eleitoral gratuita obrigatória dos partidos e dos candidatos ao pleito. É com relação à fs-e a qual regula os saberes da FD-E que passo a analisar as SDis e SDvs dos cartuns e a observar como o sujeito do discurso se inscreve e qual posição-sujeito ocupa com relação a esses saberes.

Com relação aos Ei e Ev dos cartuns recortados para integrar esse grupo temático, é possível verificar que há alguns elementos da sintaxe imagética e verbal, como teatro ou arena, personagens centrais e público, que acionam de uma região do interdiscurso uma memória que associa a campanha política e o horário eleitoral a espetáculo. No entanto, essa memória que recorta do interdiscurso saberes sobre eleição e espetáculo constitui efeitos de sentido outros a cada repetição, a cada paráfrase discursiva.

SDi 1 do C 1:**SDi 2 do C 1:**

Na SDi 1 do C 1 a campanha eleitoral aparece inscrita como fazendo parte de um espetáculo, pela presença do personagem central vestido de terno azul marinho e gravata preta, pelo colorido das cortinas vermelhas do teatro e pelo palco bem iluminado com vários holofotes. O cerimonialista, elegantemente vestido e de braços abertos, anuncia ao público o esperado espetáculo:

SDv 1 do C 1: *Vai começar a campanha eleitoral!*

A campanha eleitoral é o foco do espetáculo. O público que aguarda o espetáculo campanha eleitoral é inscrito na SDi 2 do C 1 por suas linhas e contornos amorfos como um componente passivo do espetáculo campanha eleitoral:

SDv 2 do C 1: *Respeitável público, solicitamos que tomem assento em seus lugares, desliguem seus telefones celulares ou deixem em modo silencioso.*

O público deve assistir ao espetáculo sem interromper como é costume nos espetáculos tradicionais de teatro.

Então, no C 1, o entrelaçamento dos eixos verbal e imagético apontam para a mesma direção quanto à inscrição dos efeitos de sentido. Ou seja, apresentam uma crítica cáustica ao processo eleitoral democrático brasileiro que é interpretado como um espetáculo, contraindificando-se com a fs-e que regula os saberes da FD-E. Ao inscrever a campanha política como fazendo parte de um espetáculo, em que a população que assiste não tem voz, o sujeito do discurso surpreende ao revelar outra forma de interpretar o processo eleitoral que não é coincidente com a fs-e da FD-E. Assim, o C 1 expressa corrosivamente um efeito de humor que pode ser interpretado como uma paródia do processo eleitoral democrático contemporâneo.

SDi 1 do C 2:



SDi 2 do C 2:



Nas SDis 1 e 2 do C 2, também há uma retomada da campanha política como espetáculo. O palco iluminado, ocupado por um personagem central de terno e gravata e um público que assiste ao espetáculo, constitui uma paráfrase do C 1. No entanto, o personagem que se repete ocupa outro lugar que não é o de um cerimonialista que solicita a atenção do público para a campanha política que vai começar, mas do político que distrai a plateia com suas promessas:

SDv 1 do C 2: *Se eleito for, eu prometo...*

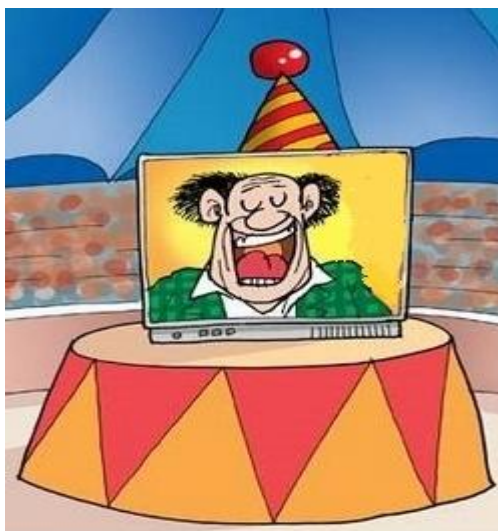
A promessa do candidato em campanha, simbolizada pelas reticências, é inscrita como piada, anedota que faz parte de um espetáculo de *stand-up* comédia.

SDv 2 do C 2: *STAND-UP COMÉDIA*

E o público (que aparecia amorfo em C 1) aqui aparece com os mesmos traços do apresentador e ri do teor da fala do apresentador, como mostrado na SDi 2 do C 2.

Assim, embora encontremos uma relação parafrástica entre os C 1 e C 2, há também certa polissemia, pois no C 2 o espetáculo eleitoral deslizou para um espetáculo de comédia. A cena do palco com o personagem que representa um candidato político fazendo um *show stand-up*, remete às CP das campanhas eleitorais em que candidatos ao pleito se mostram fazendo promessas absurdas e risíveis. A campanha eleitoral desliza e, por efeito metafórico, uma substituição contextual, passa a ser: comédia, piada.

A metáfora do *show stand-up* eleitoral também pode ser interpretada como uma paródia da norma que regula a campanha. A campanha eleitoral, o sujeito do discurso do C 2 inscreve sua crítica e seu desagrado com a legislação eleitoral. No C 2, o entrelaçamento do verbal e do imagético juntos apontam para efeitos de sentido que vão na mesma direção. O C 2 expõe um efeito de humor profanador que traduz a posição de um sujeito de discurso que se contraidentifica com a fs-e da FD-E. Em meio ao riso, em meio ao efeito de humor, posições sérias são postas na arte do cartum, constituindo uma paródia da campanha eleitoral.

SDi 1 do C 3:

A SDi 1 do C 3 também retoma os elementos do espetáculo presentes nos C 1 e C 2, mas o retorno dos elementos palco, personagem central e público deriva para um outro espetáculo e inscreve a campanha política em outro espaço: no horário eleitoral na TV. A campanha na TV está inscrita como integrante de um espetáculo circense. O palco se repete, mas desliza da organização das peças ensaiadas dos teatros para os espetáculos que permitem o improviso como os *shows* de picadeiro. Convém lembrar que o circo, no século XVIII, passa a ser considerado um espaço propício à bagunça onde ocorria a ruptura de comportamentos civilizados (DUARTE, 1995).

No picadeiro da SDi 1 do C3, o tablado circular sustenta o personagem principal: o aparelho de TV com a projeção da imagem de um candidato político pedindo voto:

SDv 1 do C 3: *Mané 0080 VOTE.*

A campanha no horário eleitoral na TV é o espetáculo circense. A sobreposição da imagem de um chapéu de palhaço na TV cria a ilusão de que o candidato que pede votos na TV ocupa o lugar de palhaço, enquanto um público amorfo assiste ao espetáculo: campanha no horário eleitoral. A *doxa*, glória e fama, de quem se mostra no espetáculo se perde, dá lugar ao circo e por efeito metafórico à palhaçada.

O posicionamento crítico presente na arte gráfica do C 3 é resultante de um processo que repete elementos dos C 1 e C 2, mas deriva para um outro lugar, que instaura o diferente. Da encenação artística e glamourosa do teatro até o espaço propício à bagunça onde ocorre a ruptura de comportamentos civilizados é como a campanha no horário

eleitoral passa a ser inscrita. Como em um espelho deformante, o sujeito do discurso inscreve o horário eleitoral na TV como fazendo parte de uma cena ridícula. A TV com chapéu de palhaço no picadeiro, pode ser interpretada como um trocadilho imagético, uma paráfrase discursiva que desliza para uma crítica parodística do atual processo eleitoral. O C 3 também inscreve um sujeito do discurso contraidentificado com a fs-e da FD-E.

As SDis 1 e 2 do C 4 também trabalham a memória do espetacular e fazem a retomada de alguns elementos imagéticos presentes nos C 1, C 2 e C 3: o grande palco, os personagens que ocupam o palco central e o público que assiste ao espetáculo.

SDi 1 do C 4:



SDi 2 do C 4:



Porém o espetáculo desliza, o palco passa a ser um ringue de boxe e o personagem central não é apenas um, mas dois. A campanha eleitoral não é mais nem um espetáculo glamouroso de teatro, nem um espetáculo de comédia stand-up, nem um espetáculo circense. A campanha eleitoral passa a ser o espetáculo proporcionado pelo horário

eleitoral. Essa nova retomada, faz com que a campanha deslize para um palco de lutas, que é como o horário eleitoral gratuito na TV é aqui interpretado. O personagem que ocupava o centro nas SDi dos C 1, C 2 e C 3 não é mais representado por um homem de terno e gravata – mesmo que seja só uma projeção como no C 3 – mas por dois aparelhos de TVs que estão no meio do ringue de boxe e simbolizam as disputas que ocorrem entre partidos e políticos durante a campanha no horário eleitoral. O palco também desliza e passa a ser uma arena de lutas montada sobre uma urna eletrônica.

A SDi 1 do C 4 mostra a imagem de dois aparelhos de TVs dispostos frente a frente, como dois desportistas em combate. O público é retomado, mas não se identifica com os saberes acionados nos C 1, C 2 ou C 3: não ocupa silenciosamente o seu lugar ou ri das promessas de campanha dos políticos; o público (SDi 2 do C4) é observador do regramento eleitoral atual que determina a aparição dos candidatos no horário eleitoral da TV (EL-1)

SDv 1 do C 4: *Quais são as regras? Vence quem tiver mais tempo!*

Daí, o palco de lutas do espetáculo ser injusto, conforme a inscrição grafada no palco:

SDv 2 do C 4: *injustiça eleitoral.*

O recorte de memória que ressoa do interdiscurso são saberes sobre o que diz a Lei eleitoral atual com relação às regras de aparição na TV e o tempo de exposição dos partidos e candidatos (EL-1). Essa região do interdiscurso faz ressoar saberes de outras regiões do interdiscurso que reativam a memória de que nem todos os partidos e candidatos podem expor a sua doxa na TV em igual intervalo de tempo. Apenas os partidos que já têm representantes na Câmara recebem mais tempo para aparecer na TV e apresentar as suas propostas. Então, pelas atuais regras eleitorais, a campanha eleitoral na TV não é igualitária e justa já que não proporciona o mesmo tempo de exposição a todos os partidos e candidatos, portanto, é um espetáculo, uma encenação para garantir a *doxa* dos que já estão no poder. Posso inferir que o efeito de humor no C 4 revela a tensão e manifesta a luta ideológica entre os partidos políticos que mostram a sua doxa na TV. No C 4, o sujeito do discurso se inscreve ocupando uma posição contraidentificada com os saberes da fs-e da FD-E.

A percepção de que o horário eleitoral na TV está inscrito como um espetáculo também é trabalhada pelo eixo verbal nos C 1, C 5, C 6 e C 7. O sujeito do discurso inscreve a campanha no horário eleitoral da TV como um espetáculo o qual interpela o público a assistir a obra que começa: o horário eleitoral. A regularidade da presença do verbo *começar* nas SDvs dos cartuns (C 1, C 5, C 6 e C 7) administra os efeitos de sentido para que as SDvs sejam lidas como um espetáculo que é esperado: o espetáculo eleitoral que teve/tem/terá início.

SDv 2 do C 1: Vai *começar* a campanha eleitoral!

SDv 1 do C 5: *COMEÇOU* O HORÁRIO ELEITORAL NA TV...

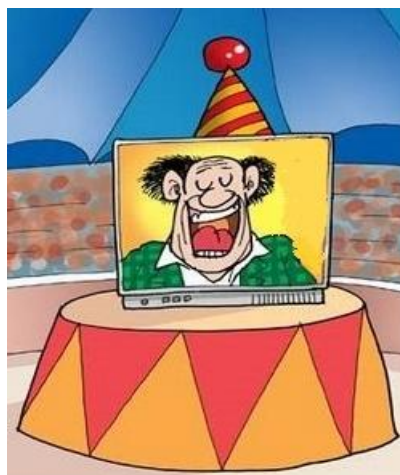
SDv 1 do C 6: *COMEÇA* O HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO:

SDv 1 do C 7: *Começa* hoje ...

A legislação determina que no período de 21 de agosto a 4 de outubro de 2012 seja exibida em rede a programação eleitoral nas TVs. No entanto, o horário eleitoral na TV só é obrigatório para as concessionárias de TV que operam em VHF e UHF.

A interpretação do horário eleitoral pelos gestos de leitura dos C 3, C 5 e C 7 como um espetáculo circense é marcada também pelas regularidades do Ei.

SDi 1 do C 3:



SDi 1 do C 5:**SDi 1 do C7:**

Nas SDIs desses cartuns, o colorido do circo é constante: é a lona de circo que abriga o picadeiro com a TV ao centro na SDi 1 do C 3; é o colorido do circo projetado pela TV na SDi 1 do C 5; é a capa colorida no estilo circo que cobre a TV na SDi 1 do C 7. A lona colorida é a marca regular que recorta do interdiscurso a memória do circo e por efeito metafórico transfere os efeitos de sentido: de programa eleitoral gratuito a espetáculo circense, uma imagem por outra. Por isso, é possível interpretar o gesto de leitura dos C 3, C 5 e C 7 como inscrevendo o horário eleitoral obrigatório gratuito na TV como um espetáculo que não é sério.

Mesmo que as autoridades eleitorais (TSE) apresentem a campanha política na TV como necessária à população para esclarecer sobre as propostas dos partidos e dos candidatos, o que fica da interpretação apresentada pelos cartunistas é que é uma grande encenação, um espetáculo. Os eleitores que mantêm o hábito de ver televisão podem resistir à imposição da campanha televisiva fazendo assinaturas de TV a cabo, e assistir a outras programações, ou simplesmente desligar a TV e realizar outras atividades. Esse efeito de sentido é evidenciado no recorte a seguir:

SDv 2 do C 7: *Alô, é da TV a cabo? Quanto custa para assinar uns canais de filmes até o dia 4 de outubro?*

O sujeito do discurso do C 7 constitui-se ocupando uma posição que resiste aos saberes identificados com a fs-e da FD-E. Os dizeres da SDv 2 do C 7 confrontam-se com os saberes da FD-E o qual determina a obrigatoriedade de exibição – em rede pelos canais abertos de TV – da propaganda política no horário eleitoral. O C 7 também recorta do interdiscurso a memória do circo.

SDi 1 do C 7:



Então, pela trama dos eixos imagético e verbal é possível inferir que o sujeito do discurso do C 7 resiste a ter de identificar-se com o que diz os EL-1 da FD-E e a tomar parte no espetáculo o qual é metaforizado como uma palhaçada. O sujeito do discurso do C 7 ocupa uma posição contraidentificada com a FD-E e aponta qual é a solução para resistir: pagar por filmes da TV por assinatura até a data de término do horário eleitoral obrigatório. A data 4 de outubro é o prazo limite para que as emissoras de TV transmitam os programas

eleitorais no primeiro turno de 2012. Os canais de TV a cabo não estão subordinados à Lei eleitoral, portanto não são obrigados a transmitir a propaganda eleitoral gratuita de candidatos e partidos, logo aparecem como opção para quem pode pagar por outra programação que não a imposta pela Lei. A enunciação do personagem marca uma posição do sujeito de discurso contraidentificada com a forma-sujeito eleitoral da FD-E.

A inscrição da campanha eleitoral como um espetáculo, uma encenação, pelo sujeito do discurso dos C 1, C 2, C 3, C 4, C 5, C 6 e C 7 é feita de uma posição que satiriza a legislação eleitoral, e, portanto, se contraidentifica com a forma-sujeito reguladora da FD-E. Brincando, o sujeito do discurso manifesta uma crítica à fs-e a qual regula os saberes da FD-E. O efeito de humor dos cartuns sobre a campanha e o horário eleitoral joga com saberes pertencentes a FD-E e manifesta-se pela crítica em tom de sátira. Por isso mesmo, o efeito de humor surge como tomada de posição. Essa posição rebelde surpreende por questionar a fs-e organizadora dos saberes da FD-E, já que não é esperado, previsível. Assim, o efeito de humor em tom de crítica marca a heterogeneidade do discurso e da própria FD-E. Então, parodiar a campanha eleitoral e o horário eleitoral na TV como um espetáculo, além de inscrever esse novo efeito de sentido para o processo eleitoral, também trabalha a formulação de diferentes imaginários sobre o que é a política eleitoral brasileira contemporânea.

6.6.2 Gestos de leitura sobre o candidato político

O objetivo destas análises é investigar como o *candidato político* enquanto componente do processo eleitoral brasileiro está inscrito nos gestos de leitura do *corpus* discursivo. Ou seja, que efeitos de sentido são atribuídos ao componente candidato político no discurso das unidades de análise? Que memórias são acionadas nos gestos de leitura dos cartuns quanto ao candidato político? De qual posição o sujeito do discurso interpreta a legislação que regulamenta o processo eleitoral brasileiro contemporâneo no que concerne à participação do cidadão como candidato político? Como os cartuns inscrevem a sua discursividade, a partir de sua relação com a memória que ressoa das Constituições Brasileiras que normatizaram o pleito?

A partir do entrecruzamento de memórias, do sempre já lá, que se constituem como efeitos de sentido latentes prontos a retornar do interdiscurso, apresento excertos extraídos de Constituições Brasileiras.

Excertos de Leis 2 (EL-2)

CONSTITUIÇÃO, 1824

Art. 45. IV. Que tenha de *rendimento annual* por bens, industria, commercio, ou Empregos, *a somma de oitocentos mil réis*⁸³ (sic).

Art. 75. (...) probidade, e *decente subsistencia* são as qualidades necessarias para ser Membro destes Conselhos⁸⁴ (sic).

CONSTITUIÇÃO, 1891

Art. 70. São eleitores os cidadãos⁸⁵ maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) *os mendigos*; 2º) *os analfabetos*; 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - *São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.*

CONSTITUIÇÃO, 1934

Art. 24. *São elegíveis* para a Câmara dos Deputados os brasileiros natos, *alistados eleitores* e maiores de 25 anos; os representantes das profissões deverão, ainda, pertencer a uma associação compreendida na classe e grupo que os elegerem.

Art. 108. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei. Parágrafo único - *Não se podem alistar eleitores*: a) *os que não saibam ler e escrever*; c) *os mendigos*;

Art. 112. *São inelegíveis*: d) os que não estiverem alistados eleitores;

CONSTITUIÇÃO, 1937

Art. 27. O Prefeito será de livre nomeação do Governador do Estado.

Art. 51. *Só podem ser eleitos* representantes dos Estados *os brasileiros natos* maiores de trinta e cinco anos, *alistados eleitores e que hajam exercido, por espaço nunca menor de quatro anos*, cargo de governo na União ou nos Estados.

Art. 52. A nomeação feita pelo Presidente da República só pode recair em brasileiro nato, maior de trinta e cinco anos e que se haja distinguido por sua atividade em algum dos ramos da produção ou da cultura nacional.

Art.117. São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de dezoito anos, que se alistarem na forma da lei. Parágrafo único - *Não podem alistar-se eleitores*: a) *os analfabetos*; c) *os mendigos*;

Art. 121. *São inelegíveis os inalistáveis*, (...)

CONSTITUIÇÃO, 1946

Art. 80. São condições de elegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República:

I - ser brasileiro (art. 129, nº^s I e II); II - estar no exercício dos direitos políticos; III - ser maior de trinta e cinco anos.

Art.132. Não podem alistar-se eleitores: I - *os analfabetos*; II - *os que não saibam exprimir-se na língua nacional*; III - os que estejam privados, temporária ou

⁸³ Este artigo trata das condições necessárias para ser candidato ao cargo de Senador.

⁸⁴ Este artigo trata das condições necessárias para ser candidato ao cargo de Conselheiro Geral de Província.

⁸⁵ Somente são considerados cidadãos eleitores os nascidos do sexo masculino.

definitivamente, dos direitos políticos.

Parágrafo único - Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

Art.138. *São inelegíveis os inalistáveis* e os mencionados no parágrafo único do art. 132.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art.19. *São elegíveis* para cargos de representação popular, salvo os de Presidente e Vice-Presidente da República e o de Governador, os que, tendo adquirido a nacionalidade brasileira na vigência de Constituições anteriores, hajam exercido qualquer mandato eletivo.

CONSTITUIÇÃO, 1967

Art. 41. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos por voto direto e secreto, em cada Estado e Território.

Art. 140. São, brasileiros: I – natos: II- naturalizados: § 1º - São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro de Estado, Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Federal de Recursos, Senador, Deputado Federal, Governador e Vice-Governador de Estado e de Território de seus substitutos.

Art. 142. São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos, alistados na forma da lei.

§ 3º - Não podem alistar-se eleitores:

a) *os analfabetos;*

b) *os que não saibam exprimir-se na língua nacional;*

c) os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Art. 145. *São inelegíveis os inalistáveis.*

EMENDA CONSTITUCIONAL, 1969

Art. 150. *São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.*

CONSTITUIÇÃO, 1988

Art. 14. § 3º – São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I – a nacionalidade brasileira;

§ 4º – *São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.*

É com relação aos EL-2 que passo a observar o que é rememorado e atualizados em cada cartum. Também busco, com cada análise, identificar a posição que o sujeito do discurso ocupa com relação a esses saberes. Os EL-2 apresentam o memorável com relação às condições para que um cidadão pudesse ser candidato, ser representante político do povo brasileiro, e o que determina a Constituição atual.

Algumas Constituições que o Brasil teve apresentam o político não como um representante eleito pelo povo e, sim, como alguém indicado pelo presidente ou governador para exercer uma função política. Essas regras, apesar não vigorarem atualmente, nortearam a política eleitoral do Brasil por muitos anos e no seu estado de latência podem estar sempre prestes a ressurgir e a se contrapor com a atual legislação

De acordo com a atual Constituição, qualquer cidadão de nacionalidade brasileira alfabetizado e no pleno exercício dos direitos políticos pode se candidatar a qualquer cargo político⁸⁶ independentemente do seu gênero, seu grau de instrução ou de seus rendimentos. Mas como os sujeitos dos discursos dos cartuns se posicionam com relação a esses saberes?

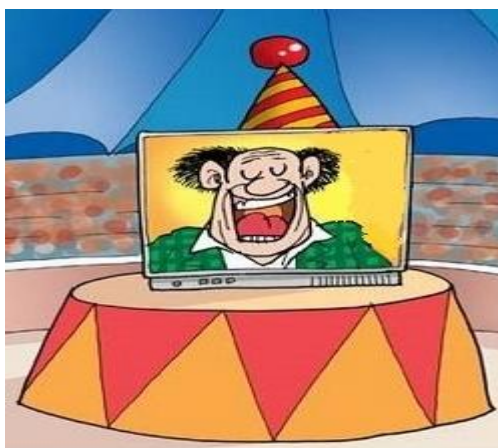
O C 3 registra o pedido de voto do candidato em sua própria enunciação pela imagem representativa de um homem candidato político em campanha na TV:

SDv 1 do C 3: *Mané 0080 VOTE.*

Que memória o item lexical *Mané* recorta do interdiscurso? Entre tantos substantivos próprios que poderiam designar o nome do cidadão comum do povo que aspira a um cargo político – como José, João, Antônio, Francisco, Manuel etc. –, o item lexical apresentado pelo sujeito do discurso do C 3 para designar o candidato foi Mané. O item lexical *Mané* aciona pela memória um apelido, popular e, geralmente, pejorativo do nome Manuel. Segundo os lexicógrafos Houaiss e Villar (2001, p. 1833), o termo *Mané*, no Brasil, é considerado um substantivo masculino, pejorativo e informal que se refere a: “1. indivíduo sem capacidade, pouco inteligente, bobo, paspalhão, tolo. 2. Indivíduo que não se apura no que faz; desleixado, displicente.” Em vista disso, que efeitos de sentido essa designação, *Mané*, atualiza?

A citação do léxico *Mané* aponta, pelo acionamento da memória, que os representantes do povo, os candidatos políticos não são os representantes das classes populares (o que está presente já na primeira Constituição do país).

SDi 1 do C 3:



⁸⁶ Desde que se enquadre na norma e tenha a idade mínima para o cargo pretendido.

No Ei do C 3, o candidato político é inscrito no picadeiro de um circo. O picadeiro é ocupado por uma TV com a imagem do candidato do sexo masculino que pede voto. Para compor o cenário, um cone colorido, no estilo chapéu de palhaço, está sobreposto à TV, o que caracteriza o candidato político como um paspalho, um tolo, um palhaço. A lona do circo e o público na plateia completam o cenário do espetáculo popular. O entrelaçamento dos eixos verbal e imagético contribui para produzir os efeitos de sentido que são trabalhados pela memória recortada do interdiscurso. O Mané pouco instruído do Ev é parafraseado pelo Ei como um palhaço.

Essa deriva de sentido, trabalhada pelo efeito metafórico – um candidato Mané por um palhaço – inscreve não somente o lugar do candidato político como também a posição do sujeito do discurso. O sujeito do discurso inscreve o candidato político – oriundo das classes populares – como um palhaço. Esse tipo de inscrição revela uma posição-sujeito contraidentificada com a fs-e da FD-E, a qual, pela Constituição atual, é democrática e permite o acesso à política de todos os cidadãos elegíveis – homens e mulheres – mesmo os que não têm instrução qualificada ou posses. Essa é uma posição preconceituosa com relação às classes menos favorecidas de nossa sociedade⁸⁷. É uma posição que faz ressoar determinações de outras Constituições Brasileiras que só permitiam aos cidadãos do sexo masculino, pertencentes à elite econômica do país, candidatar-se como político.

Há bases históricas fundadoras que permitem o gesto de leitura de que o candidato político deveria ser alguém que tem conhecimento e boa condição financeira. Os eixos verbal e imagético do C 3 trabalham os sentidos na mesma direção. Um eixo parafraseia o outro, assim, intensificando a posição discursiva ocupada pela posição de sujeito contraidentificada com a fs-e da FD-E. Ou seja, a legislação atual permite a candidatura de todos os cidadãos, mas esses cidadãos não ocupam uma posição de candidato político, eles ocupam uma posição de palhaço, no centro do picadeiro, no espetáculo eleitoral. O candidato inscrito como Mané e palhaço constitui uma paródia ofensiva ao cidadão do povo que é candidato e contraidentifica-se com os saberes contemporâneos da FD-E.

⁸⁷ A título de exemplificação, cito a candidatura e a eleição, em 2010, do palhaço Tiririca o qual foi eleito com milhares de votos mas, em face das desconfianças quanto à sua alfabetização e por este não possuir registros de sua passagem pelo sistema escolar oficial, teve de submeter-se a testes para provar que era alfabetizado e, só então, ser diplomado Deputado Federal. A cada eleição são centenas de candidatos pouco escolarizados e de baixa renda que querem ser representantes das classes mais humildes do povo brasileiro.

O C 8, também, de certa forma, recorta do interdiscurso o memorável sobre como deveriam ser os candidatos políticos e atualiza uma memória do circo de horrores e dos personagens curiosos que eram expostos para o público⁸⁸ nos espetáculos circenses da Idade Média. A materialidade do imagético e do verbal trabalham juntas para a construção dos efeitos de sentido nessa direção. Com relação à materialidade do verbal presente na SDv 1 do C 8 é possível observar que alguns candidatos políticos são designados como *bizarros* na legenda título do cartum:

SDv 1 do C 8: CANDIDATOS BIZARROS...

O item lexical *bizarro*, de acordo com o dicionário Houaiss (2001, p. 465) existe desde 1541, é um adjetivo que atualmente caracteriza informalmente o: “7 *infrm.* que é esquisito, estranho, excêntrico.” As reticências são completadas pela enunciação da fala do personagem que assiste à imagem do candidato político projetada pela TV que é expressa na SDv 2 do C 8:

SDv 2 do C 8: De onde aparecem essas figuras???

A designação dos candidatos pelo item lexical *figuras* inscreve o político pejorativamente. Segundo Houaiss e Villar (2001), *figura* é um substantivo feminino: “9 pej. fisionomia de uma pessoa” (HOUAISS;VILLAR, 2001, p.1339). Os itens lexicais *bizarros* e *figuras* juntos funcionam como qualificativos de alguns candidatos, não todos, como esquisitos.

SDi 1do C 8:



⁸⁸ O *Circo dos Horrores* foi criado para explorar tudo o que as pessoas não queriam ver, mas não conseguiam parar de olhar. Na Idade Média, pessoas com anomalias físicas eram expostas como atração. Até hoje os *shows* continuam sendo apresentados, incluindo um festival de overdose de *piercings* e tatuagens, um baixinho de kilt que come lâmpadas moídas, entre outros. (DUARTE, 1995).

Os efeitos de sentido para candidato político não se ancoram apenas no Ev, eles são constituídos pelo entrecruzamento com o Ei. O item lexical que nominaliza alguns candidatos como *figuras bizarras* produz efeitos de sentido na medida em que a imagem projetada pela TV assemelha-se à imagem do personagem eleitor que assiste à TV descalços, com roupas informais (bermuda e camiseta) e com um pé sobre o sofá. A SDi 1 do C 8 mostra que a fisionomia de quem assiste à TV é semelhante à imagem que é projetada pela TV. O entrecruzamento do eixo imagético com o eixo verbal produz efeitos de sentido com relação aos candidatos na medida em que o personagem eleitor do C 8, que assiste à programação televisiva, não (re)conhece os candidatos políticos que aparecem na TV – que por efeito metafórico são a sua imagem e semelhança – como legítimos candidatos a representantes do povo. Então, o estranhamento: *De onde aparecem essas figuras???* produz o efeito de sentido de que são cidadãos que, no pleno exercício de seus direitos políticos, tornam-se candidatos, mas não são reconhecidos como tal, por serem semelhantes ao povo e não se parecer com os tradicionais candidatos que sempre já atuaram como políticos.

O conjunto dos eixos imagético e verbal trabalham juntos na interpretação de que o candidato político que se assemelha com o povo é uma figura estranha. O efeito de sentido de estranhamento é justificado pelo memorável, pelo sempre já lá, disposto a retornar das Constituições Brasileiras que regularam os pleitos ao longo de décadas. O fato de o personagem que assiste TV não (re)conhecer a imagem que aparece na TV como um candidato político que merece o voto do eleitor colabora para produzir efeitos de sentido que não se identificam plenamente com o que diz os saberes contemporâneos da FD-E. O sujeito do discurso ocupa uma posição contraidentificada à fs-e e questiona o fato de pessoas do povo no pleno gozo de seus direitos políticos se candidatarem: como se somente alguns cidadãos pudessem se candidatar e outros não.

Excertos de Leis 3 (EL-3)

Art. 1º Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de *representantes eleitos* ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à *liberdade*, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV - *é livre a manifestação do pensamento*, sendo vedado o anonimato;

IX - *é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação*, independentemente de censura ou licença; (BRASIL, 1988).

Art. 41 A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, *constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública*, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta (*sic*) mil UFIR, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ac.–TSE, de 30.11.2010, no AgR-AI nº 196558: "A *exposição de plano de governo e a mera promessa de campanha feita pelo candidato relativamente ao problema de moradia, a ser cumprida após as eleições, não configura a prática de captação ilícita de sufrágio.*" (BRASIL, 1997).

Os EL-3 apresentam as regras com relação a apresentação das promessas pelos candidatos políticos. A liberdade de pensamento e de expressão são garantidas por Lei, assim, o candidato político pode prometer qualquer coisa desde que não ofereça vantagem pessoal para o eleitor em troca de seu voto. Com relação aos EL-3, passo a observar e a analisar como os cartuns C 2 e C 9 inscrevem os candidatos políticos com relação às promessas de campanha.

SDi 1 do C 2:



SDi 2 do C 2:



SDi 1 do C 9



SDi 2 do C 9:



Nos C 2 e C 9, o candidato político e o público eleitor se repetem na arte gráfica. Mas, a cada repetição há o deslizamento e uma abertura para a constituição de novos efeitos de sentido.

Pelas SDi 1 e 2 dos C 2 e C 9 é possível observar a repetição parafrástica do candidato político que apresenta as suas propostas de governo e do povo que se diverte com o que ouve do candidato político. No entanto, o conjunto das SDs imagéticas e verbais inscrevem saberes outros em cada cartum.

No C 2, os Ei e Ev inscrevem juntos o candidato político como personagem central de um espetáculo. O candidato político, dizendo palhaçadas, faz o público que o assiste rir e se distrair com as suas promessas. Por efeito metafórico, o candidato passa a ocupar uma posição de palhaço, aquele que é o responsável pelo entretenimento e a diversão da plateia conforme descrito nas SDvs:

SDv 1 do C 2: *Se eleito for, eu prometo...*

SDv 2 do C 2: *STAND-UP COMÉDIA.*

SDv 3 do C 2: *HA HA HA HA HA HA HA HA HA*

Pelo Ei também é possível observar na SDi 2 do C 2 que são vários personagens da plateia rindo das promessas do candidato político. Assim, o sujeito do discurso do C 2 inscreve o candidato político como aquele que capta a concentração dos eleitores, fazendo o eleitor rir com suas promessas e programa de governo por um determinado período de tempo. A inscrição do candidato político como um palhaço, alguém que não enuncia promessas sérias, é a manifestação de uma posição de sujeito do discurso que se contrai-identifica com o efeito de unidade produzido pela fs-e e com relação aos saberes legais da FD-E.

A crítica e a agudeza de espírito do sujeito do discurso inscrevem a exposição do discurso do candidato político como pertencente à memorável política do *pão e circo*⁸⁹. Nesse caso, pelo menos, do circo somente: o candidato com suas palhaçadas divertiria o povo e manteria a ordem estabelecida. Tal como na Roma antiga, a comédia funciona como válvula de segurança da sociedade civil, como evasão de um mundo às avessas, funciona como catarse. Então, o efeito de humor inscrito pelo sujeito do discurso do C 2 funciona como uma forma de ironia, uma maneira de dizer às avessas, e passa a simbolizar o imaginário sobre como deveriam ser os candidatos políticos e suas promessas: sérios.

No C 9, também as SDi e SDv inscrevem o candidato que aparece no horário eleitoral como aquele que faz o espectador eleitor rir com suas promessas. Porém, a cada repetição há sempre a possibilidade de um deslizamento nos efeitos de sentido. Pelo Ei e Ev é possível observar no C 9 que o único espectador do *HORÁRIO ELEITORAL* (SDv 1 do C 9) – da mesma forma que os espectadores do C 2 – ri do teor da enunciação do

⁸⁹ A política do pão e circo (*panem et circenses*) como ficou conhecida, era o modo com o qual os líderes romanos lidavam com a população em geral, para mantê-la fiel à ordem estabelecida e conquistar o seu apoio. Esta frase tem origem na *Sátira X* do humorista e poeta romano Juvenal (que viveu por volta do ano 100 d.C.) e no seu contexto original, criticava a falta de informação do povo romano, que não tinha qualquer interesse em assuntos políticos, e só se preocupava com o alimento e o divertimento.

candidato político. A SDi 2 do C 9 repete o eleitor espectador que assiste à programação eleitoral. No entanto, a inscrição dos efeitos de sentido são trabalhadas em outra direção.

Não mais o candidato político que apresenta suas promessas e faz o eleitor rir é quem ocupa a posição de comediante ou palhaço. A SDi 2 do C 9 mostra um eleitor que ri do candidato político, mas a sua ingenuidade não permite perceber que quem é engraçado vestido de palhaço é ele, o próprio eleitor. Por efeito metafórico, quem passa a ocupar o lugar do palhaço é o eleitor que assiste ao horário eleitoral e ouve as promessas do político e dá gargalhadas. As SDis 1 e 2 do C 9 trabalham o sentido nessa direção pelas roupas e maquiagem do espectador que foi caracterizado como um angelical palhaço de traços suaves.

Pela agudeza do sujeito do discurso presente nos C 2 e C 9, é possível observar que a crítica é direcionada a fs-e reguladora dos saberes da FD-E. Os EL-3 tratam da matéria promessas do político em campanha. Não há lei que obrigue o candidato político a cumprir as promessas de campanha. Então, o candidato político com suas promessas, por efeito metafórico, passa a simbolizar uma grande encenação.

Então, o efeito de humor, por sua corrosividade faz pensar e irrompe pelas brechas da fachada séria das coisas, deixando escapar as tensões existentes em nossa sociedade. O efeito de humor simboliza as insatisfações políticas e sociais e as diferentes posições discursivas coexistentes nas sociedades.

6.6.3 Gestos de leitura sobre o eleitor

O objetivo das análises deste recorte é observar como o eleitor – enquanto componente do processo eleitoral brasileiro contemporâneo – está inscrito nos gestos de leitura do sujeito do discurso do *corpus* analítico. Ou seja, com as análises, busco investigar a inscrição dos efeitos de sentido nas unidades do arquivo acerca do cidadão eleitor e o modo como este é interpelado pelos eixos imagético e verbal do cartum. Com isso, refletir sobre as memórias que são acionadas para designar o eleitor e a natureza da crítica à legislação que regulamenta o processo eleitoral brasileiro contemporâneo no que concerne à participação do cidadão como eleitor.

Apresento, a seguir, os excertos extraídos da Constituição Federal de 1988 e das Normas e documentações das Eleições 2012, as quais apresentam as regras que estabelecem as condições para *o cidadão ser eleitor e também as regras para a divulgação da campanha eleitoral na TV*.

Excertos de Lei 4 (EL-4)

Art. 1º. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, (...).

§ 1º – O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º – Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos. (BRASIL, 1988).

Art. 34. As emissoras de rádio, inclusive as rádios comunitárias, as emissoras de televisão que operam em VHF e UHF e os canais de televisão por assinatura sob a responsabilidade das Câmaras Municipais reservarão, no período de 21 de agosto a 4 de outubro de 2012, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, (...) (BRASIL, 2012).

Os EL-4 podem ser parafraseados como: *o povo eleitor exerce o poder de decisão por meio do voto que atribui a seus representantes. Os candidatos a representantes do povo divulgarão as suas propostas, em rede televisiva, no período da propaganda eleitoral gratuita.* Como os cartuns trabalham a sua discursividade e produzem efeitos de sentido para o cidadão eleitor, a partir de sua relação com excertos de lei, produzidos em acordo com os saberes da FD-E?

Início as análises pela observação de algumas regularidades nas SDvs.

SDv 1 do C 1: *Respeitável público*, solicitamos que tomem assento em seus lugares, desliguem seus telefones celulares ou deixem em modo silencioso.

SDv 2 do C 5: *Respeitável Público...*

SDv 2 do C 6: *Respeitável público...*

O eleitor – a partir de uma regularidade que se repete nas SDvs acima – é designado pelo Sintagma Nominal (SN) *Respeitável público*. Nesse sintagma, há um modificador adjetival (*Respeitável*) caracterizando um nome (*Público/público*). Esse SN exerce a função de um vocativo. Discursivamente, o vocativo “Respeitável público” pode ser

interpretado a partir da observação das posições discursivas ocupadas pelos sujeitos históricos do discurso e pela memória que retorna e sustenta os efeitos de sentido. As SDvs acima apresentam a enunciação de um vocativo que interpela o cidadão eleitor a tornar-se um respeitável público espectador. Nos três cartuns, pelo Ev, o cidadão é interpelado a tornar-se espectador. No C 1, espectador de uma espetáculo teatral e, nos C 5 e C 6, de uma programação televisiva.

Esse mesmo espectador é ao mesmo tempo designado e caracterizado como *Respeitável e público*. O nome *público* é originário da língua latina: *publicus*, e está relacionado a tudo que diz respeito ao povo, de *populus*, *povo*. Analisando as SDvs que apresentam o SN, *respeitável público*, observo que a memória faz retornar da história o efeito de sentido de espectador de espetáculos, o qual é comumente denominado de *público*. O nome “público” caracteriza o espectador por aproximação às massas anônimas que assistem a *shows* e a espetáculos sem poder participar. O termo designa, então, os que assistem e os que veem passivamente. O enunciado *Respeitável público* é lugar-comum em abertura de espetáculos teatrais e circenses. O espectador que é designado como *público* é o público espectador do horário eleitoral. Conforme as SDvs a seguir:

SDv 2 do C 1: *Vai começar a campanha eleitoral!*

SDv 1 do C 5: *COMEÇOU O HORÁRIO ELEITORAL NA TV...*

SDv 1 do C 6: *COMEÇA O HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO:*

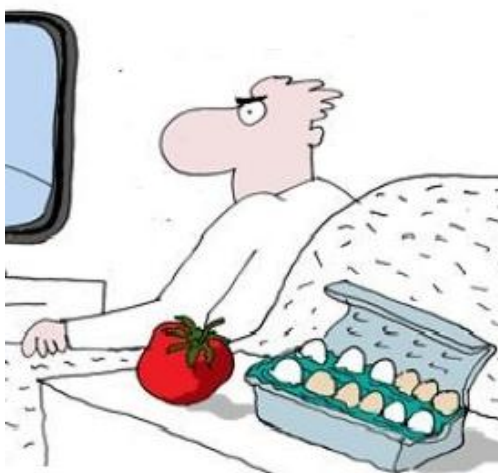
No entanto, apesar de a exibição ser o programa eleitoral, o cidadão não é interpelado como eleitor, é interpelado como o *Respeitável Público*: um espectador. O cidadão, pela arte dos cartuns, é interpelado a ocupar um lugar identificado como público espectador de teatro ou de circo, e não eleitor. O cidadão deixa de ocupar o lugar de eleitor e passa a ocupar o lugar de espectador do espetáculo protagonizado pelo horário eleitoral. O entrelaçamento dos eixos verbal e imagético trabalha para a produção de efeitos de sentido que vão na direção da *passividade* de quem assiste a um espetáculo que está pronto e ensaiado e que, portanto, não há a possibilidade de intervenção. O cidadão deve assistir ao espetáculo sem interromper, como um componente passivo no espetáculo apresentado: *o horário eleitoral gratuito*.

SDi 2 do C 1:**SDi 2 do C 5:**

Essa posição é reforçada pelo entrecruzamento da SDi 2 do C 1 com a SDv 1 do C1 quando um público amorfo é interpelado a *tomar assentos em seus lugares* já que *vai começar o horário eleitoral*. No fio do discurso, o jogo de palavras assentos e lugares, reforçam a posição de espectador passivo que o eleitor deve ocupar

SDv 3 do C 1: *Solicitamos que tomem assento em seus lugares, desliguem seus telefones celulares ou deixem em modo silencioso.*

No entanto, contrapondo-se à posição de passividade mostrada pelos gestos de leitura dos C 1 e C 5, em que o espectador apenas assiste, há os C 6 e C 7.

SDi 1 do C 6:**SDi 2 do C 7:**

Na SDi 1 do C 6, os ovos e o tomate maduro ao lado do espectador trabalham uma região de memória que atualiza os espetáculos em que o público descontente com o que é protagonizado por maus atores arremessam objetos ao palco. O SDi 1 do C 6 mostra um cidadão prestes a reagir, a atirar ovos e tomate maduro na tela da TV numa atitude surreal. O recorte da SDi 1 do C 6 mostra uma cena incomum – ou porque não interpretar como inverossímil – para a situação de programas que são televisionados, já que prevê a possibilidade de interação corporal entre personagens televisionados e público espectador de TV. Os efeitos de sentido que a memória recorta do interdiscurso ocorrem pelo *non sens*, pela metaforização do eleitor que assiste ao programa eleitoral televisivo como um espectador de espetáculos teatrais ou circenses de baixa qualidade. Também o cidadão

eleitor do C 6 – assim como no C 1 e no C 5 – é interpelado como espectador, mas é um espectador que está preparado para reagir. A imagem da SDi 1 do C 6 indica também uma direção para os efeitos de sentidos que não são coincidentes com os saberes da FD-E.

No C 7, O Ev também trabalha uma forma de reação e resistência à posição de espectador passivo:

SDv 2 do C 7: *Alô, é da TV a cabo? Quanto custa para assinar uns canais de filmes até o dia 4 de outubro?*

Também a memória trabalhada pelo Ei do C 7 recorta outros saberes que inscreve outro efeito de sentido para o eleitor. A partir da imagem da TV com uma capa no estilo lona de circo, é possível fazer outro recorte de memória e atualizar outros efeitos de sentido. O sujeito eleitor está inscrito pelo conjunto das SDs verbal e imagética como alguém que percebe o espetáculo circense que está sendo transmitido pela TV e resiste a ter que ocupar o lugar de espectador ou palhaço no espetáculo eleitoral. Essa transferência de sentido de cidadão eleitor a público espectador que reage ao espetáculo sinaliza para uma posição-sujeito também contraidentificada com os saberes da FD-E.

Pelo Ev de alguns dos cartuns, o cidadão é interpelado como *respeitável público* e inscrito no espetáculo eleitoral. Pelo Ei, o processo eleitoral deriva e o eleitor é inscrito como tomando parte em um espetáculo circense. O eleitor passa a ser um público que assiste a palhaços e a palhaçadas e, por vezes, vem a ocupar o lugar do próprio palhaço. Há uma aproximação metafórica que produz o deslizamento nos efeitos de sentido. O verbal e o imagético recortam de determinada região do interdiscurso a inscrição do eleitor espectador como integrante do espetáculo circense. A memória do circo e do espetáculo é trabalhada no Ei dos cartuns por detalhes do cenário: no C 1, pelas cortinas vermelhas do palco; no C 5, pelo colorido das cores da lona do circo que é projetada na TV; no C 6, pelos objetos que podem ser arremessados pelo espectador em espetáculos de baixa qualidade; no C 7, pela capa colorida da TV em formato de lona de circo; no C 9, pelo espectador que ri e não percebe que é ele quem está vestido de palhaço e ocupando o lugar de palhaço no circo horário eleitoral.

SDi 1 do C 9:

O Ei do C 9 apresenta o eleitor que assiste ao horário eleitoral, metaforizado como um palhaço. Mas, diferentemente dos palhaços dos espetáculos circenses que comandam o espetáculo e têm controle sobre o público que assiste às suas palhaçadas, a SDi 1 do C 9 mostra o semblante de um palhaço inocente, ingênuo, angelical e frágil. Por efeito metafórico, simboliza o povo eleitor que, apesar de ser maioria, é a parte mais frágil e ingênua do processo eleitoral. É um palhaço que não percebe que - enquanto assiste a tudo e sorri - a situação social e política do país persiste. O povo eleitor é quem menos tem poder enquanto ocupar essa posição. A sátira, do próprio lugar que ocupa o eleitor no processo eleitoral, pela figura do palhaço inocente, se presta ao sarcasmo e à inscrição de efeitos de sentido para participação do cidadão como eleitor: um analfabeto político que não percebe o lugar que ocupa.

Pelo entrelaçamento dos Ei e Ev é possível perceber que o sujeito inscrito no discurso dos cartuns analisados acima ocupa uma posição contraidentificada com os saberes da FD-E. De acordo com os EL-4: *“Todo o poder emana do povo (...) e A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos (...)”*, mas o eleitor metaforizado nesses cartuns não ocupa uma posição de sujeito que concorda que tem poder, pois fica de fora do espetáculo e tem de assistir passivo à programação eleitoral. A reação surreal do personagem eleitor do C 6 e a

atitude de resistência do personagem do C 7 trabalham essa insatisfação com o processo eleitoral.

Enquanto a FD-E interpreta o cidadão como aquele que tem *poder* pois faz parte do povo brasileiro, o sujeito do discurso interpreta a participação do eleitor como mero espectador, sem poder de intervenção, aquele que não percebe que está fazendo papel de palhaço: SDi 1 do C 9. Se o eleitor, não pode intervir ou modificar o processo político democrático brasileiro, ele é um componente figurativo dessa encenação, daí a deriva de sentido, o eleitor não é o membro do povo que tem poder de decisão, ele é o espectador que assiste a tudo de seu lugar, um verdadeiro palhaço. Então, a posição-sujeito do discurso dos cartuns analisados representa uma posição de resistência aos saberes regulados pela fs-e da FD-E. Os cartuns deste grupo temático simbolizam as lutas que são travadas entre esses saberes: de eleitor a espectador. Assim, por meio da causticidade – corrosividade - do efeito de humor, é possível marcar uma posição de desagrado, de resistência e de contraidentificação com o que está posto como natural e estabilizado pela fs-e da FD-E.

EFEITO DE FECHAMENTO

Analisar o arquivo e refletir a respeito de como se constitui o discurso sobre o processo eleitoral brasileiro contemporâneo foi o passo inicial para desenvolver esta pesquisa. Assim, o embate com o *corpus* e a fundamentação teórica, levou-me a investigar o tema através da materialidade verbal e imagética de cartuns que abordaram três elementos constituintes do pleito: 1) *a campanha e o horário eleitoral*, 2) *o candidato político* e 3) *o eleitor*. Apesar de existirem outros componentes do processo eleitoral brasileiro contemporâneo – que poderiam ser explorados, como o voto e a urna eletrônica–, esses três recortes temáticos mostraram-se plenos de efeitos de sentido e capazes de simbolizar os gestos de leitura do sujeito do discurso do cartum sobre o processo eleitoral de 2012.

Para compreender tais gestos de leitura, tomando como materialidade de análise os cartuns analisados – considerados como prática social ideológica –, trabalhei em dois movimentos: o primeiro foi de recortar e articular sequências discursivas imagéticas (SDi) e sequências discursivas verbais (SDv) de cada cartum; o segundo foi de rearticular as sequências discursivas (SDv e SDi) de diferentes cartuns. Os dois movimentos possibilitaram lançar diferentes olhares sobre o *corpus* e a observar certa repetibilidade entre os cartuns. Além disso, foi necessário confrontar o discurso dos cartuns com a memória sobre a história eleitoral brasileira e as atuais normas que regem o pleito no Brasil. Através desses movimentos de análise foi possível observar o funcionamento dos gestos de leitura realizados pelos cartuns componentes do arquivo e a inscrição de efeitos de sentido para o processo eleitoral brasileiro contemporâneo. Desta forma, arremato esta tese apresentando, nas linhas a seguir, algumas conclusões a que cheguei a partir desse batimento entre os pressupostos teóricos da Análise do Discurso e os movimentos de análise do *corpus*.

Partindo de uma articulação entre as noções de *formação discursiva*, *posição-sujeito*, *interdiscurso* e *memória*, e cotejando os elementos do *corpus* com as normas antigas e as vigentes sobre o processo eleitoral brasileiro, foi possível configurar para este estudo uma Formação Discursiva Eleitora (FD-E). Além disso, entre os nove cartuns investigados – através dos movimentos de recortar e (re)articular as sequências discursivas –, observei o funcionamento de uma *paráfrase discursiva*. Nas análises, essa paráfrase discursiva se mostrou ora repetindo efeitos de sentido ora deslizado para efeitos outros de sentido.

Como ao longo do trabalho de pesquisa, formulei perguntas a respeito do tema a ser investigado, considero prudente retomar essas questões e discorrer sobre o que o trabalho de análise dos cartuns me permitiu concluir.

a) Existem regularidades que percorrem o discurso do arquivo sobre as eleições brasileira da contemporaneidade? Qual é a posição assumida com relação ao que diz a legislação brasileira? Há uma relação de identificação, aceitação, ou é uma relação de tensão, de resistência ao discurso legal que circula em nossa sociedade?

O que há de regular no discurso do recorte das SDis e SDvs dos cartuns analisados é a inscrição das eleições de 2012 como fazendo parte de um *espetáculo*. Os cartuns, a partir da instauração de uma repetição com diferentes materialidades, inscrevem o processo eleitoral brasileiro contemporâneo em um espaço discursivo distinto daquele regulado pela forma-sujeito eleitoral, que rege os saberes da FD-E. As imagens e as palavras parafraseadas deslizam e vêm a constituir efeitos outros de sentido, assim inscrevendo as eleições brasileiras da contemporaneidade – por meio do efeito metafórico de sentido atribuído a alguns de seus componentes – como um acontecimento espetacular.

Com relação ao que diz a legislação brasileira, o gesto regular de aproximar a *campanha e o horário eleitoral, o candidato político e o eleitor* do espetacular ocupa uma posição contraidentificada com a seriedade das leis. A regularidade das cores do circo mostradas nas SDis, entrelaçadas com as palavras que são lugar-comum nos espetáculos circenses, tais como as SDvs *Respeitável Público!* e *Vai começar...* marca uma posição discursiva não coincidente com o que diz a Lei.

A repetição parafrástica que desliza e instaura a polissemia nos efeitos de sentido – tanto no Eixo Imagético (Ei) como no Eixo Verbal (Ev) dos cartuns – demonstra uma relação de tensão entre o mesmo e o diferente. Assim, a imagem do circo e as palavras de abertura dos espetáculos circenses podem ser interpretadas como um gesto de resistência ao discurso legal que circula em nossa sociedade

b) Como o discurso dos cartuns se relaciona com o discurso da legislação em vigor? Há uma relação de paráfrase? ou uma relação de polissemia?

Há um sujeito do discurso contraidentificado com a seriedade do que diz a legislação atual e os saberes apresentados nos excertos de leis. Trata-se de uma posição de resistência à obrigatoriedade do horário eleitoral na TV e à possibilidade de qualquer cidadão alistável poder ser candidato político, mesmo que não tenha recursos ou instrução aprimorada. Assim, os saberes que são inscritos nos cartuns analisados não parafraseiam o que diz a legislação. Os cartuns mostram um gesto de leitura deformante do processo

eleitoral – considerando o modo como a FD-E foi configurada – e derivam para a paródia do discurso legal, o que instaura o efeito de humor e abre espaço para a polissemia e a inscrição de sentidos outros dentro da mesma FD. Apesar da deriva nos efeitos de sentido, o sujeito do discurso não rompe com a FD-E, continua inscrito na FD-E e usa a materialidade verbal e imagética do cartum para inscrever uma crítica à fs-e e ao sistema eleitoral. Daí a seriedade de o processo eleitoral de um país ser apresentado, por efeito metafórico, como um espetáculo com palhaços e palhaçadas. A não coincidência da posição-sujeito do discurso dos cartuns com a forma-sujeito eleitoral abre espaço para a contradição aos saberes institucionalizados pela FD-E, instaurando um movimento de deslizamento e de polissemia, resultantes do entrelaçamento dos eixos imagético e verbal. Com isso, a materialidade trabalhada para a formulação dos cartuns inscreve, por *efeito metafórico*, efeitos de sentido outros para o processo eleitoral brasileiro.

c) Como os componentes campanha eleitoral e horário eleitoral, candidato político e eleitor são investidos de sentido nos cartuns?

Os cartuns de cada recorte investem os componentes analisados, por efeito metafórico, como integrando uma grande encenação, um espetáculo, com palhaços e palhaçadas. Pelo recorte de regiões do interdiscurso – o memorável sobre constituições não mais em vigor e o memorável sobre o circo – são aproximados do processo eleitoral brasileiro contemporâneo, o palco de espetáculos, numa substituição contextual. Assim diferentes tipos de espetáculos – teatro, luta e circo – passam a (re)significar *a campanha eleitoral e o horário eleitoral na TV, o candidato político e o cidadão eleitor*.

No cenário político brasileiro, reproduzido e criticado pelos gestos de leitura presentes nos cartuns analisados, as imagens e o discurso do candidato político são elementos que ganham visibilidade na materialidade das imagens da mídia, daí a luta, o embate para conseguir mais tempo de exposição, muitas vezes, com as esquisitas coligações com partidos sem afinidade ideológica. Então, a arte do cartum apresenta em sua formulação uma crítica à possibilidade legal dos partidos realizarem coligações. Com isso, há a distribuição não só dos lugares, mas também de tempo de visibilidade, tempo maior de exposição na mídia dos partidos políticos, conforme as coligações, mas também há a questão da repartição do tempo dentro do programa de cada partido. Em nome da igualdade da Lei, são oferecidos tratamentos diferenciados às imagens e às palavras dos candidatos políticos, incluindo os novos candidatos políticos que não são vistos como candidatos legítimos capazes de representar uma parcela do povo eleitor. Então, pelo *non-*

sens, pelo efeito metafórico, os sentidos deslizam e esses candidatos são lidos como palhaços: candidatos que engrossam o espetáculo e a grande encenação política.

Mas, é possível observar também nos gestos de leitura presentes nos cartuns analisados que palhaços não simbolizam somente os candidatos políticos, pois os eleitores também são simbolizados por palhaços. O entrelaçamento dos eixos imagético e verbal inscreve o eleitor como palhaço: aquele que possui a ilusão de que tem poder para mudar algo. Porém, são apenas eleitores que são interpelados a tomar parte no espetáculo campanha e horário eleitoral como meros espectadores: assistem a tudo, mas não devem intervir. Os eleitores são inscritos pelo eixo imagético – com o colorido do circo e dos palhaços – e pelo eixo verbal, com a interpelação do respeitável público de um espetáculo pronto em que as promessas de campanha provocam risos nos menos politizados que são inscritos como palhaços.

No entanto, o simbolismo dos efeitos de sentido para palhaços abarca a divisão em sua própria constituição. Os palhaços significam, mas significam diferentemente, porque, apesar de os números cômicos com palhaços trazerem o lúdico e a alegria ao picadeiro – já que a função principal do palhaço é distrair e divertir o público – o palhaço, segundo o senso comum, em seu íntimo é triste. O nariz vermelho do palhaço contém os vestígios e os resquícios das marcas de quem derramou lágrimas de tristeza. Então, alegria e tristeza juntos simbolizam a figura do palhaço. É assim, dividido, simbolizado pelo palhaço, que o eleitor é interpretado pela arte dos cartuns – por efeito metafórico, produzido pela paráfrase e o deslizamento dos efeitos de sentido – no processo eleitoral brasileiro.

Desta forma, o efeito de realidade – metaforizado pelos palhaços e pelo circo repetido a cada cartum – desliza e trabalha para a produção de novos efeitos de sentido pela perturbação e pelo estranhamento que o efeito metafórico do palhaço produz. O lugar que o palhaço ocupa é deslocado e com ele é questionado o lugar do sujeito eleitor e o lugar do sujeito candidato político. A imagem do palhaço não é o político, não é o eleitor, mas é uma simbolização de um imaginário sobre o lugar que ocupa o candidato político e sobre o lugar que ocupa o eleitor. Logo, a inscrição do circo e do palhaço, pelo eixo imagético e pelo eixo verbal, nos gestos de leitura do processo eleitoral de 2012, instaura a falha no ritual e inscreve o efeito de humor como uma forma de resistência e uma crítica ao que está posto na legislação.

Por conseguinte, a paráfrase discursiva encontrada nos cartuns analisados – que repete efeitos de sentido, mas também desliza efeitos de sentido para um efeito de humor parodístico – significa o pleito e faz uma crítica ao processo eleitoral contemporâneo por

meio da paródia de seus componentes: *a campanha e o horário eleitoral, o candidato político e o eleitor*. A inscrição desses componentes como fazendo parte de um espetáculo, muitas vezes, circense é uma forma de marcar uma posição de desagrado, de resistência, de contraidentificação com o que está posto como natural e estabilizado pela atual legislação. Assim, cada cartum analisado desliza e aponta para saberes outros sobre os componentes do pleito, produzindo efeitos de sentido que vão em outra direção que não são coincidentes com os saberes da forma-sujeito eleitoral. Enquanto alguns efeitos de sentido são recuperados, outros efeitos de sentido escapam, mas, mesmo assim, os palhaços criam uma possibilidade de falar e de ler o sistema político democrático brasileiro.

As análises dos cartuns mostram que seus gestos de leitura significam o sistema eleitoral brasileiro como um grande espetáculo que se repete, ou seja, que o sistema eleitoral garante que mudanças não aconteçam e que o processo eleitoral siga igual a cada quatro anos. Os elementos simbolizados nos cartuns pelo cruzamento dos eixos verbal e imagético – *a campanha e o horário eleitoral, o candidato político e o eleitor* fazem parte do grande espetáculo político eleitoral democrático brasileiro contemporâneo, e nesse ver o *show* e ser o *show*, nas presenças e ausências marcadas em cada palhaço ou palhaçada dos cartuns, é que se apresenta a crítica ao sistema eleitoral e suas repetições. Ou seja, o exame do cruzamento dos dois eixos que compõem os cartuns – o eixo imagético (Ei) e o verbal (Ev) –, através do gesto analítico de (re)articulação de SDi e SDv de diferentes cartuns, permitiu concluir que os constituintes dos cartuns se complementam, intensificando críticas à forma-sujeito eleitoral pela inscrição de efeitos outros de sentido que deslizam da paráfrase discursiva ao efeito de humor parodístico.

A tensão entre a repetição e o deslizamento pelo entrelaçamento dos dois eixos marcou os gestos de leitura e a instauração dos efeitos de sentido encontrados nas análises do *corpus* integrante do arquivo. Os dois eixos se completam, produzindo efeitos de sentido que se intensificam. Do colorido das imagens da lona do circo às palavras que chamam a atenção do *respeitável público* para o que *vai começar* há regularidades presentes na maior parte das unidades de análise. A combinação de cores e de formas do cenário discursivo com palco, palhaços e palhaçadas, juntamente com as palavras levam à formulação dos novos efeitos de sentido. Discursivizam a tensão entre a posição do sujeito de cada cartum e os saberes da FD-E organizados pela fs-e. É o verbal parafraseando o imagético e o imagético parafraseando o verbal, e com isso, os efeitos de sentido deslizam e as críticas intensificam-se ao que diz a legislação atual e a fs-e reguladora dos saberes da FD-E. Também foi possível observar que a contraidentificação do sujeito do discurso com

os saberes da FD-E abre espaço para a reflexão e o questionamento do processo eleitoral contemporâneo. O deslizamento de sentidos dos cartuns é reflexo da contradição histórica e da tensão entre as diferentes forças que permeiam as classes de nossa sociedade. Isso já é possível observar desde o cartum epígrafe – formulado por Benett – que faz a abertura desta tese. Portanto, já que os sentidos não são transparentes e nem evidentes e também não há ritual sem falhas, deixo ao leitor uma última questão: afinal, quem ocupa a posição de palhaço?

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre (*et al*). *O papel da memória*. Tradução e Introdução de José Horta Nunes, Campinas, SP: Pontes, 1999.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado*. Tradução de Walter J. Evangelista e Maria L. V. de Castro. 7ª Edição, Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira; 2ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: EDUSP, 1991.

_____. *A dignidade da política: ensaios e conferências*. Tradução de Helena Martins *et al*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. *A promessa da política*. Organização e Introdução de Jerome Konh. Tradução de Pedro Jorgensen Junior. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. [1965]. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BERGSON, Henri. [1899]. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BRECHT, Bertolt. [1928]. *Os sete pecados mortais dos pequenos burgueses*. Porto: Edições Afrontamento, 1986.

BIBE-LUYTEN, Sonia Maria. *O que é história em quadrinhos*. 2ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. *Campanha de regularização da situação eleitoral*. [2013]. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2012/Outubro/serie-de-reportagens-201cvoto-limpo201d-vai-ao-ar-a-partir-desta-terca-2-no-jornal-da-justica-2013-2a-edicao>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

_____. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. CENSO, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. Constituição [1824]. *Constituição Política do Imperio do Brazil*: Promulgada em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. Constituição [1891]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*: Promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. Constituição [1934]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*: Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. Constituição [1937]. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*: Promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. Constituição [1946]. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*: Promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. Constituição [1967]. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Promulgada em 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. Emenda Constitucional [1969]. *Emenda Constitucional nº 1*: Promulgada em 17 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. Constituição [1988]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*: Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. *Atos Institucionais*. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. *Código Eleitoral – Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965*. [1965]. In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral [TSE]. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

_____. *Lei dos Partidos Político – Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995*. In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral [TSE]. [1997]. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-dos-partidos-politicos/lei-dos-partidos-politicos-lei-nb0-9.096-de-19-de-setembro-de-1995>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

_____. *Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral [TSE]. [1997]. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm>. Acesso em: 21 jul. 2014.

_____. *Lei da Ficha Limpa – Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010*. [2010].

In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral [TSE]. [2010]. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-de-inelegibilidade/lei-complementar-nb0-135-de-4-de-junho-de-2010>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

_____. *Resoluções e normas que disciplinam as eleições de 2012*. In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral [TSE]. [2012] Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral>>. Acesso em 01 mar. 2013.

CAMPOS, Luciene Jung de. *Imagens à deriva: Interloquções entre a Arte, a Psicanálise e a Análise do Discurso*. 2010. 157 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem - Especialidade em Teorias do Texto e do Discurso). Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2010.

CAZARIN, Ercília Ana. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In: FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. *Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 109 – 122.

_____. O “povo” no discurso de Lula: das greves no ABC à Presidência da República. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. (orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 206 – 217.

_____. Gestos interpretativos na configuração metodológica de uma FD. In: *Organon*. A pesquisa em Análise do Discurso no PPG-Letras/UFRGS e sua expansão institucional. Porto Alegre, nº 48, vol. 24, jan/jun. 2010. p. 103 – 118.

CERINO. *O que é charge?* Disponível em: <<http://artefix.com.br/oquecharge.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2012a.

_____. *O que é cartum?* Disponível em: <<http://artefix.com.br/oqueecartum.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2012b.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. São Paulo: Grupo Editorial Summus, 2008.

CORTEN, André. Discurso e representação do político. In. INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p.37 - 52.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político In. INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 15 - 22.

_____. *Metamorfozes do discurso político: derivas da fala pública*. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Tradução de Cristina Campos Velho Birck *et al.* São Carlos, SP: EduFSCar, 2009.

_____; MARANDIN, Jean-Marie. *Quel objet pour l'analyse du discours? Materialités discursives*, Lille: Presse Universitaires, 1981.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Getúlio Vargas, 1883 – 1954. Série perfis parlamentares; n. 62*. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre (*et al.*). *O papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes, Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 23 – 37.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Lisboa: Mobilis in Mobile, 1991.

_____. *A sociedade do espetáculo: comentário sobre a sociedade do espetáculo*. Tradução de Tomás Bueno Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, Regina Horta. *Noites Circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

DUCROT, O. esboço de uma teoria polifônica da enunciação. Tradução de Eduardo Guimarães. In: _____. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987. p. 161 - 219.

_____. Argumentação e ‘*topoi*’ argumentativos. Tradução de Eduardo Guimarães. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.) *História e sentido na linguagem, incluindo texto de Michel Bréal*. 2ª Edição aumentada. Campinas, SP: Editora RG, 2008. p. 13 - 38.

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte seqüencial*. Tradução de Luis Carlos Borges. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ERNST-PEREIRA, Aracy; QUEVEDO, Marchiori Quadrado de. UMA mesma diferente imagem: que objeto é esse?. In: *Entretextos*, Londrina, v.13, nº 02, jul./dez., 2013. p. 266 – 287.

FERNANDES, Millôr. [1989]. Frases. In: SERAFINI, Breno Camargo. *Millôres dias virão*. Porto Alegre: Libretos, 2013.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. In: *Organon*. A pesquisa em Análise do Discurso no PPG-Letras/UFRGS e sua expansão institucional. Porto Alegre, nº 48, vol. 24, jan./jun, 2010. p. 17- 34.

FERREIRA, Jorge. Não à guerra civil: sem resistir ao golpe, João Goulart partiu para o exílio e evitou uma luta sangrenta entre reformistas e golpistas. In: GARCIA, Bruno; DAHÁS, Nashla. (Orgs.). *Revista de História da Biblioteca Nacional – Dossiê: o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: ano 7, n.83, ago. 2012. p.16 – 39.

_____. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 6ª Edição. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia, política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 6ª Edição. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 167 - 206.

FLÔRES, Onici Claro. *A leitura da charge*. Canoas: Ulbra, 2002.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FOUCAULT, Michel. [1969]. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FREUD, Sigmund. [1905]. O chiste e sua relação com o inconsciente. Vol. VII Tradução de Magalhães de Freitas, C. In: _____. *Obras completas de Sigmund Freud*. 18 v. Rio de Janeiro: Delta, 1960.

GADET, Françoise *et al.* Apresentação da conjuntura em Linguística, em Psicanálise e em Informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. Tradução de Lourenço C. Filho e Manuel Gonçalves. In: _____.; HAK, Tony. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. Campinas, SP: UNICAMP, 1993. p.39 - 60.

GOMBRICH, Ernst Hans Josef. O arsenal do caricaturista. In: _____. *Meditações sobre um Cavalinho de Pau e outros ensaios sobre a Teoria da Arte*. Traduzido por Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1999. p.127 - 142.

GREGOLIN, Maria do Rosário. A mídia e a espetacularização da cultura. In: _____. (Org.) *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003. p. 09 - 19.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). *Gestos de leitura da história no discurso*. Traduzido por José Horta Nunes. Campinas, SP: UNICAMP, 1997. p. 163 - 187.

HENFIL. *Como se faz humor político: depoimento a Tárík de Souza*. Petrópolis: Vozes, 1984.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise.; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. Campinas, SP: UNICAMP, 1993. p. 13 - 38.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IANNI, Otávio. (Org.) *Karl Marx: sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.

IANNONE, Leila Rentroia; IANNONE, Roberto Antonio. *O mundo das histórias em quadrinhos*. Col. Desafios. 4ª Edição. Ilustrações: PERASSOLI, Márcio. São Paulo: Moderna, 1994.

INDURSKY, Freda. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. In: *Gragoatá*, Niterói, n.5, 2 sem., 1998. p. 111 - 120.

_____. A ideologia em Bakhtin e em Pêcheux: um estudo em contraponto. In: ZANDWAIS, Ana. (Org.) *Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. p. 101 - 115.

_____. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. IN: BARONAS, Roberto L. (Org.) *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos, SP: Pedro e João, 2007a. p. 75 - 87.

_____. Formação discursiva: essa noção ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007b. p. 163 - 172.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p.9 - 33.

_____. A escrita à luz da Análise do Discurso. In: CORTINA, Arnaldo; NASSER, Sílvia M.G.C. (Orgs.). *Sujeito e linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 117 - 131.

_____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. 2ª Edição. Campinas, SP: UNICAMP, 2013.

JARCEM, René Gomes Rodrigues. História das histórias em quadrinhos. In: *História, imagem e narrativas*. n. 5, ano 3, set. 2007. p. 1 – 9. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

LAGAZZI, Suzy. O recorte significativo da memória. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. (Orgs.) *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos, SP: Claraluz, 2009. p. 67 - 78.

LENIN, Vladimir. *O estado e a revolução*. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MACHADO, Rosely Diniz da Silva. *O funcionamento discursivo de charges políticas*. Dissertação. 84 f. (UCPEL) Orientação: Aracy Ernst-Pereira. Pelotas, RS, 2000.

MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: a Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 102 – 121.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. [1846]. *A ideologia alemã*. 2007. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/biblioteca/marx_ideologia.pdf>. Acesso em: 12 maio 2009.

MAZIÈRE, Francine. *A Análise do Discurso: história e práticas*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MÉNARD, Philippe. *Les fabliaux, contes à rire du Moyen Age*. Paris:1983.

MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p.194 - 207.

_____. *Ciência em quadrinhos: recurso didático em cartilhas educativas*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Pernambuco, Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Marcuschi. Co-Orientadora: Profa. Dra. Ângela Paiva Dionísio. 238 p. Recife: 2008.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. Tradução de Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: UNESP, 2003.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs). *Análise do discurso no Brasil*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 153 - 162.

_____. Redes e ressignificações no ciberespaço. In: ROMÃO, Lucília de Souza. GASPARG, Nádea. (Orgs.). *Discursos midiáticos: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos, SP: Pedro e João, 2008. p. 113 - 130.

_____. Formação discursiva e autoria na produção e na circulação de arquivos. In: *Conexão Letras*. Porto Alegre, RS. vol. 9, n. 11, 2014. p. 32 – 40.

MORETTI, Fernando A. *Qual a diferença entre charge, cartuns e quadrinhos?* Disponível em: <http://www.aleph.com.br/moretti/artigos_diferenca.htm> Acesso em: 09 jan. 2013.

NERY, Laura. Charge: cartilha do mundo imediato. *Revista Semear*, PUC/Rio. [2008], [s.p]. Disponível em: <www.lettras.puc-rio.br/catedra/revista/7Sem_10.html>. Acesso em: 06 jan. 2014.

NOGUEIRA, Andréa de Araújo. A charge: função social e paradigma cultural. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 26, 2003, Belo Horizonte. Belo Horizonte/MG, set. 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Segmentar ou recortar?*. Linguística: questões e controvérsias. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

_____. *O discurso fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2ª Edição. Editora Vozes, Petrópolis: 1998a.

_____. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: _____. (Org.) *A leitura e os leitores*. Editora: Pontes, Campinas, SP: 1998b. p. 7 - 24.

_____. *Discurso e leitura*. 3ª Edição. São Paulo: Cortez: Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998c.

_____. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 4ª Edição. Campinas, SP: Pontes, 2006. p.7 - 9.

_____. A Análise do Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina. (Orgs.) *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 75 – 88.

_____. Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. In: ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília Matos Sousa. (Orgs.) *Leituras do político*. Porto Alegre: UFRGS, 2011a. p. 53 - 64.

_____. Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências. Sujeito/História e Indivíduo/Sociedade. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.) *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011b. p. 37 - 54.

_____. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 10ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

_____. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

PÊCHEUX, Michel. [1969]. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise.; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. Campinas, SP: UNICAMP, 1993a. p. 61 - 151.

_____; FUCHS, Catherine. [1975]. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). Tradução de Péricles Cunha. In: GADET, Françoise.; HAK, Tony. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. Campinas, SP: UNICAMP, 1993b. p. 163 - 235.

_____. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et al.*; Campinas, SP: UNICAMP, 1988.

_____. Remontémons de Foucault à Spinoza. In: TOLEDO, Mario Monteforte. *El discurso político*. México, Nueva Imagen, 1980.

_____; MARANDIN, J-M.; GADET, F.; COURTINE, J-J; CONEIN, B. *Matérialités discursives: Colloque des 24, 25, 26 avril 1980*. Université Paris X –Nanterre, Lille: Presses Universitaires, 1981.

_____. [1983]. A Análise do Discurso: Três Épocas (1983). Tradução de Jonas de A. Romualdo. In: GADET Françoise.; HAK, Tony. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. Campinas, SP: UNICAMP, 1993c. p. 311 - 319.

_____. [1983]. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4ª Edição. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, Eni Puccinelli. *Gestos de leitura na história no discurso*. Tradução de Bethania Mariani *et al.* Campinas, SP: UNICAMP, 1997. p.55 - 66.

_____. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre (*et al.*). *O papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes, Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49 - 57.

PEIXOTO, Afrânio. [1944]. *História do Brasil*. Fonte digital. Digitalização da 2ª Edição em papel Biblioteca do Espírito Moderno – Série 3ª – História e Biografia: Cia. Editora Nacional. Transcrição para e-book eBooksBrasil, 2008. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/peixoto.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

PILLA, Armando; QUADROS, Cynthia Boos. Charge: uma leitura orientada pela análise do discurso de linha francesa In: *Linguagens – Revista de Letras, Artes e Comunicação*. Blumenau, v. 3, n. 3, set./dez., 2009. p. 226–239.

PLATÃO. *A república*. Traduzido por Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

POSSENTI, Sírio. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

QUADROS, Cynthia Morgana Boos de. *As relações interdiscursivas entre a arte, a política e o jornalismo: as charges de Cao Hering*. Dissertação. 145 f. Orientadora: Dra. Marci Fileti Martins. Universidade do Sul de Santa Catarina, Campus Palhoça, 2008.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RASIA, Gesualda dos Santos. Entre a indeterminação e a determinação: o discursivo na materialidade linguística. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana. (orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 154 - 173.

ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de São Paulo*. Maringá, PR: EDUEM, 2000.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira – da Belle-Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Paródia, paráfrase & Cia*, 4ª Edição. São Paulo: Ática, 1991.

SAUSSURE, Ferdinand de. [1916]. *Curso de linguística geral*. Tradução de A. Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 1974.

SCHÜLER, Donaldo. *Origens do discurso democrático*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

SILVA, Hélio. *Vargas: uma biografia política*. Carneiro, Maria Cecília Ribas. (Colaboradora). Porto Alegre: L&PM, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 6. ed. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 243 – 282.

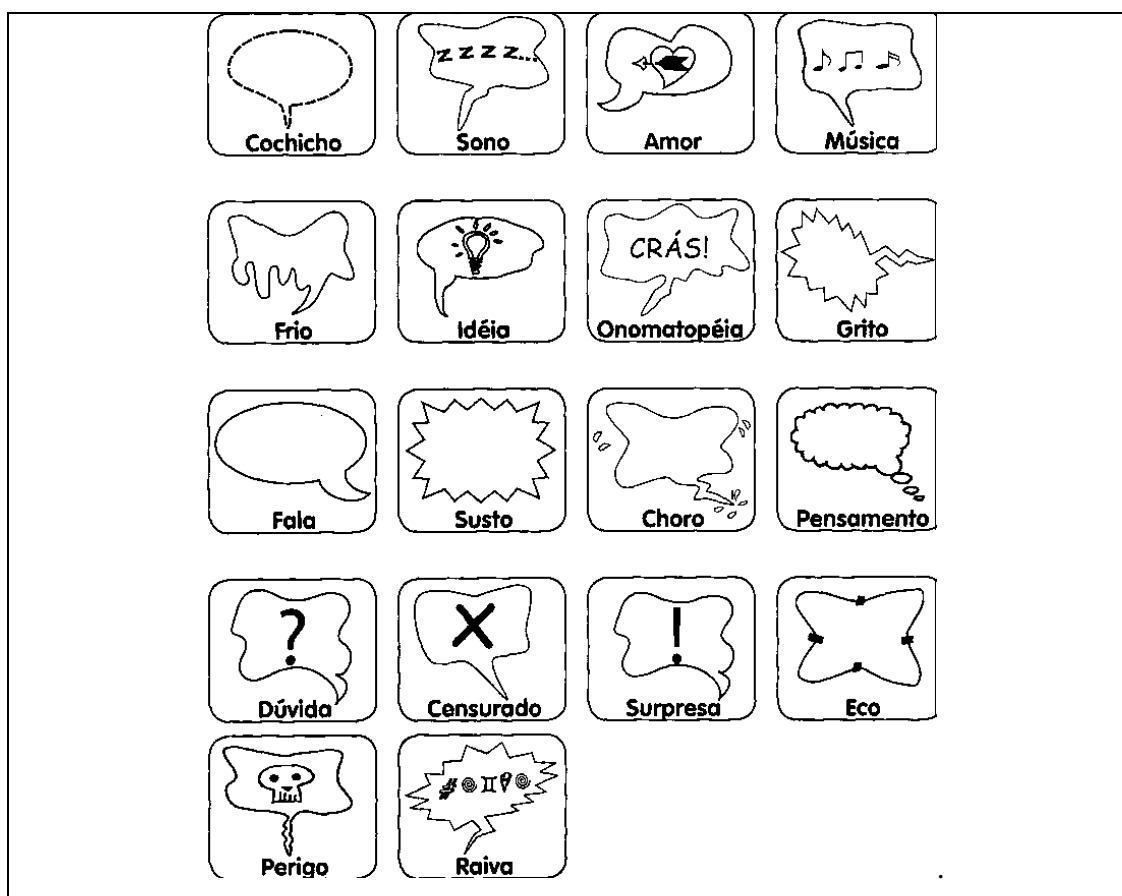
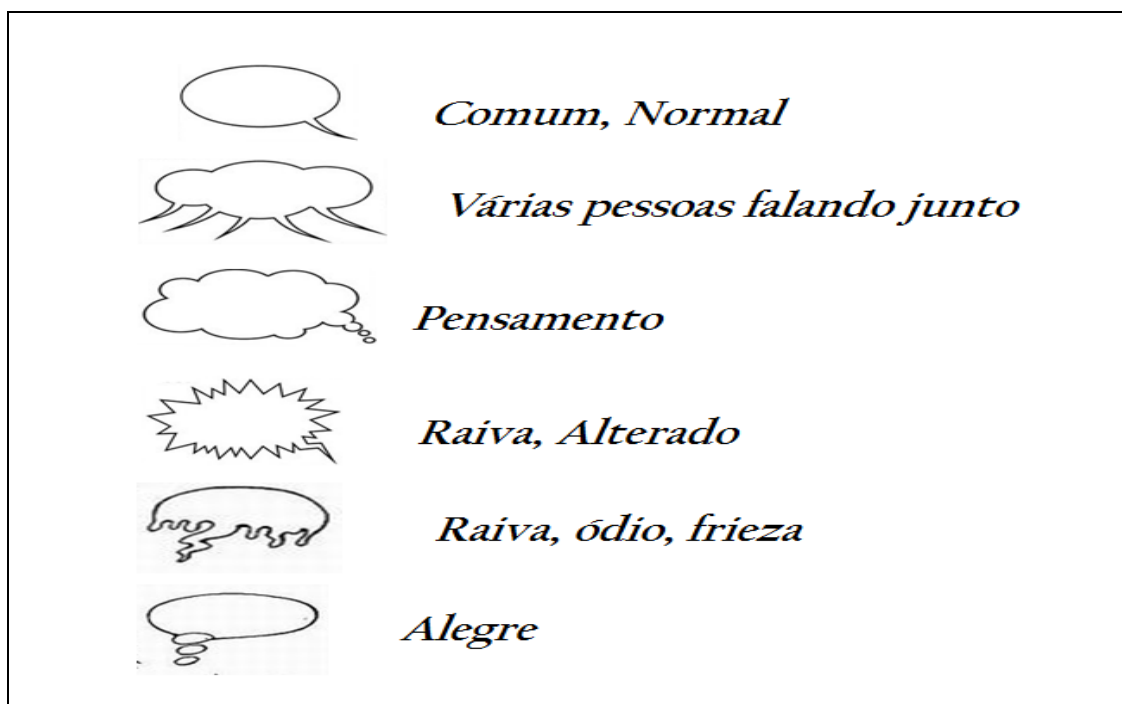
SLAVUTZKY, Abrão. Humor: uma vacina contra o desespero. Entrevista. *IHU*. n.367. Ano XI. 27.jun.2011. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_publicacoes&Itemid=20&task=edicoes_antiores&id=3>. Acesso em: 07 ago. 2012.

SOUZA, Tânia C. Clemente. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. In: *Ciberlegenda – Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense*. UFF, Niterói, n. 6, 2001. p. 1 – 34. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/323/0>>. Acesso em: 28 jan. 2014.

ZANDWAIS, A. A heterogeneidade do conceito de paráfrase. *Ensaio: estudos da linguagem*. Porto Alegre, Sagra Luzzatto, n. 10, 1996. p. 11–18.

ZÎZEK, Slavoj. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXO A – BALÕES DE HQs



Fonte: Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=imagens+de+baloos+de+historias+em+quadrinhos&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=0UfMUPDOMsXJkAfVrICgDA&ved=0CC4QsAQ&biw=1280&bih=677>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

**ANEXO B – EXCERTOS DA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO
⁹⁰BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824)**

CAPITULO III

Art. 45. Para ser Senador requer-se

I. Que seja Cidadão Brasileiro, e que esteja no gozo dos seus Direitos Politicos.

II. Que tenha de idade quarenta annos para cima.

III. Que seja pessoa de saber, capacidade, e virtudes, com preferencia os que tiverem feito serviços á Patria.

IV. Que tenha de rendimento annual por bens, industria, commercio, ou Empregos, a somma de oitocentos mil réis.

CAPITULO V.

Dos Conselhos Geraes de Provincia, e suas attribuições.

Art. 71. A Constituição reconhece, e garante o direito de intervir todo o Cidadão nos negocios da sua Provincia, e que são immediatamente relativos a seus interesses peculiares.

Art. 72. Este direito será exercitado pelas Camara dos Districtos, e pelos Conselhos, que com o titulo de – Conselho Geral da Provincia-se devem estabelecer em cada Provincia, aonde não, estiver collocada a Capital do Imperio.

Art. 73. Cada um dos Conselhos Geraes constará de vinte e um Membros nas Provincias mais populosas, como sejam Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Geraes, S. Paulo, e Rio Grande do Sul; e nas outras de treze Membros.

Art. 74. A sua Eleição se fará na mesma occasião, e da mesma maneira, que se fizer a dos Representantes da Nação, e pelo tempo de cada Legislatura.

Art. 75. A idade de vinte e cinco annos, probidade, e decente subsistencia são as qualidades necessarias para ser Membro destes Conselhos.

CAPITULO VI.

Das Eleições.

Art. 90. As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembléa Geral, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias, serão feitas por Eleições indirectas, elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembléas Parochiaes os Eleitores de Provincia, e estes os Representantes da Nação, e Provincia.

Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias

I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos.

II. Os Estrangeiros naturalisados.

Art. 92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes.

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.

II. Os filhos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.

⁹⁰ Mantive a grafia da época também nos excertos presentes neste anexo.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Communidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.

Art. 93. Os que não podem votar nas Assembléas Primarias de Parochia, não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.

III. Os criminosos pronunciados em queréla, ou devassa.

Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados.

Exceptuam-se

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda liquida, na fórmula dos Arts. 92 e 94.

II. Os Estrangeiros naturalisados.

III. Os que não professarem a Religião do Estado.

Art. 96. Os Cidadãos Brasileiros em qualquer parte, que existam, são elegiveis em cada Districto Eleitoral para Deputados, ou Senadores, ainda quando ahi não sejam nascidos, residentes ou domiciliados.

Art. 97. Uma Lei regulamentar marcará o modo pratico das Eleições, e o numero dos Deputados relativamente á população do Imperio.

ANEXO C – EXCERTOS DA CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL,

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente a gravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente;

ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo;

Com o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas;

Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País:

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

Art. 9º – O Governo federal intervirá nos Estados, mediante a nomeação pelo Presidente da República de um interventor, que assumirá no Estado as funções que, pela sua Constituição, competirem ao Poder Executivo, ou as que, de acordo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuídas pelo Presidente da República:

a) para impedir invasão iminente de um país estrangeiro no território nacional, ou de um Estado em outro, bem como para repelir uma ou outra invasão;

b) para restabelecer a ordem gravemente alterada, nos casos em que o Estado não queira ou não possa fazê-lo;

c) para administrar o Estado, quando, por qualquer motivo, um dos seus Poderes estiver impedido de funcionar;

d) para reorganizar as finanças do Estado que suspender, por mais de dois anos consecutivos, o serviço de sua dívida fundada, ou que, passado um ano do vencimento, não houver resgatado empréstimo contraído com a União;

e) para assegurar a execução dos seguintes princípios constitucionais;

1) forma republicana e representativa de governo;

2) governo presidencial;

3) direitos e garantias assegurados na Constituição;

f) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

Parágrafo único – A competência para decretar a intervenção será do Presidente da República, nos casos, das letras *a*, *b* e *c*; da Câmara dos Deputados, no caso das letras *d* e *e*; do Presidente da República, mediante requisição do supremo Tribunal Federal, no caso da letra *f*.

Art. 14 – O Presidente da República, observadas as disposições constitucionais e nos limites das respectivas dotações orçamentárias, poderá expedir livremente decretos-leis sobre a

organização do Governo e da Administração federal, o comando supremo e a organização das forças armadas.

Art. 26 – Os Municípios serão organizados de forma a ser-lhes assegurada autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, e, especialmente:

- a) à escolha dos Vereadores pelo sufrágio direto dos munícipes alistados eleitores na forma da lei;
- b) a decretação dos impostos e taxas atribuídos à sua competência por esta Constituição e pelas Constituições e leis dos Estados;
- c) à organização dos serviços públicos de caráter local.

Art. 27 – O Prefeito será de livre nomeação do Governador do Estado.

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 46 – A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos mediante sufrágio indireto.

Art. 47 – São eleitores os Vereadores às Câmaras Municipais e, em cada Município, dez cidadãos eleitos por sufrágio direto no mesmo ato da eleição da Câmara Municipal.

Parágrafo único – Cada Estado constituirá uma Circunscrição Eleitoral.

DA NACIONALIDADE E DA CIDADANIA

Art. 117 – São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de dezoito anos, que se alistarem na forma da lei.

Parágrafo único – Não podem alistar-se eleitores:

- a) os analfabetos;
- b) os militares em serviço ativo;
- c) os mendigos;
- d) os que estiverem privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Art. 118 – Suspendem-se os direitos políticos:

- a) por incapacidade civil;
- b) por condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos.

Art. 119 – Perdem-se os direitos políticos:

- a) nos casos do art. 116;
- b) pela recusa, motivada por convicção religiosa, filosófica ou política, de encargo, serviço ou obrigação imposta por lei aos brasileiros;
- c) pela aceitação de título nobiliárquico ou condecoração estrangeira, quando esta importe restrição de direitos assegurados nesta Constituição ou incompatibilidade com deveres impostos por lei.

Art. 120 – A lei estabelecerá as condições de reaquisição dos direitos políticos.

Art. 121 – São inelegíveis os inalistáveis, salvo os oficiais em serviço ativo das forças armadas, os quais, embora inalistáveis, são elegíveis.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1937.

GETÚLIO VARGAS

ANEXO D – RESUMO DOS ATOS INSTITUCIONAIS EDITADOS PELOS COMANDANTES MILITARES DA DITADURA

Normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante o regime militar. Foram editadas pelos Comandantes-Chefe: do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Esses atos não estão mais em vigor.

| | Resumo do conteúdo (elaborado pelo Centro de Estudos) |
|---|---|
| Ato Institucional nº 17, de 14 de outubro de 1969. | Autoriza o Presidente da República a transferir para reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado ou venham a atentar contra a coesão das Forças Armadas. |
| Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969. | Declara vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; dispõe sobre eleições e período de mandato para esses cargos; confere a Chefia do Poder Executivo aos Ministros militares enquanto durar a vacância; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências |
| Ato Institucional nº 15, de 11 de setembro de 1969. | Dá nova redação ao artigo 1º do Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969, que dispõe sobre as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores dos Municípios; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. |
| Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969. | Dá nova redação ao artigo 15, §11 da Constituição Federal de 1967; garante a vigência de Atos Institucionais, Atos Complementares, leis, decretos-leis, decretos e regulamentos que dispõem sobre o confisco de bens em casos de enriquecimento ilícito; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. |
| Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969. | Dispõe sobre o banimento do território nacional de brasileiro inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. |
| Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969. | Confere aos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar as funções exercidas pelo Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, enquanto durar sua enfermidade; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. |
| Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969. | Dispõe sobre o tempo de mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores e sobre as eleições para esses cargos no dia 30 de novembro de 1969; extingue a Justiça da Paz eletiva; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. |

| | |
|---|--|
| Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969. | Dispõe sobre as consequências da suspensão dos direitos políticos e da cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; e dá outras providências. |
| Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969. | Dá nova redação ao artigo 157 da Constituição Federal de 1967, que dispõe sobre desapropriação de imóveis e territórios rurais. |
| Ato Institucional nº 8, de 2 de abril de 1969. | Atribui competência para realizar Reforma Administrativa ao Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de população superior a duzentos mil habitantes; e dá outras providências. |
| Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969. | Estabelece normas sobre remuneração de Deputados Estaduais e Vereadores; dispõe sobre casos de vacância de cargos de Prefeito e Vice-Prefeito; suspende quaisquer eleições parciais para cargos executivos ou legislativos da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. |
| Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969. | Dá nova redação aos artigos 113, 114 e 122 da Constituição Federal de 1967; ratifica as Emendas Constitucionais feitas por Atos Complementares subsequentes ao Ato Institucional nº 5; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. |
| Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. | Suspende a garantia do <i>habeas corpus</i> para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. |
| Ato Institucional nº 4, de 12 de dezembro de 1966. | Convoca o Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República e dá outras providências. |
| Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. | Dispõe sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permite que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exerçam o cargo de Prefeito de capital de Estado; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. |
| Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. | Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspende |

| | |
|--|---|
| | garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. |
| Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. | Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluía a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências. |
| | |

Fonte: Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 10 fev. 2013.

ANEXO E – EXCERTOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 QUE TRATAM DOS DIREITOS POLÍTICOS E DOS PARTIDOS

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS POLÍTICOS⁹¹

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular.

§ 1º – O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º – Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º – São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I – a nacionalidade brasileira;

II – o pleno exercício dos direitos políticos;

III – o alistamento eleitoral;

IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;

V – a filiação partidária; Regulamento

VI – a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º – São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

~~§ 5º – São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.~~

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

§ 6º – Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º – São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º – O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II – se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

~~§ 9º – Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.~~

⁹¹ Mantive a grafia da época.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

§ 10 – O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11 – A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

~~Art. 16 A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação.~~

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)

CAPÍTULO V DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: Regulamento

I – caráter nacional;

II – proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III – prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV – funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

~~§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.~~

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 2006)

§ 2º – Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º – Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º – É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

Fonte: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 05 jul.2014.